



5<sup>a</sup>

## Pesquisa de Saúde Docente

Rede Pública Estadual de Santa Catarina - 2024

**Relatório técnico sobre as condições de trabalho, saúde física e mental de docentes da rede estadual de ensino**

Parceria



NIPP



**JULIAN BORBA (Coordenador)**  
Professor do Departamento de Sociologia  
e Ciência Política, UFSC

**LUÍS FELIPE GUEDES DA GRAÇA**  
Professor do Departamento de Sociologia  
e Ciência Política, UFSC

**CÍNTIA PINHEIRO RIBEIRO DE SOUZA**  
Professora do Departamento de Sociologia  
e Ciência Política, UFSC

**LUCAS DE CARVALHO DE AMORIM**  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Ciência Política, UFSC

**GABRIEL MENDES**  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Ciência Política, UFSC

**JOSÉ ROBERTO PALUDO**  
Assessor da Secretaria de Saúde - SINTE  
e Coordenador das Pesquisas de Campo

**YARA FIRMINO**  
Graduanda do Curso de Ciências Sociais, UFSC

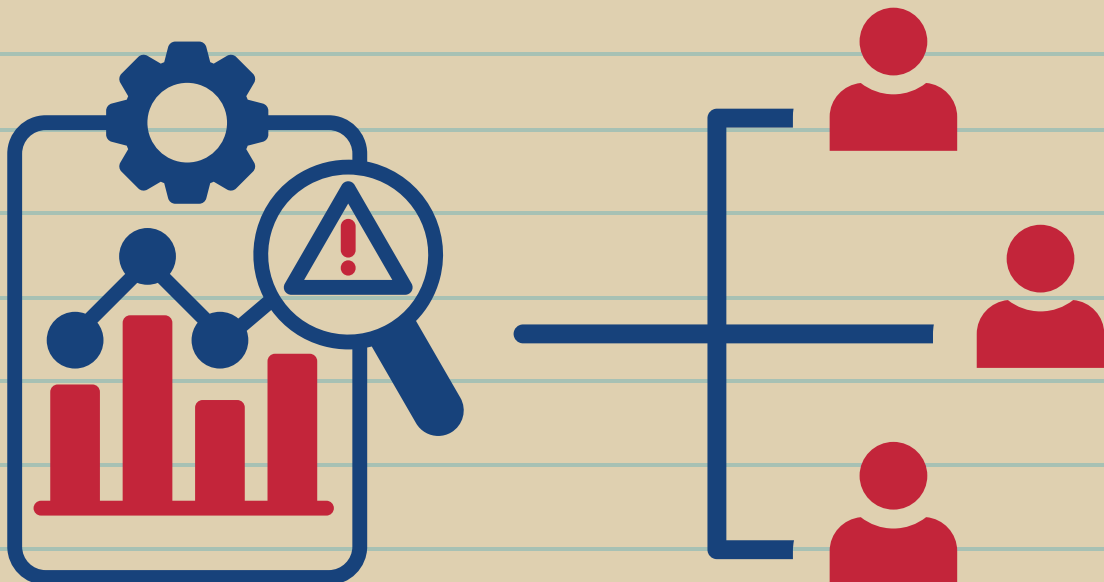
**REBECCA PIERRE**  
Graduanda do Curso de Ciências Sociais, UFSC

**MATHEUS MELLO**  
Graduando do Curso de Ciências Sociais, UFSC

**JULIA CORRÊA**  
Graduanda do Curso de Ciências Sociais, UFSC

**FERNANDA HINNIG**  
Projeto gráfico e diagramação do relatório

# Equipe





# Escopo do trabalho

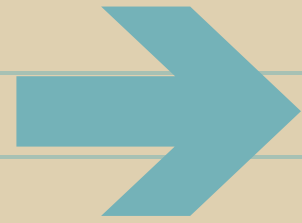
A análise dos resultados objeto deste trabalho está inserida no âmbito do Projeto de Extensão Siggex nº 202412778 “SAÚDE DOCENTE DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA CATARINA”. Este projeto é resultante da parceria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina (SINTE) com o Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas e Opinião Pública (NIPP/UFSC) e o Núcleo de Estudos em Comportamento e Instituições Políticas (NECIP/UFSC).

O SINTE, através da Secretaria de Saúde do Trabalhador, vem realizando uma Pesquisa Anual sobre a Saúde Docente em parceria. No contexto da pandemia, em julho de 2020, foi lançada a primeira pesquisa sobre a Saúde Docente, cujas variáveis foram ajustadas e aprofundadas nas pesquisas seguintes, em 2021-2024, incluindo questões específicas sobre os aposentados. Nessa última edição, fruto da parceria com a UFSC, o estudo foi viabilizado através de um projeto de emenda parlamentar do Deputado Pedro Uczai.

O trabalho compreende a avaliação e o ajuste do questionário aplicado nas pesquisas anteriores, a coleta e a análise dos dados da quinta rodada da pesquisa no ano de 2024, comparando-a com a série histórica já disponível, para atualizar o retrato da saúde dos docentes da rede estadual de ensino em Santa Catarina.

O presente relatório, intitulado Documento técnico da análise dos resultados do questionário para docentes da rede estadual de ensino em Santa Catarina, consiste na Meta 3 – Análise dos dados (Indicador: Relatório com os resultados da Pesquisa) do projeto e inclui aspectos sobre a percepção do trabalho pelos docentes, seus hábitos e percepções de saúde, com destaque para saúde mental, doenças crônicas e afastamentos do trabalho.

O Relatório está organizado da seguinte forma: na primeira parte é feito um balanço da literatura sobre Saúde Docente, onde são destacados os principais fatores que estão relacionados ao adoecimento dessa categoria profissional. Na parte seguinte, são analisadas algumas tendências com a análise comparativa dos resultados feitos entre 2020 e 2024. A terceira parte é dedicada ao estudo de 2024, iniciando pelos procedimentos metodológicos adotados, seguidos pela análise dos dados. O relatório finaliza com algumas conclusões e recomendações, tanto em termos de ações a serem adotadas visando preservar a saúde, quanto em termos de estudos futuros.



1

A questão da saúde entre os docentes:

# Abordagens na literatura



**A** preocupação com a saúde do profissional docente é respaldada por inúmeras pesquisas realizadas em todo o mundo que indicam não só a maior vulnerabilidade dos professores em relação a alguns adoecimentos pelas condições do trabalho, como também o papel da insatisfação ou do desencanto com a profissão vivenciado pelo educador nesse processo de adoecimento. Desde os anos 1980, essa relação vem sendo demonstrada por estudos na maior parte dos países, provando-se um fenômeno internacional do sistema educacional na conjuntura social e político-econômica dos últimos quarenta anos, pelo menos (Esteve, 1999).

O mal-estar docente, como denominado por Esteve (1999), é uma combinação entre dois tipos de fatores que, juntos, são responsáveis por adoecimentos físicos e mentais ao influenciar diretamente na imagem que os professores têm sobre si mesmos.



**Os fatores primários são os relacionados à prática cotidiana do professor em sala de aula e possuem como exemplos a falta de recursos generalizada, o aumento da violência nas escolas e a acumulação de carga horária para a execução satisfatória do trabalho.**

Os fatores secundários, por sua vez, estão relacionados às condições ambientais e ao contexto do exercício profissional. Esses fatores podem ser interpretados como resultantes do processo histórico de transformação do papel do professor, condicionado pela crescente urbanização, o crescimento demográfico, o avanço tecnológico e a mercantilização da educação. O aumento de responsabilidades e exigências sociais e de proteção transferidas para a escola caracterizam o aparecimento de dificuldades imprevistas na formação do educador, produzindo incertezas quanto a sua capacitação e função na sala de aula. Exige-se do docente que incentive e promova o desenvolvimento individual de cada aluno ao mesmo tempo em que deve requerer disciplina, adequação às regras institucionais e à avaliação homogênea. As escolas, que antes possuíam como função principal a transmissão de informação e cultura, foram imbuídas da formação de cidadãos e encarregadas da segurança de seus membros ao

acompanhar a transformação da sociedade sem o emparelhamento de recursos materiais e humanos necessários para as novas tarefas. Outro fator secundário relevante é a desvalorização do professor como profissão na percepção coletiva da sociedade. A desvalorização profissional passa tanto pelo status social quanto pela questão salarial e se junta à falta de coerência em sua relação com os alunos e à sobrecarga quantitativa do trabalho como principais fontes de estresse nos professores. Outros fatores contextuais envolvem dificuldades de relacionamento entre família e escola, cobrança por índices institucionais elevados, alta pressão por desempenho e baixo nível de controle de tarefas (Esteve, 1999; Araújo et al., 2003; Cortez et al., 2017).

Segundo Esteve (1999), dessa forma, **as principais consequências do mal-estar docente resultantes desses fatores são:**

- 1** Insatisfação com o próprio trabalho em relação ao ideal que gostariam de realizar;
- 2** Rotinização de sua prática como forma de se dissociar da implicação pessoal no trabalho;
- 3** Pedidos de transferência para fugir de situações conflitivas;
- 4** Desejo de abandonar a docência (realizado ou não);
- 5** Absenteísmo trabalhista para diminuir o acúmulo de tensão;
- 6** Cansaço físico permanente e esgotamento mental;
- 7** Ansiedade como traço comportamental;

- 8 Estresse;
- 9 Autoculpabilização diante da incapacidade de melhorar a situação do ensino;
- 10 Ansiedade como estado permanente e diagnóstico de transtorno mental;
- 11 Neuroses;
- 12 Depressão.

O mal-estar docente definido por Esteve (1999) nos anos 1980, ou o esgotamento mental vivido pelos professores no ciclo degenerativo da eficácia docente é, muitas vezes, correspondente à síndrome de burnout, atualmente empregado pela medicina para designar o conjunto de consequências negativas a partir da ação combinada de condições psicológicas e sociais. Como possíveis consequências desse processo, o absenteísmo e a inibição ou a despersonalização do magistério podem ser reações frequentes para diminuir a tensão do exercício docente. Naturalmente, esse contexto não afeta a todos os professores de forma igual. Muitos conseguem encontrar soluções às novas questões, outros reduzem a eficácia de seu trabalho para se manterem saudáveis e outros, ainda, renunciam completamente a algumas funções para darem conta da carga de trabalho. Uma parcela significativa e crescente de educadores, no entanto, é afetada pela evolução negativa desse contexto e são mais suscetíveis ao adoecimento físico e mental, conforme informes da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1981; 2001), em que os professores perdem apenas para mineiros em exposição a doenças ocupacionais.

As doenças mais comuns relacionadas à ocupação docente podem ser organizadas em três tipos: doenças musculoesqueléticas (DME) e dores corporais devido aos fatores ergonômicos e de estresse; disfonias vocais, perda auditiva e incoordenação pneumofônica devido à sobrecarga vocal em contextos de ruídos de fundo; e sintomas mentais como regressão, exaustão emocional, nervosismo, estresse, insônia, síndrome de burnout, negação e despersonalização, decorrentes dos perigos psicossociais com o acúmulo de demandas e a limitação de recursos. Muitas pesquisas em diversos países ressaltam a frequência dessas enfermidades inclusive na faixa etária mais jovem dos professores, o que indica forte associação das ocorrências com a ocupação profissional.



**De fato, as condições específicas do trabalho docente, que envolvem aumento de responsabilidades e prazos apertados, caracteriza a profissão de professor como uma das mais estressantes e mais frequentemente suscetíveis aos efeitos adversos da síndrome de burnout e outras neuroses. (Araújo et al., 2003; Araújo; Carvalho, 2009; Mijakoski et al., 2022).**

As primeiras pesquisas brasileiras sobre a saúde docente tiveram início nos anos 1990 em diversos núcleos universitários no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil com contribuições relevantes nos campos teórico, conceitual e metodológico. Os primeiros trabalhos foram seminais para a área de estudo, inspirando uma tradição de pesquisa até os dias de hoje. Possuem em comum o esfor-

ço para trazer visibilidade aos problemas que afetam a saúde dos docentes, a formulação de propostas para a implementação de melhorias através de políticas públicas e um relacionamento próximo com os sindicatos de professores nacionais e locais, colocando os professores como protagonistas nesse processo de reivindicação por melhorias nos movimentos sindicais. As demandas sindicais até então giravam em torno de aumentos salariais, porém, após os primeiros resultados e repercussões das pesquisas, o processo de desgaste da categoria profissional se tornou proeminente nas reivindicações. No Brasil, as observações ratificaram os estudos internacionais sobre as enfermidades relacionadas à ocupação e os fatores que expõem os professores ao adoecimento – em particular, no caso brasileiro, se destacam as baixas condições salariais que incidem negativamente na qualidade de vida e podem trazer alterações biopsíquicas aos docentes (Araújo et al., 2003; Araújo; Pinho; Masson, 2019).

Nos anos 2000, agências governamentais passaram a se interessar mais e a conduzir pesquisas sobre o tema.



**Os altos índices de absenteísmo e afastamentos do trabalho revelaram aos administradores públicos a magnitude do problema da saúde docente e o prejuízo que esse processo acarreta à educação como um todo.**

O envolvimento governamental inspirou ações institucionais, como medidas preventivas de cuidado vocal. Ao fim da primeira década deste século, já havia estudos quali-

tativos e quantitativos robustos indicando a necessidade de mudanças nas condições de trabalho e de intervenção na saúde mental, musculoesquelética e vocal dos educadores brasileiros. Desde então, as pesquisas na área focaram em identificar os determinantes que reproduzem o processo de adoecimento docente e, dentre esses, as relações de gênero, por exemplo, parecem intimamente envolvidas nessa dinâmica. Outra mudança importante na proposição de soluções e formação de políticas públicas acarretada pelas pesquisas sobre saúde docente é a expansão do foco do indivíduo para o coletivo, com o objetivo de entender o processo de adoecimento ocupacional em toda a categoria profissional (Araújo; Pinho; Masson, 2019).

## **AUMENTO DOS AFASTAMENTOS E ABSENTEÍSMO**

O aumento dos índices de absenteísmo entre professores europeus foi o que desencadeou, num primeiro momento, as primeiras pesquisas sobre saúde docente. O trabalho de Stern (1980) relacionou o aumento do índice de absenteísmo docente com a baixa motivação pelo trabalho, a percepção de poucas possibilidades de promoção na carreira, a existência de más relações com os colegas e com a limitação de recursos materiais e de equipamentos. A mesma pesquisa comprova a quase inexistência de absenteísmo durante os primeiros anos de experiência profissional (em que o professor é avaliado em estágio probatório) e a súbita mudança após esse período – o que indica o uso da licença de saúde ou de faltas em períodos curtos como escape momentâneo da tensão acumulada pelo trabalho. Essas ausências curtas que não acarretam necessidade de atestados médicos são, inclusive, muito mais recorrentes do que os afastamentos por saúde mental atestados por médicos. Esse comportamento reduz signi-

ficativamente a qualidade da educação prestada e representa uma grande dificuldade na administração escolar para repor os professores ausentes.



**Os estudantes tendem a não aceitar facilmente a condução de professores substitutos, prejudicando a continuidade do programa pedagógico - o que causa estresse emocional a alguns professores e os levam a adiar sua ausência e, assim, postergar o tratamento necessário para sua condição de saúde (Esteve, 1999; Martins et al., 2014).**

Os índices de absenteísmo se multiplicam a cada década, conforme demonstrado por diversas pesquisas. Na Espanha, os dias perdidos por licença de saúde foram duplicados entre o início e o final da década de 1980 (Esteve, 1999). No estado de São Paulo, no Brasil, o número de professores de licenças-saúde relacionadas somente à saúde mental dobrou de tamanho apenas entre 2015 e 2016 (Araújo; Pinho; Masson, 2019). Na cidade de Belo Horizonte, os números também dobraram em um ano entre 2001 e 2002 quanto à licença-saúde apenas de enfermidades psicológicas, em que os professores representaram 84% desses casos entre servidores públicos. Na capital de Minas Gerais, nesse período, os transtornos mentais e psíquicos foram responsáveis por 15% dos afastamentos de saúde dos professores. Em seguida, as doenças do aparelho respiratório (12%) e musculoesqueléticas (11%), representando os três tipos de doenças que mais acometem os docentes (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

De forma semelhante em Florianópolis, numa pesquisa de 2003, as principais causas do afastamento de saúde de professores do ensino infantil e fundamental eram doenças do aparelho respiratório, musculoesqueléticas, problemas de saúde na família e transtornos psicológicos (Siqueira; Ferreira, 2003).

## **SOBRECARGA**

A literatura aponta que as maiores frequências de afastamento dos professores acontecem gradual e proporcionalmente ao decorrer do ano letivo, indicando um processo de acúmulo de tensão e desgaste físico e mental decorrentes da atuação ocupacional. As pesquisas apontam, inclusive, que os picos de absenteísmo e licença de saúde ocorrem antes dos períodos de férias, mais especificamente nos dois últimos meses do ano letivo – abril e maio no Hemisfério Norte; outubro e novembro no Brasil – e diminuem consideravelmente após os recessos escolares. Em um sindicato brasileiro de professores, esse fenômeno é conhecido como “outubrite” e é caracterizado justamente pelo aumento da ocorrência de doenças e desgaste relacionados ao mal-estar docente (Esteve, 1999; Araújo; Carvalho, 2009).

Na atualidade, as funções do professor foram além da mediação do processo de conhecimento de seus estudantes. Para atingir as metas de sucesso da educação, os professores são compelidos a buscar meios pedagógicos para cumprir com as tarefas cada vez mais complexas e não garantidas pela administração escolar. Além disso, os docentes devem participar da gestão e do planejamento escolares, com dedicação mais ampla à escola e à comunidade. Cabe ao educador preencher as lacunas no ambiente institucional, constrangidos por mecanismos rígidos de avaliação. Essas formas de requalifica-

ção de suas funções se traduzem em aumento da jornada de trabalho e sobrecarga, mas não em aumento da remuneração (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

## INSATISFAÇÃO COM A SAÚDE

Em pesquisa de 2013, 25% dos professores de ensino básico do município de Florianópolis se consideram insatisfeitos com sua própria saúde. O número é três vezes maior que o de insatisfeitos com a qualidade de vida, mostrando que, embora relacionados, o conceito de qualidade de vida é mais abrangente do que o de saúde, levando em consideração outras esferas como relações sociais e o ambiente onde vivem. Um quarto de insatisfeitos com a saúde é um número preocupante quando se atenta à média de idade dos participantes da pesquisa (39 anos), mas está coerente com os achados na área, que destacam a percepção negativa dos docentes sobre a própria saúde (Pereira; Teixeira; Lopes, 2013).

Em outro estudo realizado no Brasil, a insatisfação dos docentes com a própria saúde esteve associada com dores musculoesqueléticas, dores vocais e transtornos mentais. As doenças mentais, principalmente, se destacaram com forte associação à insatisfação. Houve também associação entre doenças mentais e dores musculoesqueléticas, assim como entre a percepção de grande esforço físico e as dores vocais entre os profissionais com mais de 10 anos de carreira. Casos de violência e agressão verbal também estão associadas com a insatisfação da saúde dos educadores e a frequência de doenças mentais, principalmente a síndrome de burnout. Essas associações são reiteradas por outros estudos nacionais e internacionais e servem para reforçar a atenção nas condições de trabalho docente que afetam a saúde do profissional. Da mesma forma, associações posi-

vas encontradas podem ser utilizadas em propostas para a melhoria do bem-estar docente.



**A atividade física em pelo menos 5 dias na semana, por exemplo, está associada a menor frequência de dores vocais, enquanto a insuficiência dessa assiduidade está associada à ocorrência de doenças mentais e dores musculoesqueléticas (Santos et al., 2020).**

## DOENÇAS DA VOZ (DISFONIAS)

As disfonias ou distúrbios da voz afetam de 6% a 15% da população em geral, mas nos casos dos professores, a frequência aumenta para 20% a 50%, com prevalência do último valor e chegando a 80% em alguns estudos (Martins et al., 2014). Dentre os principais problemas vocais dos docentes brasileiros estão dor de garganta, rouquidão, perda temporária da voz (afonia) e calos (nódulos) nas cordas vocais – todos os sintomas associados com profissionais que possuem mais de 5 anos de atuação (Araújo; Carvalho, 2009). Alguns desses transtornos não são temporários e necessitam de reabilitação e/ou tratamento medicamentoso ou cirúrgico. Pesquisas apontam que cerca de 20% dos professores se ausentam do trabalho pelo menos 1 dia por ano por conta de transtornos da voz em comparação com 2% de outras categorias profissionais (Martins et al., 2014).

Os fatores de risco de disfonia para professores incluem número excessivo de estu-

dantes por sala de aula, carga horária extensiva (40 horas semanais ou mais), estrutura inapropriada das salas de aula e ruído ambiental de fundo. Aumentar a intensidade da voz para manter a atenção dos estudantes em salas de aula excessivamente barulhentas é o principal fator fonotraumático que contribui para a formação de lesões na laringe. Idade e tempo de carreira também são condições que aumentam a frequência das disfonias, assim como o nível de educação para qual os docentes lecionam. Professores da educação infantil possuem maior demanda vocal, pois seus alunos estão na fase da alfabetização. Estudos indicaram que o uso de amplificadores vocais melhora consideravelmente a saúde da voz dos professores usuários em relação aos que não utilizam o equipamento (Martins et al., 2014).

De forma secundária, estudos apontam que as disfonias também são originadas por alterações psicoemocionais. As chamadas disfonias psicogênicas se desenvolvem a partir de fatores como estresse, más condições de trabalho, baixa motivação e experiências de violência na escola. Estudos nacionais corroboram a influência dos fatores emocionais na saúde vocal dos professores, em que a ansiedade e o estresse dificultam a emissão vocal adequada. Além disso, os fatores psicoemocionais podem ser tanto causas primárias ou secundárias do distúrbio vocal, gerando um ciclo vicioso entre os sintomas emocionais e os físicos (Casella; Afonso, 2017).

A voz é uma das principais ferramentas de trabalho dos professores e de interação com os estudantes. Por isso, a prevenção contra transtornos na voz deveria ser uma das prioridades no cuidado com a saúde docente. Pesquisa realizada com professores paulistas em formação demonstrou que treinamento direcionado em relação à postura, respiração, alí-

vio de tensão no aparelho fonador, ressonância e projeção da voz atesta melhoria sensível no bem-estar vocal. O aquecimento vocal de 30 minutos proporcionado pelo treinamento proporciona ação preventiva de lesões laríngeas ao flexibilizar a musculatura envolvida na projeção vocal. Enquanto o desaquecimento vocal de 15 minutos promove o reajuste à voz coloquial, reduzindo a sobrecarga nas pregas vocais. Houve diminuição do desconforto com o aquecimento vocal para 85% dos participantes e 100% dos pesquisados perceberam melhorias de estabilização da voz com o desaquecimento vocal (Masson et al., 2013; Martins et al., 2014).

## DOENÇAS MUSCULOESQUELÉTICAS (DME)

As doenças musculoesqueléticas (DME) estão entre os três problemas de saúde mais frequentes entre professores, comprometendo sua qualidade de vida. Em professores do nível fundamental, que possuem alta prevalência de DME, as maiores frequências de dores são registradas nas regiões lombar, torácica, cervical, ombros, punhos e mãos. Apesar de ser uma enfermidade multifatorial, a DME é contribuída e agravada pelas condições de trabalho relacionadas à atividade docente. Dentre essas atividades, a necessidade constante de escrever, de corrigir trabalhos escolares, produzir relatórios, passar longos períodos de pé ou em postura inadequada e carregar peso são riscos biomecânicos ocupacionais (Ceballos; Santos, 2015; Araújo; Pinho; Masson, 2019).

Na pesquisa realizada por Ceballos e Santos (2015), com professores pernambucanos, 73% acusaram sentir dor musculoesquelética, sendo que 29% possuíam dor em um local, 28% em dois ou três locais e 16% em mais de três locais. A dor mais frequente

é nos ombros (31%), seguida da parte superior das costas (27%), do pescoço (27%) e dos tornozelos ou pés (24%). Esta mostrou-se associada estatisticamente com problemas circulatórios, respiratórios e mentais. Enquanto as demais dores estão associadas estatisticamente com problemas digestivos e vocais, além dos circulatórios, respiratórios e mentais. Os estudos têm demonstrado que emoções decorrentes de estados depressivos, ansiosos e hostis acentuam o risco de perda mineral óssea e de força muscular, aumentam o nível de cortisol e de secreção de citocinas pró-inflamatórias. Por sua vez, emoções de afetos positivos diminuem a frequência cardíaca, os níveis de cortisol e dos marcadores inflamatórios, explicando a relação entre as variáveis. Outra variável de peso relevante nos resultados encontrados foi o tempo de trabalho – mostrando associação de dores musculoesqueléticas com professores que possuem mais de 5 ou mais de 10 anos de carreira. Outra pesquisa realizada com docentes na Bahia, revela que dores nos membros inferiores estão relacionadas com o número de turmas maior ou igual a 2, a trabalhar em mais de uma escola ou possuir outra atividade remunerada. Já a dor nos membros superiores mostrou-se associada com o tempo de carreira, o número de alunos por sala de aula maior ou igual a 30 e o excesso de esforço físico no trabalho. Enquanto as dores nas costas estão associadas com o número de turnos de trabalho maior ou igual a 2, a carga horária de trabalho maior ou igual a 40 horas e o mobiliário inadequado (Ribeiro, 2009; Ceballos; Santos, 2015).

## TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS



**Estresse:** é uma reação biológica, uma resposta do organismo a um estímulo estressor e implica

um processo de adaptação manifestada por mudanças hormonais diante de determinadas situações. As preocupações e os problemas enfrentados na rotina são comumente confundidos com o estresse, mas essas são as suas causas. A tentativa do corpo humano de encontrar o equilíbrio interno (homeostase) frente a estímulos não-habituais produz mudanças fisiológicas como a aceleração cardíaca e a liberação de hormônios que inibem a produção de proteína e geram mal-estar físico e o esgotamento. No caso da saúde docente, a constante tensão a qual os professores são submetidos no exercício profissional pode levar ao estresse patológico, caso mantida a sua intensidade por longos períodos (Esteve, 1999).



**Ansiedade:** é uma reação emocional a estímulos internos (emoções e sentimentos) ou externos (ambientais) com elementos fisiológicos (pulsção cardíaca, respiração e transpiração), subjetivo-cognitivos (pensamentos e imagens) e comportamental-motores (tremores, gagueira, tensões musculares, entre outras). A ansiedade tem como característica a dicotomia entre a situação de tensão real e a percepção subjetiva dessa mesma tensão, que as interpreta como ameaças de forma desproporcional ou com significado traumático. Na prática do magistério, muitos professores não possuem recursos para lidar com certas situações conflitivas, desenvolvendo a ansiedade e a incapacidade de enfrentá-las com sucesso (Esteve, 1999).



**Depressão:** desenvolve-se, frequentemente, em seguida à ansiedade. Os atributos cognitivos da ansiedade aliados às pressões da rotina e à diminuição do rendimento levam o indivíduo a associar o fracasso no trabalho ao seu nível intelectual. Nesse processo, conclui sua incapacidade para vencer os problemas e adota

a inatividade e a comiseração, próprias da depressão. Ao professor, o desenvolvimento dessas neuroses acontece quando as exigências do trabalho superam as suas capacidades de adaptação (Esteve, 1999).



**Burnout:** é outro transtorno relacionado ao estresse para indivíduos que trabalham em ocupações caracterizadas pela interpessoalidade, como a saúde e a educação. Possui três componentes inter-relacionados: exaustão emocional (esgotamento e perda de energia), despersonalização (reação desapegada, negativa ou insensível a outras pessoas) e redução da autorrealização (sentimentos de incompetência e baixa produtividade). Burnout de curta duração pode apresentar sintomas como irritabilidade, fadiga e frustração. Casos moderados apresentam os mesmos sintomas, mas duram por pelo menos duas semanas. Enquanto casos não tratados podem desencadear sintomas físicos como úlceras, dor crônica nas costas e enxaquecas. No caso dos professores, resulta do excesso de demanda física e de recursos mentais. É um fator de risco para depressão e doenças cardiovasculares (Agyapong et al., 2022).

Segundo Agyapong et al. (2022), numa análise das mais recentes pesquisas sobre o assunto, as medianas dos resultados indicam alta prevalência de estresse (32%), ansiedade (39%), depressão (23%) e síndrome de burnout (29%) entre docentes. Muito frequentemente, esses transtornos apresentam sobreposição com fortes correlações estatísticas e interação entre si, em pares, trios ou todas juntas, causando ainda mais danos à saúde do professor. Isso acontece pela origem comum de suas causas e sintomas. Estudos com professores indicam, por exemplo, que pacientes com altos níveis de ansiedade também apresentaram altos níveis de burnout; que há correlação entre estresse e ansiedade; entre es-

tre e depressão; depressão e ansiedade; e forte associação entre burnout e depressão – 85% dos professores com burnout também foram diagnosticados com depressão (Agyapong et al., 2022).



**A síndrome de burnout se tornou a doença relacionada à docência mais estudada no mundo. Estressores crônicos no ambiente de trabalho dos professores são fatores de risco para o desenvolvimento de burnout, assim como fatores psicoemocionais: desvalorização moral do trabalho, baixo salário, insegurança contratual, supervisão e trabalho em equipe inadequados.**

Estudos indicam que há associação entre burnout e doenças cardiovasculares e digestivas, como a gastroenterite. Além de grande associação entre a síndrome e maiores riscos de doenças vocais – 66% a mais do que os docentes que não possuem diagnóstico de burnout (Mijakoski et al., 2022; Madigan et al., 2023).

## DIFERENÇAS MARCANTES DE GÊNERO

Uma das principais características da classe docente em escolas do mundo todo, mas principalmente no Brasil, é a contundente preponderância de mulheres em relação a homens no exercício da profissão – em proporções que variam dos 70% a mais de 90%, dependendo do país e nível educacional de lotação. Portanto, é impossível falar sobre

saúde docente sem considerar as diferenças marcantes de gênero no desenvolvimento da ocupação. Dois elementos são muito importantes quando se pensa em relações de gênero na docência: a dupla jornada de trabalho experimentada pelas mulheres, com a acumulação de responsabilidades e obrigações familiares e domésticas além das demandas de trabalho; e a segregação sexual das ocupações na carreira docente, sendo que os homens ocupam cargos mais valorizados e de maiores salários que as mulheres (Araújo et al., 2006; Araújo; Carvalho, 2009).

Pesquisas apontam que os professores homens ocupam mais funções de controle do que as mulheres, embora as demandas de trabalho se mostraram maiores para as mulheres, o que, inevitavelmente, reflete em efeitos diferentes sobre a saúde física e mental em razão dos diferentes níveis de exposição. Pesquisa realizada na Bahia mostra que as mulheres apresentavam mais tempo como docente do que os homens (10,6 contra 5,8 anos), possuíam carga horária maior do que a dos homens (32h contra 29h semanais), contudo a renda era 17% maior entre os homens (Araújo et al., 2006; Araújo; Carvalho, 2009).



**A dupla jornada de trabalho - ou tripla, se a professora possuir mais de um emprego - repercutem negativamente sobre a saúde da mulher com sobrecarga psicológica e fadiga física, intensificados pelo tempo insuficiente para lazer, descanso, sono e alimentação.**

Em estudo realizado na Suécia, as diferenças da produção de hormônios que controlam o sistema nervoso entre os sexos foram marcantes no período pós-jornada de trabalho. O nível de noradrenalina nos homens caiu ao chegar em casa, enquanto nas mulheres, continuou a aumentar, indicando a não possibilidade de relaxamento para as trabalhadoras. Estatisticamente, esse contexto é demonstrado pela maior alocação de professoras (33%) na categoria de alta sobrecarga em relação a seus colegas (2%), mais queixas de sintomas vocais (55% contra 34%) – com mudanças na configuração glótica das mulheres que não ocorrem com os homens –, de dores musculoesqueléticas (65% contra 30%), e mais prevalência de transtornos mentais comuns (56% contra 34%) – onde as mulheres apresentam níveis superiores de estresse (Araújo et al., 2006, Casella; Afonso, 2017; Agyapong et al., 2022).

## DOCENTES LGBTQIAPN+

Os contextos ambientais de trabalho são mais complicados para pessoas LGBTQIAPN+. No caso da docência, isso se intensifica pelo risco de sofrer penalizações nas relações pessoais ou até mesmo de perder o emprego em escolas privadas, por exemplo. Por isso, a cobrança pela excelência e as demandas auto-impostas de eficácia podem ser ainda mais prejudiciais para docentes LGBTQIAPN+. Em pesquisa estadunidense, 10% das pessoas questionadas responderam que se incomodariam que um professor LGBTQIAPN+ ensinasse a seus familiares, quando a pergunta foi feita de modo direta. De forma indireta (com proteção da anonimidade), o percentual chega a 25%, com muitos entrevistados associando a homossexualidade e a bissexualidade à pedofilia. O exercício da profissão para essa parcela da população,

dessa forma, é uma mistura de orgulho, vergonha, resistência e esperança. Esses professores estão submetidos a uma pressão psicológica a mais do que os demais, fazendo com que muitos passem a performar heteronormatividade para diminuir o acúmulo de tensões no trabalho, porém intensificando o número de tensões mentais com esse processo de autovigilância constante e acrescentando mais um fator estressor para o desenvolvimento de transtornos mentais (Amigo-Ventureira; Doce, 2023).

É também importante destacar que a maioria das poucas pesquisas e dos poucos estudos realizados sobre a atuação de docentes LGBTQIAPN+ são centradas em vivências lésbicas e gays, escasseando a visibilidade de pessoas transsexuais.

## REGIME DE CONTRATO

Em Santa Catarina, em dados de 2024, 29,2% dos docentes da rede estadual são estatutários ou efetivos e 70,8% são contratados em caráter temporário – uma das taxas mais altas do país. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), a proporção dos professores temporários não poderia ultrapassar 20% em relação ao quadro de professores da rede. A contratação temporária de professores para a rede estadual de Santa Catarina é respaldada pela Lei Complementar 456/2009, que tipifica as Admissões em Caráter Temporário (ACT) com duração máxima permitida no período de 1 ano letivo – o que significa que a maioria dos professores estaduais precisa realizar prova de ingresso anualmente, sem ter garantias de sua permanência. Os vencimentos dos ACTs são estabelecidos de forma proporcional aos dos efetivos, porém, por não ingressarem na carreira, não têm acesso à progressão, fazendo com que a remuneração final seja muito diferente entre

os dois tipos de contratados (Bassi; Debovi; Sandrini, 2012; Costa; Mueller, 2020; Oster; Martins; Sehnem, 2024).

Para Oliveira (2017), a materialização expressiva do número de professores não efetivos compõe o tripé da precarização do trabalho docente, junto da questão salarial e da sobrecarga das jornadas. A impermanência contratual é geradora do sentimento de insegurança e instabilidade, marcando a vida do professor ACT com outra camada de frustração e pelo desejo da efetivação. Além do prejuízo material e da falta de motivação e comprometimento com o trabalho, a contratação temporária incide no resultado da educação através da rotatividade e interrupção dos processos de aprendizagem dos estudantes – geralmente em escolas localizadas em áreas mais vulneráveis (Oliveira, 2017; Costa; Mueller, 2020; Oster; Martins; Sehnem, 2024).

## READAPTAÇÃO

A readaptação profissional é o deslocamento de cargo do servidor público estatutário (efetivo) com atribuições e responsabilidades compatíveis com sua limitação física ou mental, avaliado por perícia médica caso a caso. No caso do docente readaptado, essa condição sempre se dará no formato extraclasse, isto é, o professor é afastado da sala de aula e passa a exercer outro tipo de função na administração escolar ou educacional. Os readaptados, dessa forma, possuem condições singulares de exercício ocupacional com novas relações laborais, sociais e simbólicas, uma vez que sair da sala de aula priva os docentes dos riscos à saúde física e mental ao qual eram expostos diariamente. Ao mesmo tempo, surgem sentimentos de perda, inutilidade, frustração e fracasso. Outra queixa constante dos professores readaptados são os conflitos com colegas de trabalho que

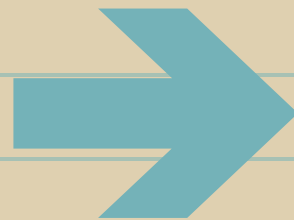
não reconhecem a necessidade de readaptação, principalmente os de origem psicológica, por motivos de discriminação e estigma (Arbex; Souza; Mendonça, 2013; Macaia; Fischer, 2015).

Em pesquisa realizada com professores readaptados de São Paulo, 55% perceberam melhoras na saúde ante 35% que consideraram sua saúde permanecendo no mesmo patamar anterior ao processo de reabilitação ocupacional (Cacciari et al., 2017).

## BEM-ESTAR

Nas últimas décadas, muitos estudos foram realizados sobre o mal-estar docente e todas as suas consequências negativas para a saúde do professor. Mais recentemente, algumas pesquisas focaram nos determinantes positivos para a saúde docente. Quais seriam os fatores que promovem o bem-estar na vida dos profissionais da educação? O bem-estar é, naturalmente, um conceito multidimensional que engloba esferas variadas da experiência humana. Essas pesquisas, no entanto, focam especificamente o contexto do ambiente do trabalho, nas condições cognitivas, emocionais, sociais e de saúde pertencentes à ocupação docente. Os principais fatores percebidos para maior felicidade no trabalho são relacionamentos interpessoais positivos, realizar atividades interpretadas como significativas, receber reconhecimento das conquistas, receber tratamento justo e equilíbrio entre tempo com a família e o trabalho. Esses fatores são medidos subjetivamente através da percepção do professor, como o sentimento de valorização, conexões sociais, senso de propósito, de realização, produtividade, relacionamento estudante-professor e o desejo de continuar na profissão (Benevene et al., 2019; Dreer, 2023).

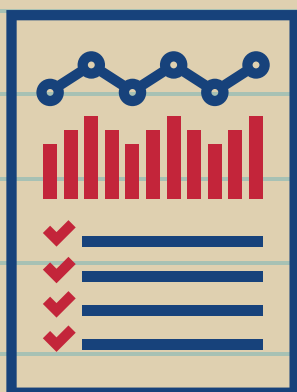
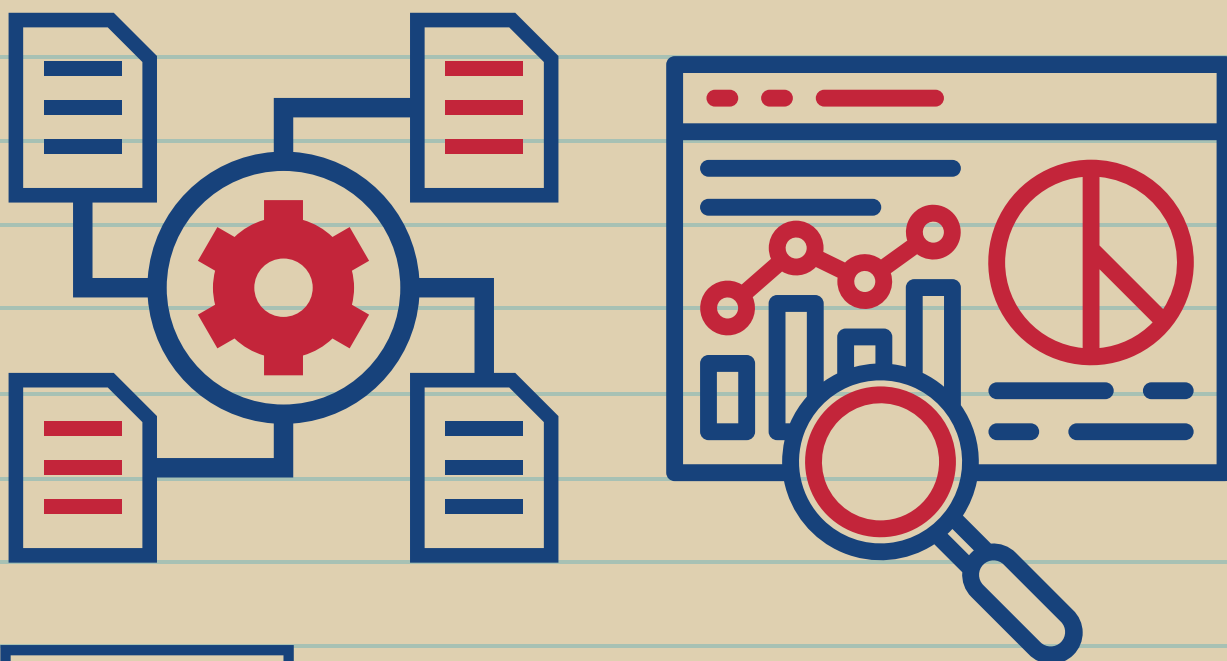
A medicina já conseguiu comprovar que efeitos positivos na saúde mental melhoram a resposta do sistema imune, fortalecendo também a saúde física. A felicidade, quando presente na rotina do trabalhador, estimula a procura de uma vida mais saudável, com mais exercício físico, alimentação mais saudável e menos ingestão de álcool ou uso de cigarro, além de gerar um ciclo virtuoso que deixa o trabalhador mais preparado para lidar com situações desconfortáveis. Esses estudos conseguiram associar positivamente a autoestima com saúde docente. Como resultado, destacam-se formas de prevenir o esgotamento físico e mental dos professores com a ampliação do conceito de saúde, promover momentos de relaxamento, oportunidades de lazer, melhores condições salariais, planejamento do tempo de trabalho, favorecer a autonomia docente, realização de atividades físicas, atendimento psicológico, alimentação saudável, estabelecer relação dialógica com os estudantes e fazer exercícios de aquecimento e desaquecimento vocal para reduzir a exposição ao risco de problemas fonoaudiológicos (Souza; Leite, 2011; Cortez et al., 2017; Benevene et al., 2019). ✱



2

## Tendências observadas nas edições da pesquisa sobre a saúde docente

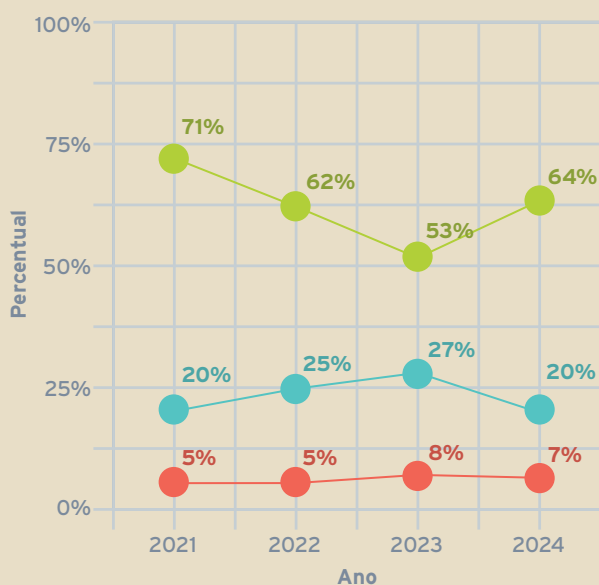
(2020-2024)



Desde 2020 os professores da rede estadual de Santa Catarina são convidados, anualmente, a responder um questionário sobre o exercício de suas funções e as percepções que têm sobre a própria saúde. As informações, recolhidas de forma anônima, são úteis para a análise do contexto profissional da categoria, bem como para a formulação de propostas de soluções e reivindicações que visem aprimorar as condições relacionadas ao trabalho docente.

Nesta quinta edição da pesquisa, com os dados coletados em 2024, é possível identificar algumas tendências ao comparar os resultados com os de anos anteriores<sup>1</sup>. A seguir, apresentam-se observações sobre a evolução de algumas percepções manifestadas pelos docentes.

**GRÁFICO 1 - TEMPO DE DEDICAÇÃO PARA O TRABALHO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (2021-2024)**



**Tempo de dedicação para o trabalho**

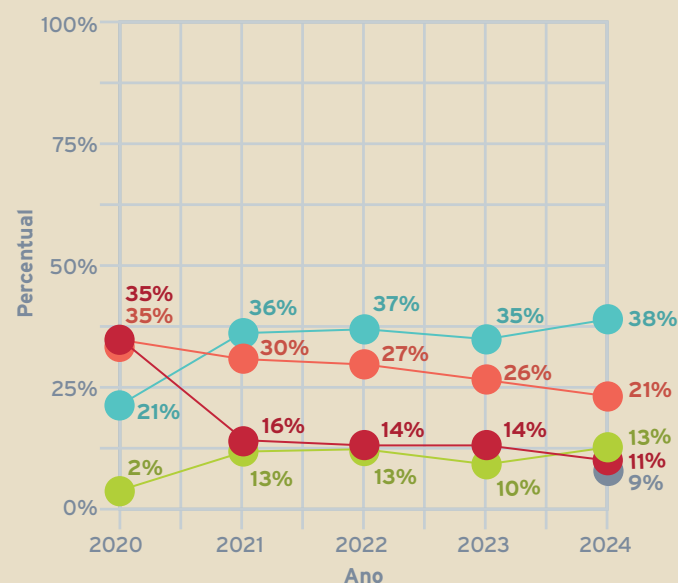
■ Aumentou ■ Continua o mesmo ■ Diminuiu

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual das percepções sobre o tempo de dedicação ao trabalho entre os anos de 2021 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

A pergunta apresentada no Gráfico 1 foi incluída no questionário de 2021, na segunda edição da pesquisa, com o objetivo de acompanhar a percepção dos docentes sobre a intensidade de trabalho exigida em relação

ao ano anterior. Naquele ano, observou-se a maior proporção de respostas indicando um aumento no tempo de dedicação ao trabalho (71%) e a menor frequência de relatos sobre uma diminuição dessa dedicação (5%). Esse resultado parece refletir o retorno às aulas presenciais no período pós-pandêmico, evidenciado pela redução gradual da percepção de dedicação nos dois anos seguintes (2022 e 2023), quando atingiu 53%. No entanto, em 2024, verificou-se um crescimento expressivo na proporção de docentes

**GRÁFICO 2 - TEMPO DE DEDICAÇÃO PARA O TRABALHO ALÉM DA CARGA HORÁRIA (2020-2024)**



**Tempo de dedicação além da carga horária**

■ Não dedico ■ Menos de 1 hora ■ De 1 a 2 horas ■ De 2 a 4 horas ■ Acima de 4 horas

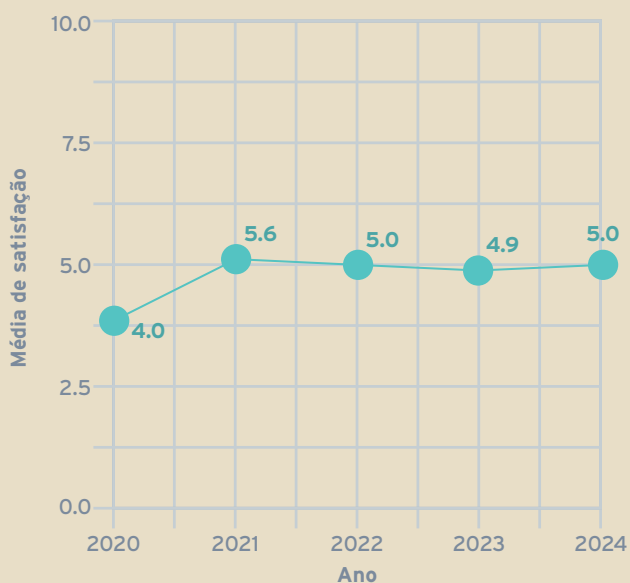
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual das percepções sobre o tempo de dedicação para o trabalho além da carga horária entre os anos de 2020 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

<sup>1</sup> Nesta seção, os dados representam o percentual direto das respostas obtidas por meio dos questionários sem qualquer ponderação para torná-los comparáveis entre si. Cabe notar que, na seção seguinte, apresentamos os dados ponderados, a partir da pós-estratificação pelo perfil sociodemográfico da população-alvo. Essa é uma inovação da Quinta Pesquisa de Saúde Docente com o objetivo de diminuir vieses na análise dos resultados.

que relataram maior dedicação ao trabalho, alcançando 64%. Esse resultado mais recente requer uma investigação para compreender os motivos que explicam essa mudança brusca na percepção. A sobrecarga de trabalho é um dos principais fatores associados ao mal-estar dos educadores e ao desenvolvimento de doenças físicas e mentais (Esteve, 1999; Araújo; Carvalho, 2009).

Quanto ao tempo dedicado além da carga horária prevista contratualmente (Gráfico 2), é possível observar uma tendência de que a dedicação se concentre entre 1 a 4 horas a mais de trabalho por semana. Ou seja, a maioria dos docentes dedica até 10% a mais em carga horária para trabalho não remunerado.

**GRÁFICO 3 - GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NO ESTUDO (2020-2024)**

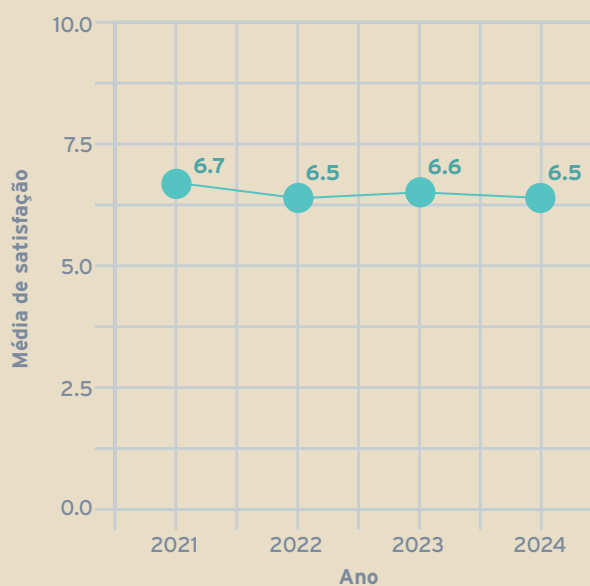


Elaborado pelos autores. Média de satisfação em relação ao envolvimento dos alunos no estudo entre os anos de 2020 e 2024.

Quando questionados sobre a satisfação com o envolvimento dos alunos em sala de aula (Gráfico 3), numa escala de 1 a 10, a média das respostas dos professores mante-

ve-se muito estável ao longo dos últimos quatro anos. Novamente, o retorno das aulas presenciais após a pandemia de 2020 modificou a percepção sobre o envolvimento dos estudantes na rotina escolar, saindo de uma nota 4 para 5,6 no ano seguinte. Após essa mudança mais significativa, a média teve pouca variação até 2024. Mesmo assim, o nível de satisfação com o envolvimento discente continua muito abaixo do ideal, o que pode indicar obstáculos estruturais mais profundos relacionados a aspectos contextuais.

**GRÁFICO 4 - GRAU DE AUTO SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO PROFISSIONAL (2021-2024)**

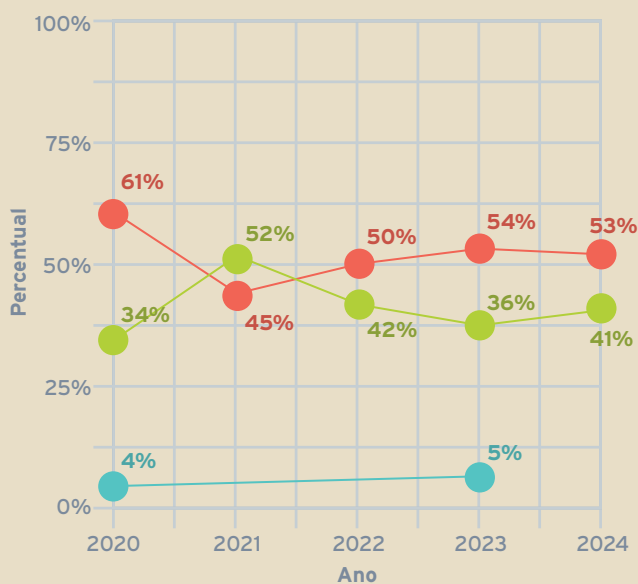


Elaborado pelos autores. Média de auto-satisfação em relação à atuação profissional entre os anos de 2021 e 2024.

A satisfação com a própria atuação profissional (Gráfico 4), da mesma forma como em relação ao envolvimento estudantil, manteve-se estável em todos os anos desde que a pergunta foi incluída no questionário. A maior variação observada foi de 0,2 pontos numa escala de 1 a 10. No geral, a média ficou em 6,6, indicando um desempenho percebido regular, mas com bastante espaço para melho-

rias. É importante destacar também, como visto na revisão da literatura sobre o tema, que há forte associação entre as doenças mais comuns provenientes do exercício da profissão e a insatisfação docente (Santos et al., 2020). Assim, parte das baixas autoavaliações que puxam a média para baixo podem estar ligadas a questões de saúde dos docentes.

**GRÁFICO 5 - TEVE ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE QUE LHE AFASTOU DO TRABALHO (2020-2024)**



Teve problema de saúde

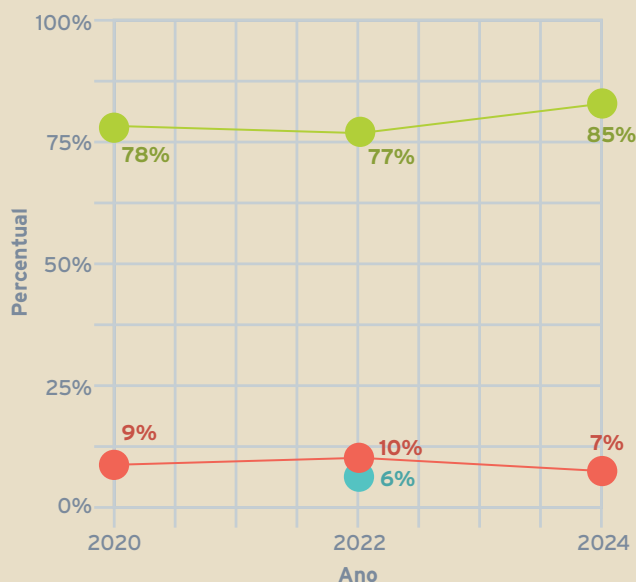
■ Não ■ Sim ■ NS/NR

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual dos docentes que tiveram algum problema de saúde que lhe afastaram do trabalho entre os anos de 2020 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. Em 2021, 2022 e 2024, os respondentes não tiveram a alternativa de responder não sei ou prefiro não responder (NS/NR). Em cada ano, a soma dos percentuais menor que 100% indica valores omissos (NA).

A pergunta sobre afastamentos do trabalho por problema de saúde (Gráfico 5) é a primeira analisada diretamente em relação à saúde docente. A partir de 2020, o percentual de professores que precisaram se afastar caiu de um patamar alto (61%) para

menos de 50% (45%) no ano seguinte. A partir de 2021, no entanto, o índice volta a crescer, alcançando 50% em 2022 e 54% em 2023, mantendo-se relativamente estável em 2024 (53%). As respostas negativas acompanharam a mesma tendência, porém de forma inversa. É relevante que a necessidade de afastamento tenha alcançado quase sempre mais da metade dos respondentes, indicando uma alta prevalência entre o grupo. Levando em consideração o contexto pandêmico e as aulas à distância em 2020, os dados parecem convergir com a literatura sobre saúde docente. Muitas pesquisas apontam que os afastamentos docentes estão associados ao processo de acúmulo de tensão e desgaste físico e mental no decorrer do ano letivo, fazendo com que as abstenções aumentem no final do ano e diminuam após períodos de recesso esco-

**GRÁFICO 6 - ATESTADO MÉDICO DE AFASTAMENTO REJEITADO PELA PERÍCIA (2022-2024)**



Atestado rejeitado

■ Não ■ Sim ■ NS/NR

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual de atestado médico de afastamento rejeitado pela perícia entre os anos de 2022 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

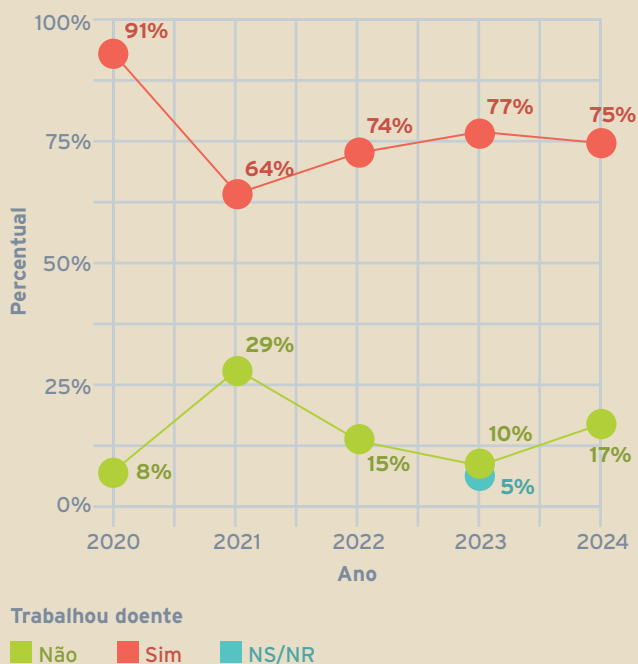
lar. O período pandêmico e as aulas à distância podem, nesse caso, ter atuado como períodos menos sobrecarregados em relação ao trabalho ao excluir, do exercício profissional, o deslocamento diário, o esforço físico e o barulho da sala de aula (Esteve, 1999; Araújo; Carvalho, 2009; Santos et al., 2020).

A partir de 2022, foi incluída no questionário uma pergunta sobre a rejeição pericial dos pedidos de licença-saúde (Gráfico 6) mencionados na observação anterior. Isto é, se algum pedido de afastamento por motivo de saúde requerido pelo docente à perícia médica estadual foi recusado. Nos dois primeiros anos de aplicação, a taxa de aceitação dos atestados médicos manteve-se estável, variando entre 78% e 77%. Em 2024, porém, esse índice subiu para 85%, indicando uma

melhora significativa na relação entre os requerimentos apresentados pelos professores e o aceite da perícia médica.

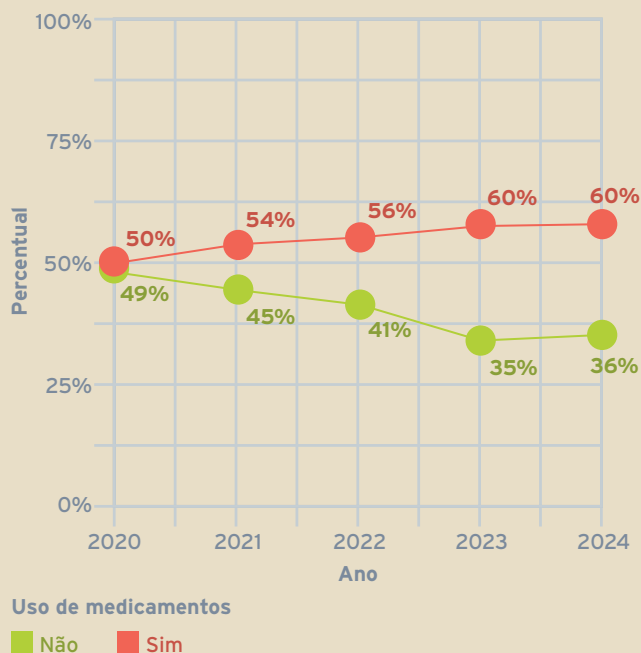
Outra questão que relaciona trabalho e saúde é se os professores trabalharam algum dia do ano mesmo estando doentes (Gráfico 7). O ano de 2020 foi, provavelmente, atípico nesse quesito, por se tratar de um período letivo pandêmico. Infere-se que, por esse motivo, a proporção de docentes que declararam ter trabalhado doentes tenha sido tão alta, acima dos 90%. A partir de 2021, observa-se uma “normalização” dos percentuais, que, ainda assim, seguiram aumentando todos os anos até 2023. A pequena queda no último ano não altera o alto patamar de respostas. A taxa de prevalência nesse caso em que trabalhar doente alcança em torno de 3 em cada quatro docentes é muito alta.

**GRÁFICO 7 - TRABALHOU DOENTE OU PASSANDO MUITO MAL (2020-2024)**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual de docentes que trabalharam doente ou passando muito mal entre os anos de 2020 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 8 - FAZ USO DE MEDICAMENTOS CONTÍNUOS OU CONTROLADOS (2020-2024)**

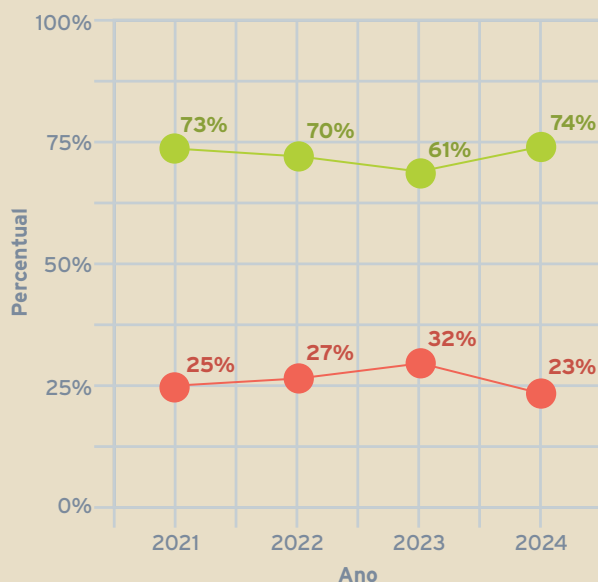


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual de uso de medicamentos contínuos ou controlados entre os anos de 2020 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

O uso de medicamentos contínuos é outro item a ser considerado na avaliação da saúde docente (Gráfico 8). O exercício docente é caracterizado por maior taxa de desenvolvimento de doenças osteomusculares, distúrbios de garganta e voz e transtornos mentais comuns (OIT, 1981; 2021; Araújo et al., 2003; Araújo; Carvalho, 2009; Mijakoski et al., 2022). O aumento ano após ano do percentual de professores que admitem o uso de medicamentos contínuos – atingindo uma estabilidade no último ano – indica uma situação de adoecimento relevante que alcança a maioria dos respondentes. O aumento de mais de um quinto (11 pontos percentuais) dos professores que responderam positivamente à pergunta em apenas 5 anos, no entanto, chama a atenção.

Outro aspecto relacionado à saúde mental é o pensamento suicida (Gráfico 9). Em todos os anos em que essa pergunta foi aplicada, os índices foram considerados altos. O nível mais baixo registrado ocorreu em 2024, com 23%, ou seja, quase um a cada quatro professores respondentes considerou tirar a própria vida no último ano. O índice vinha aumentando desde 2021, chegando a 32% em 2023 (quase um terço do total), mas apresentou uma redução, como visto no último levantamento. ❖

GRÁFICO 9 - IDEIAÇÃO SUICIDA (2021-2024)



## Ideação suicida

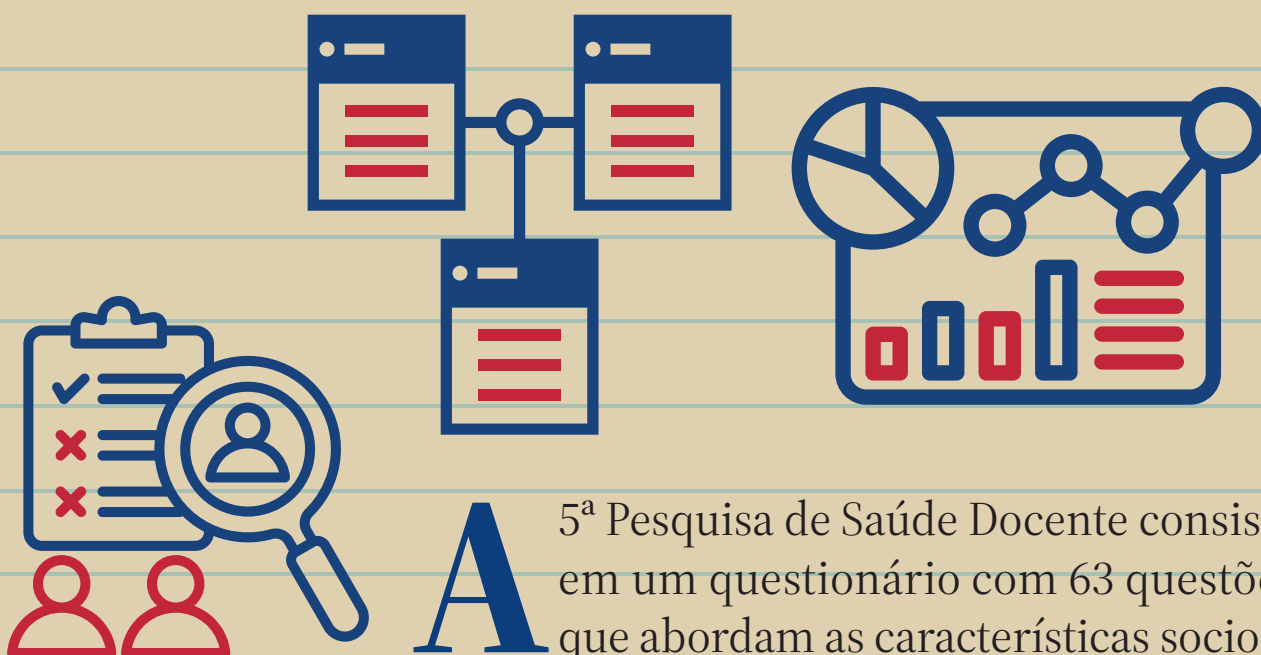
■ Não ■ Sim

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual de ideação suicida entre os anos de 2021 e 2024. Cada ponto indica a proporção percentual de respostas por ano e categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.



# 3

## 5ª Pesquisa de saúde docente



A 5ª Pesquisa de Saúde Docente consiste em um questionário com 63 questões que abordam as características sociodemográficas dos docentes, suas percepções do trabalho, hábitos e percepção de saúde, além de doenças crônicas, afastamentos e aspectos relacionados à saúde mental, incluindo uma seção dedicada aos docentes aposentados. Nesta seção, inicialmente apresentam-se os processos de revisão do questionário, de coleta e de pós-estratificação dos dados, para garantir melhor representatividade das informações coletadas. Em seguida, são expostos os resultados desta quinta edição e, por fim, destacam-se variações observadas conforme gênero, raça, vínculo empregatício e região de atuação.

## REVISÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário da 5ª Pesquisa de Saúde Docente foi elaborado a partir da revisão do questionário aplicado em 2023, estratégia essa que permitiu a continuidade da maioria das questões com o intuito de identificar tendências nas percepções docentes como apresentado na seção anterior. Porém, nessa revisão, o questionário sofreu algumas alterações. A versão atual, com 63 questões, cresceu em comparação com a antecedente que continha 50 perguntas. Novas questões foram incorporadas para mensurar aspectos relacionados a contextos pessoais desafiadores, por exemplo: a situação doméstica/familiar dos docentes (estado civil, número de filhos e com quem mora); se o município de residência coincide com o de trabalho e o tempo de deslocamento envolvido; se concilia o emprego atual com algum curso de formação, algum outro vínculo empregatício e/ou fonte de renda.

Um bloco de questões foi inserido para mensurar se os docentes haviam presenciado, sentem medo ou já foram vítimas de situações de agressão, assédio ou denúncias no trabalho. Outra novidade foram duas questões que abordam os hábitos de uso de redes sociais dos docentes. Para dar mais precisão a temas que já haviam sido abordados em ondas anteriores, novas perguntas foram inseridas, como, por exemplo: sobre o tempo em acompanhamento de saúde mental; quais doenças crônicas mais acometem os docentes; e quem prescreve os medicamentos controlados usados pelos docentes. Por fim, com o intuito de compreender os desafios específicos dos docentes aposentados, uma nova questão foi incluída para mensurar a avaliação desse grupo a respeito de sua situação financeira durante a aposentadoria.

A ordem do questionário foi alterada para agrupar as questões em temas correlatos e

também para postergar questões sensíveis para o fim, de maneira a garantir o maior engajamento dos respondentes. As categorias de respostas de algumas questões foram ajustadas para refletir a avaliação exaustiva e exclusiva das alternativas. Cabe notar ainda que uma questão foi excluída por ter sido considerada anacrônica, já que fazia menção às mudanças na forma de trabalho pós-pandemia.

Dessa maneira, o questionário da 5ª Pesquisa de Saúde Docente foi dividido em seis seções:

- I Perfil dos docentes;**
- II Percepções do trabalho;**
- III Hábitos e percepções de saúde;**
- IV Afastamentos do trabalho;**
- V Doenças crônicas e uso de remédios;**
- VI Saúde mental, medos e violências.**

## AMOSTRAGEM E PÓS-ESTRATIFICAÇÃO

A pesquisa foi realizada via questionário online autoadministrado e distribuído pelos canais de comunicação do SINTE entre os dias 30 de outubro e 13 de dezembro de 2024. Foram recebidas 2.597 respostas, neste período, de docentes da rede de ensino estadual em Santa Catarina, sem qualquer registro de identificação do respondente, garantindo o anonimato das respostas coletadas.

Por se tratar de uma amostragem não aleatória, com autosseleção dos respondentes, a análise sem qualquer adequação tende a não refletir adequadamente a população dos docentes estaduais, podendo gerar vieses que dificultam a inferência da amostra para a população de docentes da rede estadual de ensino. Porém, como há dados sobre esta população via pesquisas do Censo Esco-

lar, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é possível diminuir esses vieses com o uso de pós-estratificação dos dados.

A pós-estratificação é uma técnica estatística amplamente utilizada em pesquisas amostrais para corrigir eventuais discrepâncias entre as distribuições marginais das variáveis sociodemográficas da amostra e da população de referência. Esse procedimento busca aumentar a representatividade dos resultados, especialmente quando há diferenças sistemáticas na probabilidade de seleção ou na propensão à resposta entre determinados grupos (Lohr, 1998). Em termos simples, com base em informações da população-alvo, atribui-se a cada caso uma ponderação que ajusta os cálculos agregados, aproximando-os do resultado esperado se a amostra fosse representativa.

Nesse sentido, a escolha de quais variáveis utilizar para a pós-estratificação é essencial. Considerando a relevância teórica para o fenômeno investigado, bem como a disponibilidade tanto na amostra quanto na pesquisa do Censo Escolar de 2023, foram escolhidos sexo, região<sup>2</sup>, faixa etária e cor/raça como as variáveis que a pesquisa deveria buscar representar de forma mais fiel à população.

Essa escolha gera a exclusão de alguns respondentes. Como a pesquisa busca representar a população de servidores descrita pelo Censo Escolar, ela não pode incluir aposentados. Além disso, como são necessárias informações das variáveis mencionadas acima para calcular as ponderações, todos os respondentes que deixaram alguma dessas questões em branco são retirados do conjunto de

respondentes. Após esse processo, restaram 2.215 respostas.

Para evitar efeitos indesejados de variabilidade excessiva nos pesos, foi aplicado um *weight trimming* (“poda” de pesos), limitando os pesos a um intervalo entre 0,3 e 3. Esse procedimento e valores estabelecidos são recomendados pela literatura para garantir maior estabilidade às estimativas ajustadas (Lumley, 2010).

Uma forma de avaliar a capacidade da pós-estratificação e se aproximar do que seria a distribuição dessas variáveis se a pesquisa tivesse sido aleatória é comparar os percentuais dessas antes e depois da pós-estratificação com o valor de referência do censo escolar de 2023. As tabelas abaixo mostram esses dados.

**TABELA 1 - PÓS-ESTRATIFICAÇÃO, REGIÃO (EM PERCENTUAL %)**

REGIÃO	DADO DA PESQUISA	PÓS-ESTRATIFICADO	CENSO ESCOLAR 2023
Blumenau	14,7	22,3	22,3
Caçador	4,3	3,2	3,4
Chapecó	37,8	19,2	19,3
Criciúma	12,9	16,5	16,5
Florianópolis	8,5	16	15,3
Joinville	13,4	16,5	16,1
Lages	8,4	6,3	6,9

Como pode ser percebido na tabela anterior, a pesquisa teve menos respostas do que esperado das regiões de Blumenau, Criciúma, Florianópolis e Joinville, com grande concentração de respostas na região de Chapecó. A pós-estratificação permitiu que a amostra

<sup>2</sup> O estudo utilizou a divisão do estado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por regiões geográficas intermediárias compostas por sete regiões denominadas a partir da influência das cidades. São elas: Florianópolis, Criciúma, Caçador, Lages, Chapecó, Joinville e Blumenau.

se aproximasse mais do que seria esperado como resultado de uma amostra aleatória.

**TABELA 2 - PÓS-ESTRATIFICAÇÃO, SEXO (EM PERCENTUAL %)**

SEXO	DADO DA PESQUISA	PÓS-ESTRATIFICADO	CENSO ESCOLAR 2023
Feminino	78,8	70,8	74,6
Masculino	21,2	29,9	25,4

Em relação a variável sexo, as amostras antes e pós-estratificada mantiveram tendências opostas em relação ao valor do censo escolar. A amostra sobre-representou mulheres e sub-representou homens, enquanto os dados pós-estratificados fizeram o exato oposto. Os desvios, no entanto, diminuíram consideravelmente.

**TABELA 3 - PÓS-ESTRATIFICAÇÃO, FAIXA ETÁRIA (EM PERCENTUAL %)**

FAIXA ETÁRIA	DADO DA PESQUISA	PÓS-ESTRATIFICADO	CENSO ESCOLAR 2023
18 a 24 anos	2,5	4,6	4,4
25 a 34 anos	16,5	27	26,4
35 a 44 anos	30,9	34,6	34,4
45 a 54 anos	34,1	23,7	24,7
55 a 64 anos	13,9	9,3	9,3
65 anos ou mais	2,2	0,9	0,8

Em relação à faixa etária, a amostra base tende a sobre-representar grupos de maior idade em relação ao esperado a partir do censo escolar. A pós-estratificação dos dados permitiu uma convergência da amostra ao representado pelo censo escolar.

**TABELA 4 - PÓS-ESTRATIFICAÇÃO, COR OU RAÇA (EM PERCENTUAL %)**

COR OU RAÇA	DADO DA PESQUISA	PÓS-ESTRATIFICADO	CENSO ESCOLAR 2023
Amarelo e indígena	0,9	1,5	1,6
Branco	84,6	86,2	87
Preto e Pardo	14,5	12,2	10,8

Em relação à cor ou raça, a amostra não apresentou grandes desvios do valor esperado, mas a pós-estratificação permitiu a diminuição da sobre-representação de pretos e pardos na amostra.

Uma vez percebido que o processo de pós-estratificação aproximou a amostra do que seria esperado se ela tivesse sido construída aleatoriamente ou por cotas, é possível analisar os dados com mais confiança de que os resultados representam de forma menos enviesada os professores da rede estadual do estado de Santa Catarina. Todos os dados apresentados nas seções seguintes têm como base a amostra pós-estratificada que busca representar os docentes ativos da rede pública estadual. ✨



# 4

## Análise dos resultados do questionário



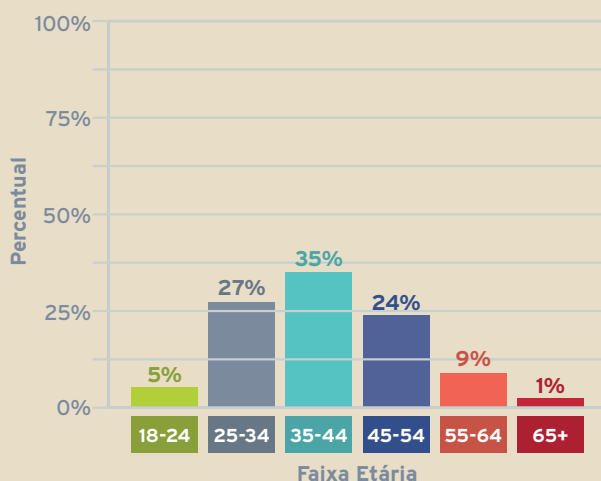
### SEÇÃO I - PERFIL DOS DOCENTES



**N**esta primeira seção de resultados, observam-se as características que permitem traçar o perfil dos docentes atuantes na rede estadual de Santa Catarina. Dentre essas características, destacam-se a composição etária, racial, regional, de sexo, de gênero, de orientação sexual e de escolaridade, assim como atributos que descrevem seu regime de trabalho, carga horária, formação continuada, níveis de ensino, área de conhecimento e tempo de atuação na rede estadual. Outros fatores contextuais que ainda caracterizam o perfil dos docentes são o estado civil, a parentalidade, a convivência familiar, o uso de redes sociais, o fato de exercerem a profissão no mesmo município onde residem e o tempo de deslocamento até a escola mais distante, e, por fim, a existência de vínculos empregatício ou fonte de renda adicional.

A composição etária (Gráfico 10) do corpo docente da rede estadual catarinense evidencia o predomínio de profissionais em fases intermediárias e avançadas da carreira. Conforme os dados, 35% dos docentes encontram-se na faixa dos 35-44 anos, seguidos por 24% na faixa dos 45-54 anos. Os docentes abaixo de 25 anos são 5% do total e 10% possuem 55 anos ou mais.

GRÁFICO 10 - FAIXA ETÁRIA

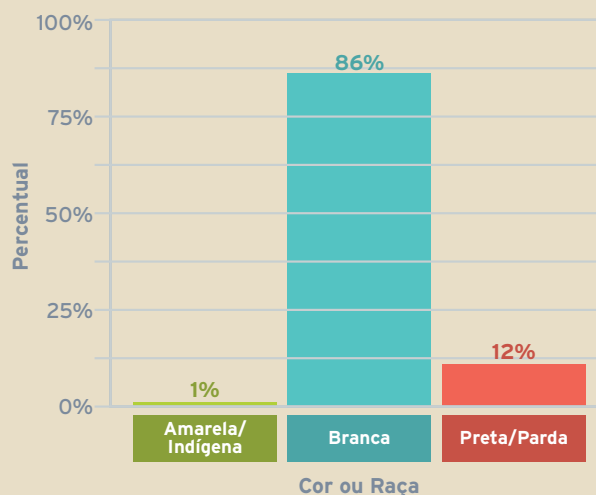


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual da faixa etária. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

No que tange à composição racial (Gráfico 11) do corpo docente, observa-se uma sub-representação de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, que, embora constituam aproximadamente 23,3%, da população de Santa Catarina, de acordo com o censo de 2022, representam apenas 12% entre os docentes. Por outro lado, os docentes brancos correspondem a 86% do total, evidenciando uma sobre-representação em relação à sua participação na população geral do estado, que é de 76,3%. Destaca-se, ainda, a presença de docentes autodeclarados amarelos ou

indígenas (1%). Essas discrepâncias evidenciam a persistência de desigualdades estruturais no acesso às posições de ensino, especialmente para as populações negras.

GRÁFICO 11 - COR OU RAÇA

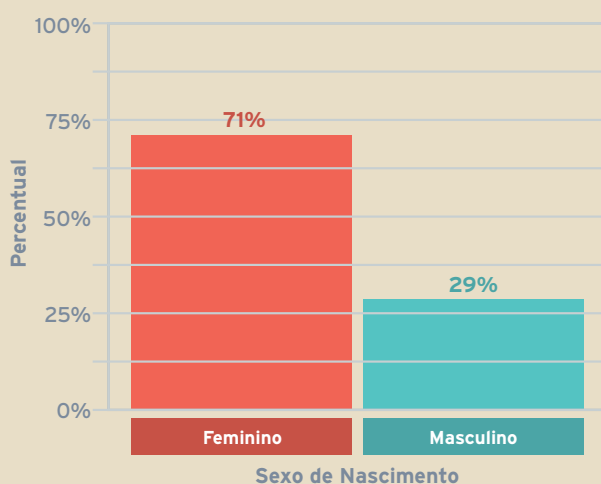


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual de cor ou raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

A feminização da profissão (71% dos respondentes da pesquisa se declararam mulher ao nascer - Gráfico 12) é um fenômeno consolidado. Adicionalmente, aproximadamente 1% dos docentes identificam-se como trans ou não binários e 1% escolheram não responder sobre identificação de gênero (Gráfico 13). Sobre a orientação sexual, 12% declaram orientação sexual diferente da heterossexual (incluindo homossexual, gay, lésbica, bissexual ou pansexual), 4% optaram por não responder e 1% disseram não saber qual a sua orientação sexual (Gráfico 14<sup>3</sup>). Como apresentado no balanço da literatura, esses grupos, com identificação diferente de cisgênero ou diferente de heterossexual, costumam estar mais expostos a situações de assédio moral e discriminação

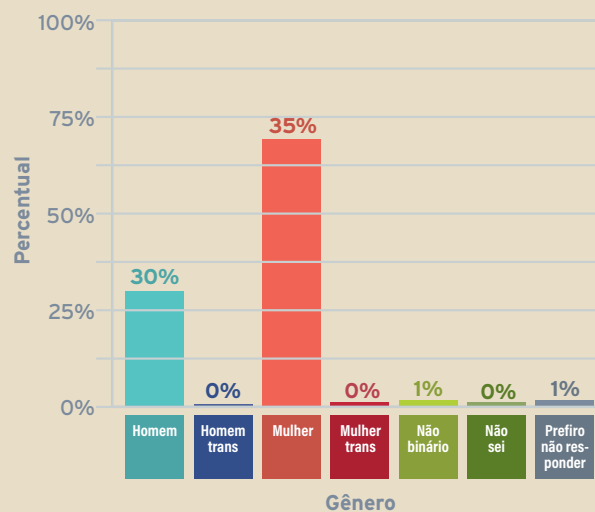
<sup>3</sup> A questão indicou opções como nos questionários do IBGE, mas permitiu aos respondentes indicarem outras respostas.

GRÁFICO 12 - SEXO DE NASCIMENTO



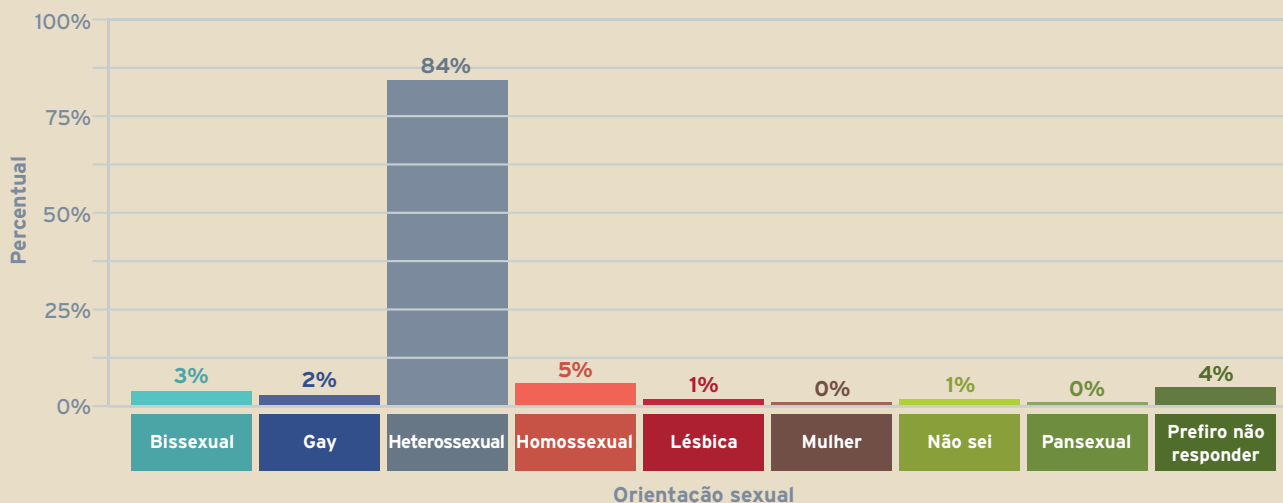
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por sexo de nascimento. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

GRÁFICO 13 - GÊNERO COM O QUAL SE IDENTIFICA



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por gênero com o qual se identifica. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

GRÁFICO 14 - ORIENTAÇÃO SEXUAL

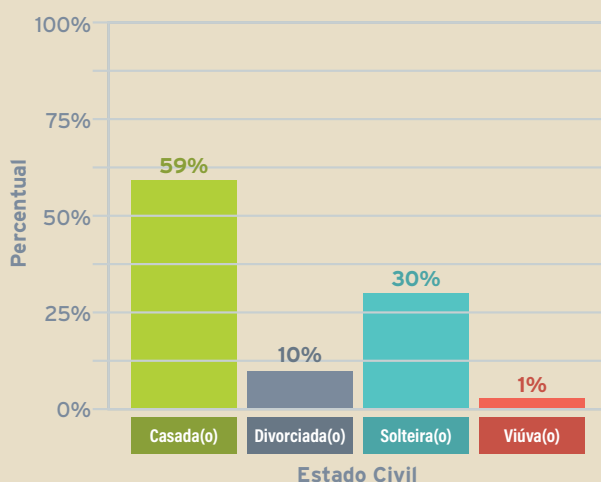


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por orientação sexual. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

Quanto ao estado civil (Gráfico 15), a maioria dos docentes (59%) declara-se casada ou em união estável, enquanto 30% são solteiros, 10% divorciados e 1% viúvos. Além disso, 65% têm filhos, sendo que 38% têm dois ou mais (Gráfico 16). No gráfico 17 verifica-se que a maior parte dos respondentes informou morar com o cônjuge (64%), seguida por

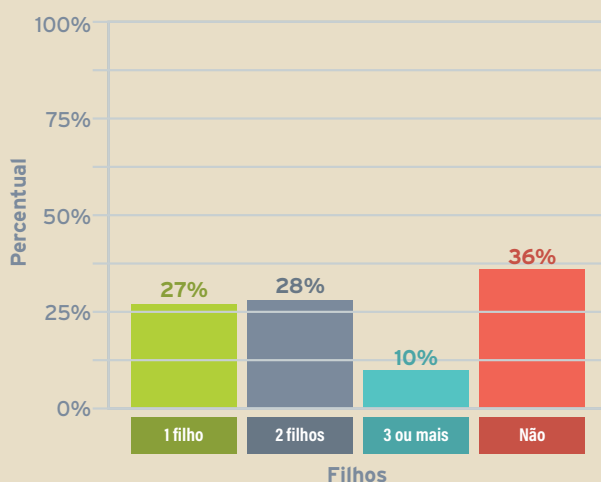
aqueles que vivem com filhos e/ou netos (43%). Apenas 13% afirmaram residir sozinho. Os dados indicam que a convivência familiar, especialmente com cônjuges e descendentes, é predominante entre os arranjos de moradia observados. As respostas somam mais que 100% porque foi permitido ao respondente indicar mais de uma opção.

GRÁFICO 15 - ESTADO CIVIL



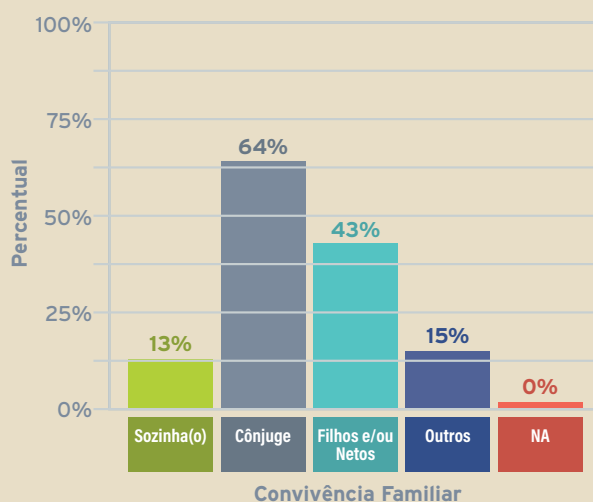
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por estado civil. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

GRÁFICO 16 - NÚMERO DE FILHOS



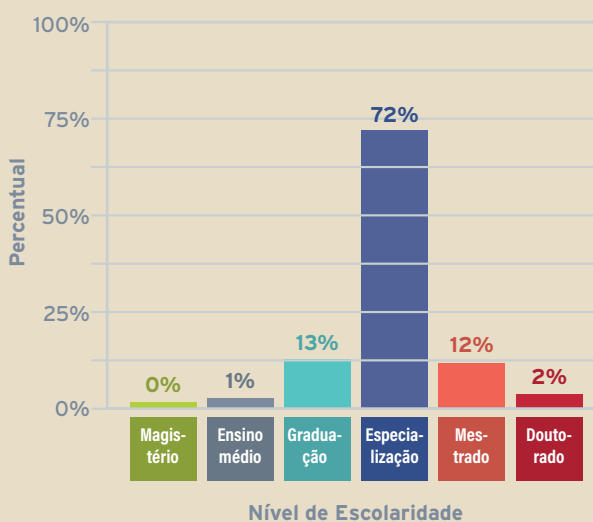
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por quantidade de filhos. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

GRÁFICO 17 - CONVIVÊNCIA FAMILIAR



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por convivência familiar. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

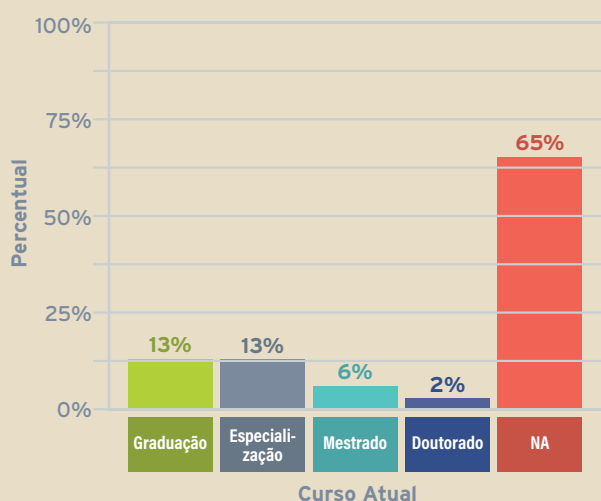
GRÁFICO 18 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por escolaridade. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

Os dados de escolarização (Gráfico 18) dos docentes revelam que 72% possuem especialização e 14% alcançaram mestrado ou doutorado. Esse dado indica que a especialização tem sido o caminho mais comum para a atualização desses profissionais, mas que há mar-

**GRÁFICO 19 - CURSO DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO**



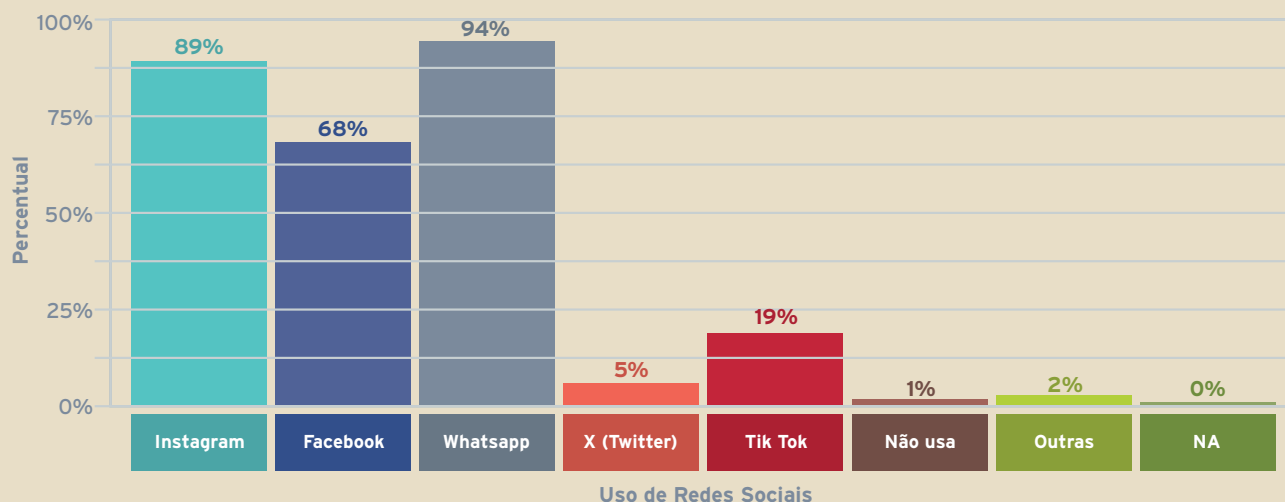
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por curso que está cursando atualmente. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

gem significativa para incrementos na capacitação do corpo docente estadual, o que poderia ser alcançado com políticas públicas efetivas de incentivo à pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, 65% não estão matriculados em nenhum curso de formação atualmente (Gráfico 19), o que pode estar relacionado à dificuldade de conciliar múltiplas jornadas e/ou à falta de incentivos para a formação continuada.

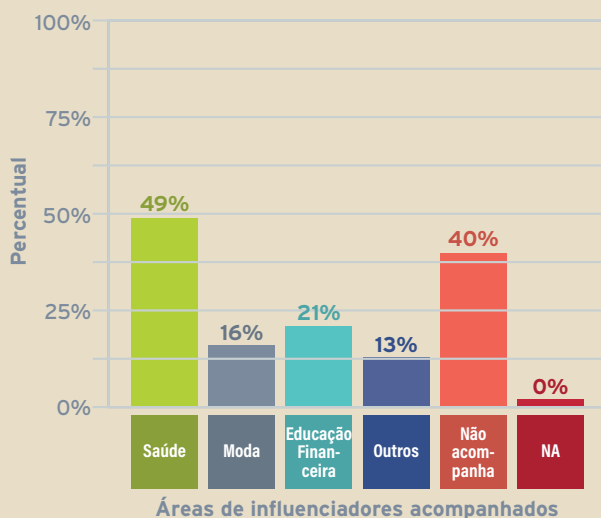
Em relação ao uso de redes sociais (Gráfico 20), destaca-se o uso do WhatsApp (94%), seguido pelo Instagram (89%) e pelo Facebook (68%), confirmando a predominância dessas plataformas em contexto nacional. O TikTok foi mencionado por 19%, enquanto o X (antigo Twitter) apareceu em 5% das respostas. Apenas 1% dos respondentes indicaram não utilizar redes sociais. Esses dados ressaltam o papel central do WhatsApp e do Instagram na comunicação do público analisado.

A maioria dos respondentes declarou acompanhar influenciadores nas redes sociais (Gráfico 21), embora as áreas de interesse sejam variadas. Educação financeira

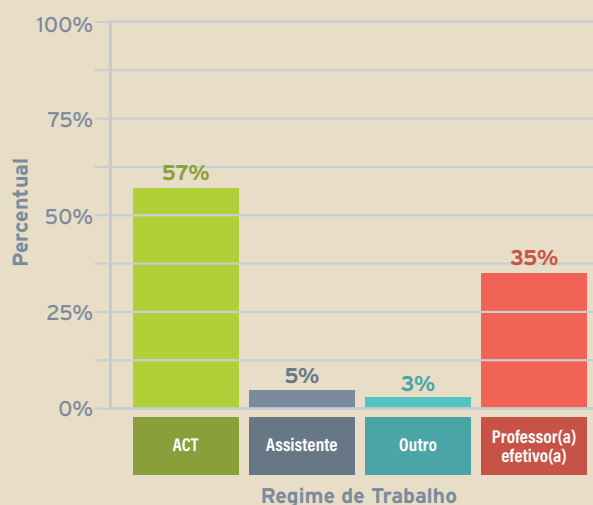
**GRÁFICO 20 - USO DE REDES SOCIAIS**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por uso de redes sociais. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

**GRÁFICO 21 - ÁREAS DE INFLUENCIADORES ACOMPANHADOS PELOS DOCENTES**

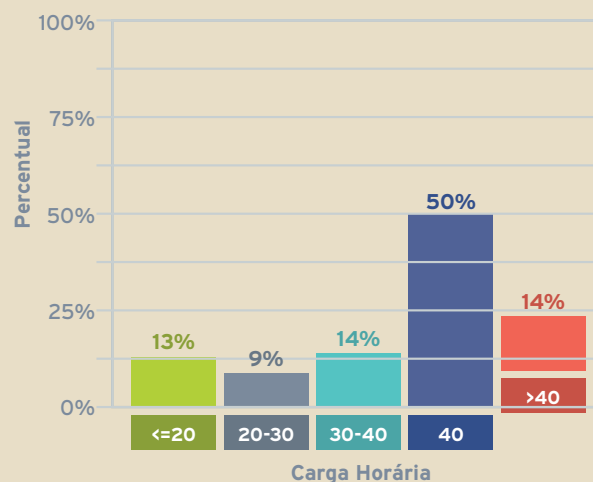
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por áreas de influenciadores acompanhados pelos docentes. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

**GRÁFICO 22 - REGIME DE CONTRATO COM A EDUCAÇÃO DO ESTADO**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por regime de contrato com a educação do Estado. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

foi mencionada por 21% dos respondentes, enquanto Moda teve 16% das citações. A categoria Saúde e Estilo de Vida se destacou, com 49%, demonstrando um grande interesse por conteúdos relacionados ao bem-estar. Do total, 40% afirmaram explicitamente não acompanhar influenciadores. Esses dados revelam um equilíbrio entre quem segue influenciadores e quem não, com destaque para temas ligados à saúde e qualidade de vida.

A precarização laboral é um dos aspectos mais críticos: 57% dos docentes são admitidos sob contrato temporário (ACTs), enquanto apenas 35% como professores efetivos (Gráfico 22). Além disso, mais de um terço dos docentes têm jornada de menos de 40 horas (Gráfico 23). A carga horária parcial e a instabilidade do vínculo temporário, como demonstrado no balanço da literatura, estão associados a maior sensação de insegurança financeira e no trabalho e, por consequên-

**GRÁFICO 23 - CARGA HORÁRIA NA EDUCAÇÃO DO ESTADOR**

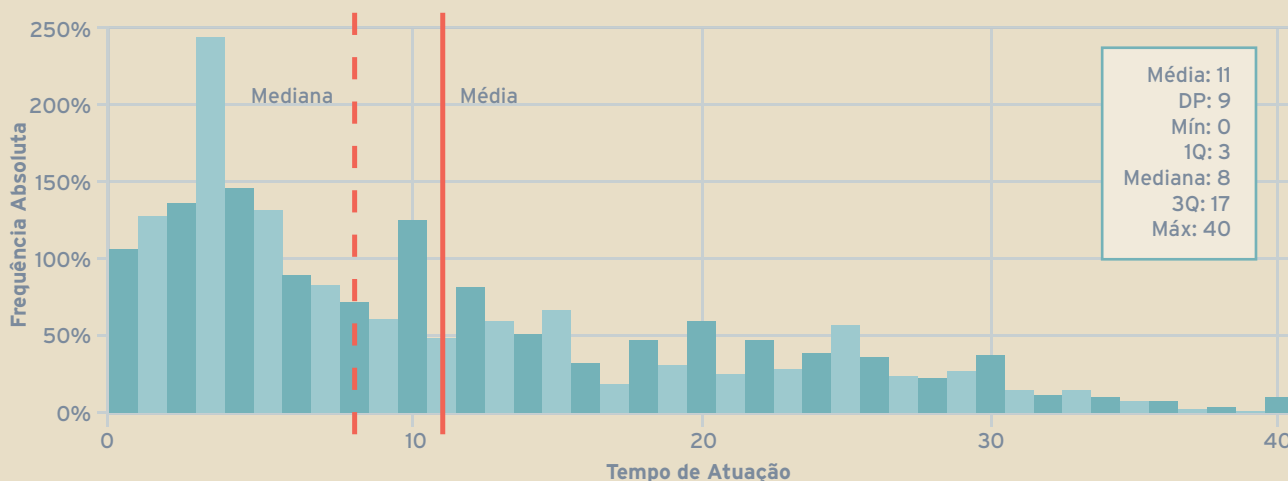
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por carga horária na educação do Estado. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

cia, a maiores índices de adoecimento. Já para aqueles 14% que possuem contratos acima de 40 horas, a carga horária excessiva é um fator de desgaste. Cabe notar ainda que a carga horária aqui relatada está subestimada pelo fato de mais de 90% dos professores revelarem que dedicam horas extras não remuneradas ao trabalho (Gráfico 38) – como

se verá adiante na seção sobre percepções do trabalho – um indicativo claro da intensificação do trabalho docente.

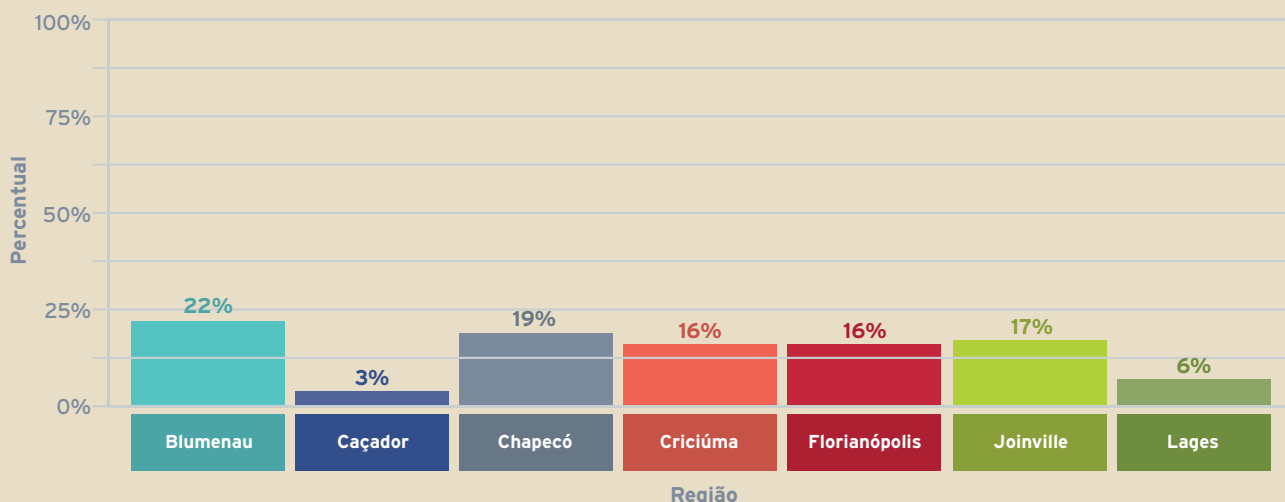
Considerando o tempo de atuação, mais da metade dos respondentes, marcado pela linha da mediana no gráfico 24, possui menos de dez anos de trajetória profissional na

**GRÁFICO 24 - TEMPO, EM ANOS, DE ATUAÇÃO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA**



Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta de tempo, em anos, de atuação na rede pública estadual de educação em Santa Catarina. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

**GRÁFICO 25 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por região de residência. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

rede pública estadual. O que aponta para um corpo docente majoritariamente novo em termos de ingresso na carreira. Observa-se que a frequência de docentes diminui progressivamente conforme o tempo de carreira aumenta, com presença mais dispersa de profissionais com mais de 10 até 40 anos de atuação. Esse padrão pode refletir tanto a rotatividade característica da profissão quanto períodos de contratação em massa. Políticas públicas do Estado e do sindicato devem considerar essa característica em seus desenhos.

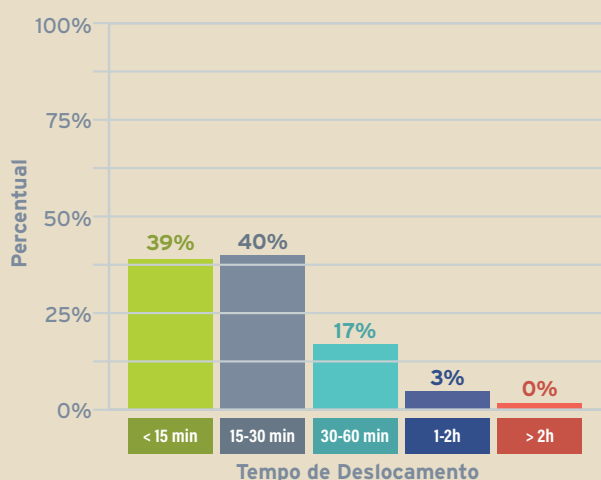
A distribuição geográfica dos docentes é heterogênea, com concentrações em regiões como Blumenau (22%) e Chapecó (19%), seguidas de Joinville (17%), de Criciúma e Florianópolis (16%, cada), enquanto regiões como Lages (6%) e Caçador (3%) apresentam menos docentes (Gráfico 25). Essa disparidade pode estar relacionada à densidade populacional e à oferta desigual de infraestrutura educacional. Quanto ao tempo de des-

locamento de casa até o trabalho (Gráfico 26), a grande maioria dos docentes percorrem trajetos relativamente curtos: 39% gastam até 15 minutos e 40% gastam de 15 a 30 minutos para chegar à escola mais distante. De todo modo, mais de 20% levam mais de meia hora, o que pode contribuir para o esgotamento físico e mental.

Com relação ao local de atuação na rede pública estadual de educação (Gráfico 27), percebe-se que a maioria dos docentes atua no mesmo município em que reside (83%). Para os 17% que atuam em municípios diferentes, essa situação aponta provavelmente para desafios maiores, que podem envolver longos trajetos, custos extras e desgaste físico e mental – fatores que impactam diretamente sua saúde e bem-estar no trabalho.

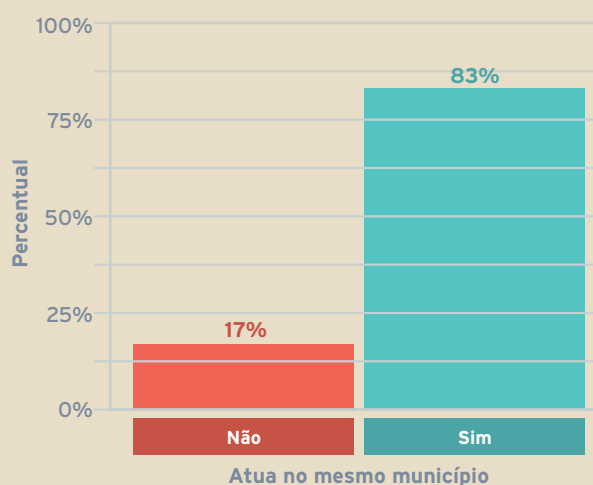
Os docentes da rede estadual atuam em diferentes níveis da rede pública (Gráfico 28), com destaque para o Ensino Médio (EM), que

**GRÁFICO 26 - TEMPO DE DESLOCAMENTO DA RESIDÊNCIA ATÉ A ESCOLA MAIS DISTANTE EM QUE TRABALHA**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por tempo de deslocamento da residência até a escola mais distante em que trabalha. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 27 - ATUA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO MESMO MUNICÍPIO EM QUE RESIDE**

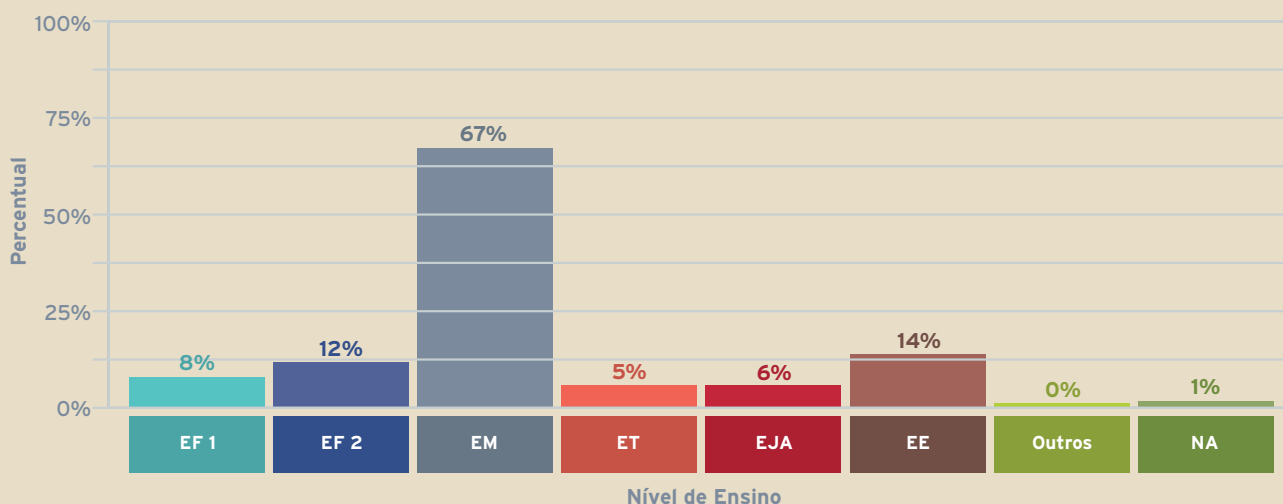


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por atuação na rede pública estadual de educação no mesmo município em que reside. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

concentra a maior parcela, respondendo por 67% dos casos. Em seguida, o Fundamental 1 (1º ao 5º ano – EF 1) representa 8%, enquanto o Fundamental 2 (6º ao 9º ano – EF 2) corresponde a 12%. A Educação Especial (EE) foi mencionada por 14% dos entrevistados, evidenciando sua relevância nesse segmento. O Ensino Técnico Profissionalizante (ET) abrange 5%, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 6%.

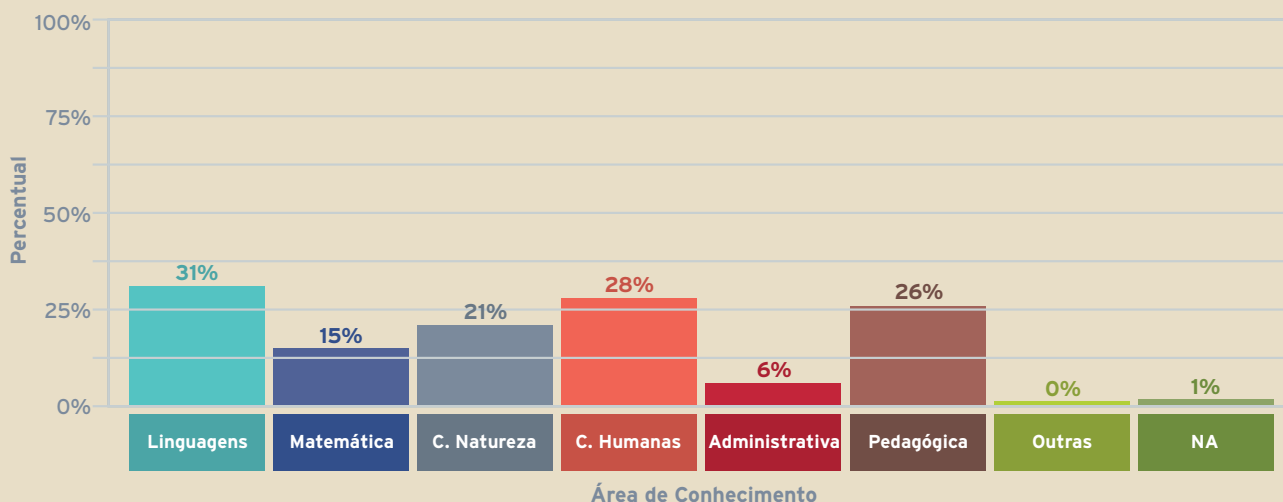
Entre as áreas do conhecimento na rede estadual de ensino (Gráfico 29), a mais citada foi Linguagens, com 31% das respostas. Ciências Humanas e Ensino Religioso representaram 28%, enquanto Ciências da Natureza e Matemática registraram 21% e 15%, respectivamente. Já a atuação nas áreas Administrativa e Pedagógica corresponderam a 6% e 26%, respectivamente.

GRÁFICO 28 - NÍVEIS DE ENSINO DE ATUAÇÃO



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por nível de ensino de atuação. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

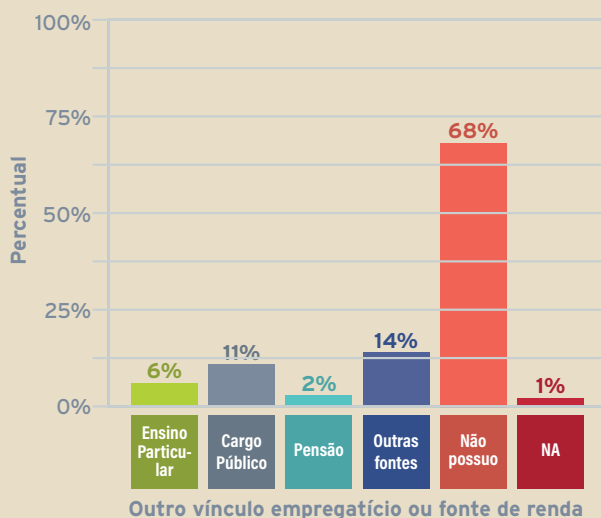
GRÁFICO 29 - ÁREAS DE CONHECIMENTO DE ATUAÇÃO



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por áreas de conhecimento de atuação. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

Por fim, os resultados indicam que a maioria dos respondentes não possui outro vínculo empregatício ou fonte de renda: 68% atuam exclusivamente na rede estadual de ensino (Gráfico 30).✳

**GRÁFICO 30 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU FONTE DE RENDA ADICIONAL**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por vínculo empregatício ou fonte de renda adicional. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

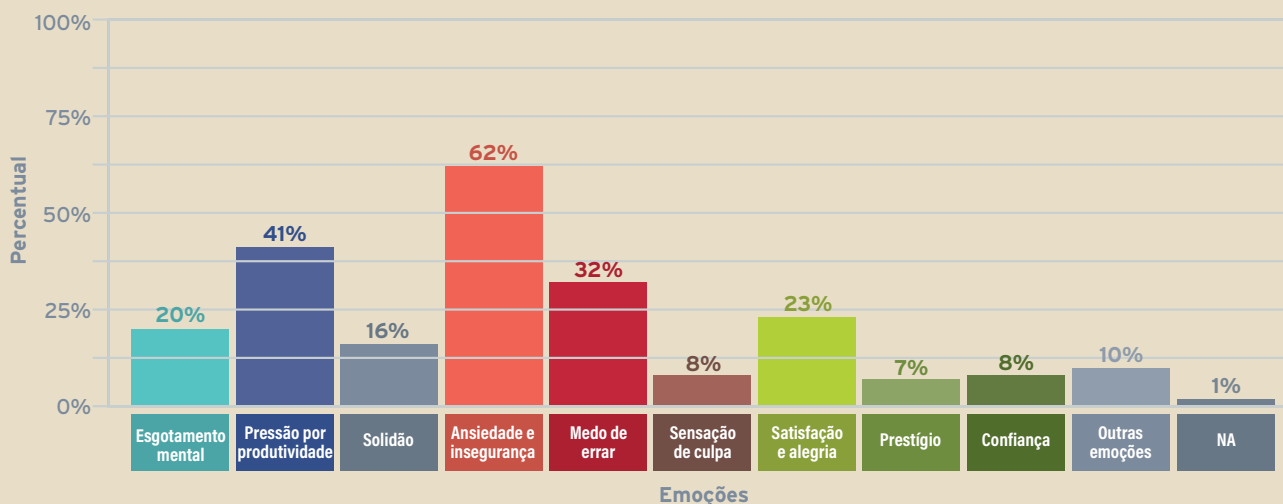
## SEÇÃO II - PERCEPÇÕES DO TRABALHO

Nesta segunda seção, apresentam-se os resultados sobre as percepções dos docentes em relação à sua atuação no trabalho. Essas percepções dizem respeito a avaliações subjetivas que os docentes fazem sobre si mesmos, o tempo de dedicação ao trabalho, sobre sua interação com os alunos e com a gestão estadual.

Em 2024, os profissionais da rede estadual de ensino relataram, em sua maioria, emoções negativas relacionadas ao trabalho (Gráfico 31). Destacam-se a ansiedade e a insegurança psicológica, presentes em cerca de 62% das respostas, seguidas pela pressão por produtividade, com aproximadamente 41%, e pelo medo de errar, mencionado por 32% dos participantes. O esgotamento mental, associado à Síndrome de Burnout, também foi citado, embora com menor frequência, aparecendo em cerca de 20% dos casos.

Por outro lado, sentimentos positivos, como satisfação e alegria pela profissão,

**GRÁFICO 31 - EMOÇÕES EM RELAÇÃO AO TRABALHO**



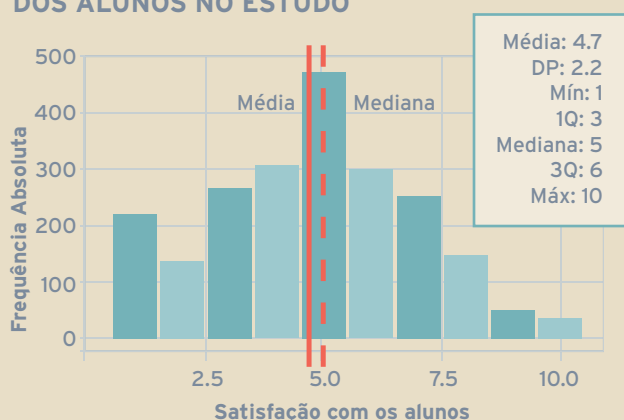
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por emoções em relação ao trabalho. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

foram mencionados por cerca de 23% dos respondentes, enquanto prestígio e reconhecimento surgiram em aproximadamente 7% das respostas. Outras emoções, como confiança, solidão e sensação de culpa, também foram relatadas, mas de forma pontual, indicando um panorama emocional diverso, em-

bora predominantemente marcado por estresse e sobrecarga.

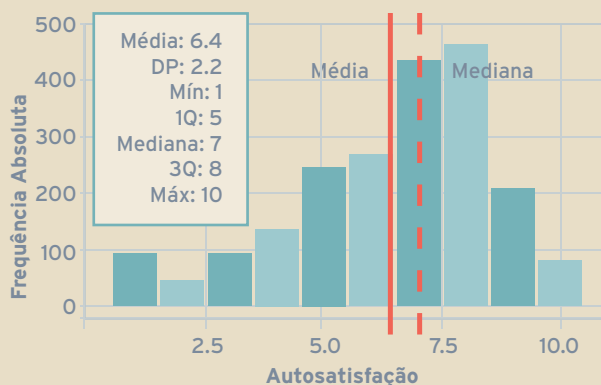
Os dados revelam que a satisfação com a participação dos alunos é baixa (média de 4,7 em uma escala de 10 pontos) (Gráfico 32). O grau médio de auto satisfação profissional dos docentes evidenciado é de 6,4 (em uma escala de 10 pontos) (Gráfico 33). Já a avaliação da gestão estadual na área da educação atinge a média mais baixa, de 3,3 (em uma escala de 10 pontos) (Gráfico 34), sinalizando insatisfação com as políticas públicas no setor. A análise revela que, entre os fatores que mais influenciaram a nota atribuída pelos respondentes à avaliação da gestão estadual (Gráfico 35), destacam-se as condições de trabalho dos professores (75%), os investimentos na qualidade da educação (62%) e no futuro dos estudantes (43%). Além disso, foram mencionados o cumprimento de calendário e metas (30%) e as exigências burocráticas dos sistemas (60%). Esses resultados indicam que aspectos estruturais, investimentos e burocracia impactaram significativamente a avaliação dos profissionais.

**GRÁFICO 32 - GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NO ESTUDO**



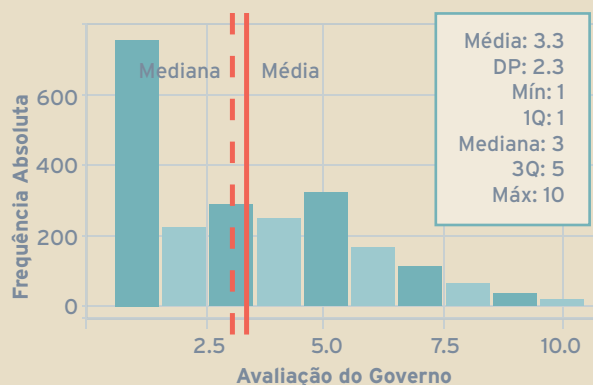
Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta do grau de satisfação em relação ao envolvimento dos alunos no estudo. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

**GRÁFICO 33 - GRAU DE AUTO SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**



Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta do grau de auto satisfação em relação a sua atuação profissional. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

**GRÁFICO 34 - AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO**



Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta da avaliação da gestão do governo do estado na educação. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

A análise revelou que as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais (Gráfico 36) incluem a defasagem de aprendizagem (77%), questões socioemocionais dos estudantes (66%), falta de infraestrutura (41%) e de equipamentos (37%). Destacam-se também as exigências burocráticas, como o preenchimento de sistemas solicitados pela

gestão (56%) e, em menor escala, os conflitos com colegas e com pais (19%) e com a direção da escola (20%). As respostas apontam para desafios de natureza estrutural, administrativa e pedagógica.

No quesito tempo de dedicação para o trabalho, mais de 70% dos docentes relataram ter

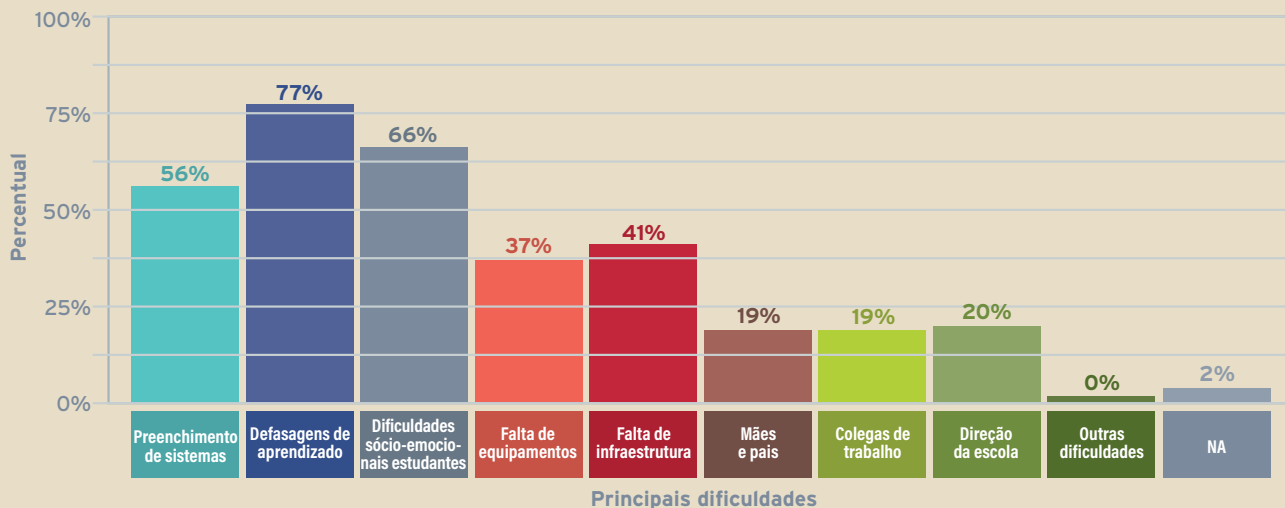
**GRÁFICO 35 - PONTOS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO GOVERNO ESTADUAL NA EDUCAÇÃO**



Pontos para avaliação do governo

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por pontos que mais contribuíram para a avaliação da gestão do governo estadual na educação. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

**GRÁFICO 36 - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENQUANTO DOCENTES**



Principais dificuldades

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por principais dificuldades enquanto docentes. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

aumentado sua dedicação em 2024 em comparação com 2023 (Gráfico 37), sendo que 54% indicaram um aumento significativo. Esse cenário aponta para uma intensificação da carga de trabalho, possivelmente impulsionada por novas demandas administrativas, mudanças no perfil das turmas ou aumento da pressão por resultados. Tal contexto pode estar diretamente relacionado ao aumento da insatisfação profissional e ao risco de adoecimento.

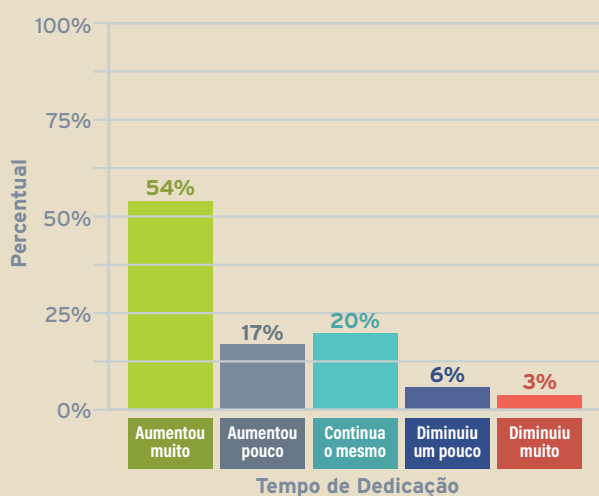
Complementarmente, a maioria expressiva dos docentes (91%) afirmou extrapolar sua carga horária contratual diariamente (Gráfico 38). Destaca-se o grupo que dedica de 1 a 2 horas extras por dia (42%), seguido por docentes que trabalham entre 2 e 4 horas a mais (23%) e os que excedem 4 horas diárias (13%). Esses dados evidenciam a sobrecarga crônica e o caráter invisível do trabalho extraclasse, como planejamento, correção de atividades e acompanhamento pedagógico individualizado – refletindo um cenário de esforço contínuo, muitas vezes não reconhecido oficialmente. ✨

## SEÇÃO III - HÁBITOS E PERCEPÇÕES DE SAÚDE

Nesta terceira seção, apresentam-se os resultados sobre hábitos e percepções de saúde dos docentes. Entre os hábitos, destacam-se os percentuais de tabagismo e de consumo de bebidas alcoólicas, como fatores de risco à saúde, e as práticas de exercícios físicos, de exercícios para cordas vocais, o costume de se fazer consultas médicas de rotina e o fato de realizarem acompanhamento de saúde mental como fatores aliados a um estilo de vida saudável. Já entre as percepções de saúde, os resultados abrangem a avaliação que os docentes fazem da própria saúde emocional, bem como a influência que atribuem ao trabalho para tal avaliação.

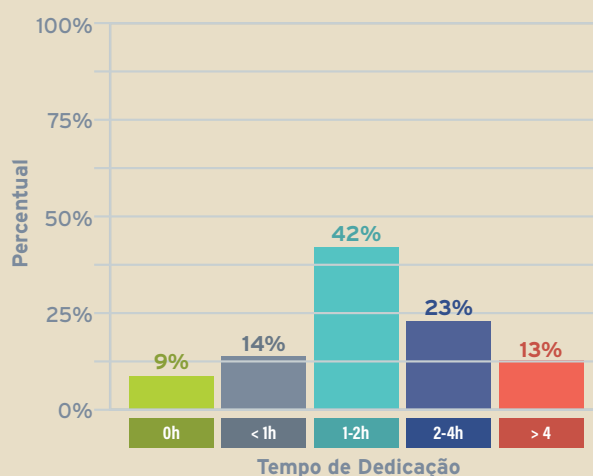
Desta forma, a maioria dos respondentes demonstra certa regularidade no cuidado com a saúde física (Gráfico 39), com 66% tendo realizado consulta médica de rotina nos últimos seis meses, enquanto 15% o fize-

**GRÁFICO 37 - TEMPO DE DEDICAÇÃO PARA O TRABALHO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR**

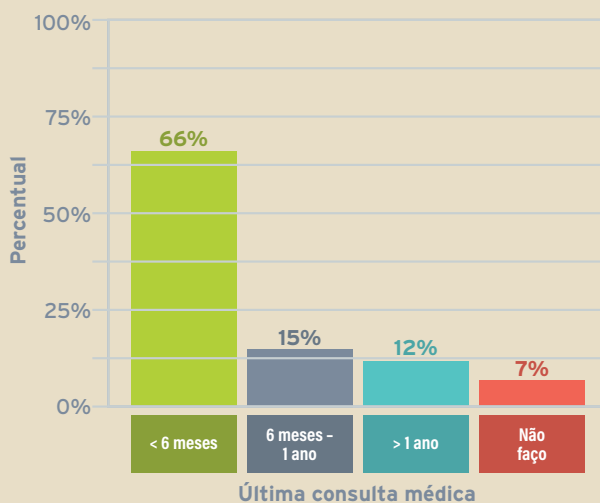


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por tempo de dedicação para o trabalho em relação ao ano anterior. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 38 - TEMPO QUE DEDICA PARA O TRABALHO ALÉM DA CARGA HORÁRIA**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por tempo que dedica para o trabalho além da carga horária. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

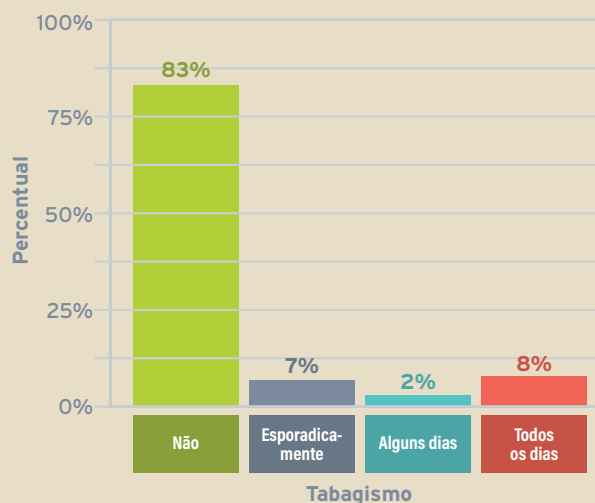
**GRÁFICO 39 - ÚLTIMA CONSULTA MÉDICA DE ROTINA**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por última consulta médica de rotina. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

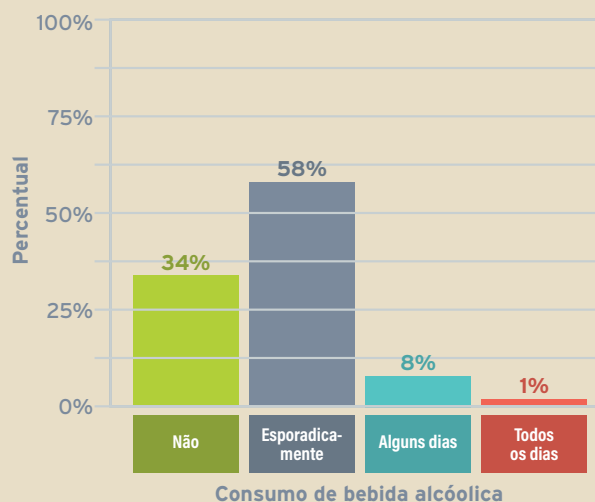
ram entre seis meses e um ano, 12% há mais de um ano e apenas 7% não realizam esse tipo de acompanhamento.

Quanto ao tabagismo (Gráfico 40), observa-se que 83% dos participantes declaram não fumar, sendo o consumo regular de cigarros minoritário, 8% fumando todos os dias. Por outro lado, o consumo de bebidas alcoólicas (Gráfico 41) ocorre predominantemente de forma esporádica ou em ocasiões sociais (58%), sendo que 34% não consomem álcool, 8% o fazem alguns dias por semana e apenas 1% consomem diariamente.

No que tange à prática de exercícios físicos (Gráfico 42), 28% dos docentes poderiam ser considerados ativos por praticarem exercícios ao menos três vezes por semana.<sup>4</sup> Mais de dois terços dos docentes têm um perfil sedentário, por praticarem exercícios menos de três vezes por semana (36%) ou por não praticarem quaisquer exercícios físicos (36%).

**GRÁFICO 40 - TABAGISMO**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por hábito de fumar. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 41 - CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por hábito de consumo de bebida alcoólica. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

<sup>4</sup> A recomendação da OMS é que adultos realizem de 150 a 300 minutos de atividade aeróbica moderada a vigorosa por semana, o que equivale a, pelos menos, três sessões de 50 minutos cada. Ver: <https://brasil.un.org/pt-br/102689-oms-lan%C3%A7a-novas-diretrizes-sobre-atividade-f%C3%ADsica-e-comportamento-sedent%C3%A1rio%C2%A0rasil>.

Quanto à realização de exercícios para as cordas vocais (Gráfico 43) – uma ferramenta de trabalho essencial para professores – a adesão é ainda mais baixa: 95% dos docentes não realizam, 3% praticam menos de três

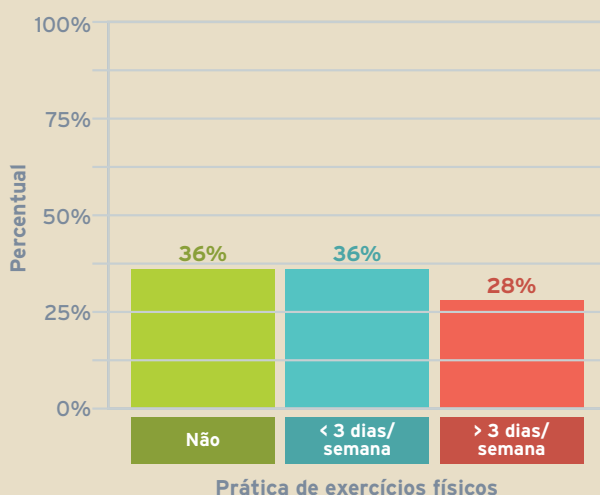
vezes por semana e apenas 2% realizam três vezes ou mais.

Os docentes respondentes, ao realizarem uma autoavaliação da saúde mental/emocional (Gráfico 44) em uma escala de 0 a 10, apresentam maior concentração na nota 5. As notas se distribuem numa curva descendente gradual para valores superiores a 5, incluindo registros no extremo da escala. Destaca-se que as notas se distribuem de maneira heterogênea para valores inferiores a 5, quando há um número maior de casos no extremo inferior da avaliação mental/emocional do que no superior.

Em seguida, observa-se que a maioria (62%) não realiza acompanhamento de saúde mental (Gráfico 45). Entre aqueles que fazem algum tipo de acompanhamento, 15% afirmam realizar acompanhamento psiquiátrico, 13% psicológico e 10% realizam ambos.

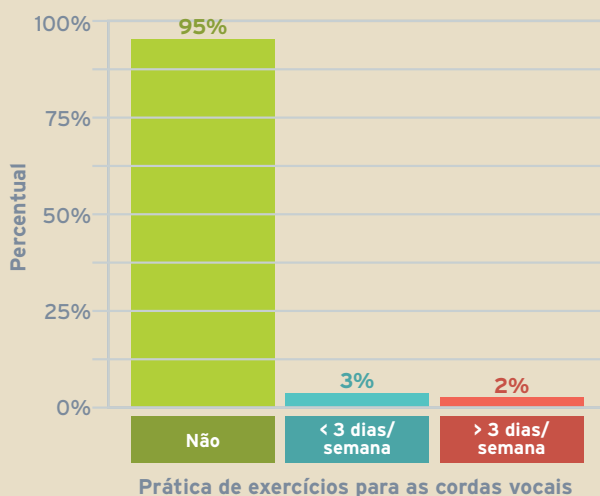
Quando questionados sobre o quanto consideram que o trabalho é responsável pelo seu estado emocional (Gráfico 46), a distribuição das respostas é assimétrica à esquerda

**GRÁFICO 42 - PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS**



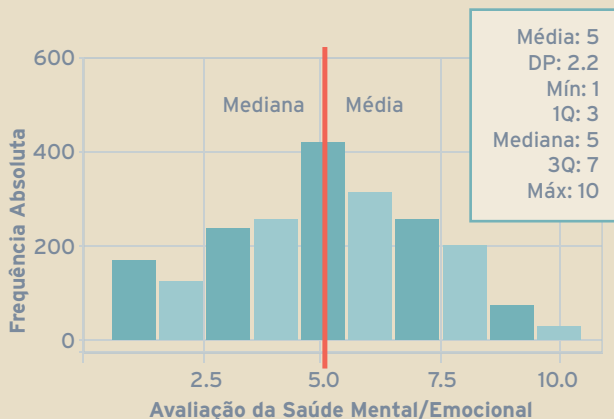
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por hábito de prática de exercícios físicos. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 43 - PRÁTICA DE EXERCÍCIOS PARA AS CORDAS VOCAIS**

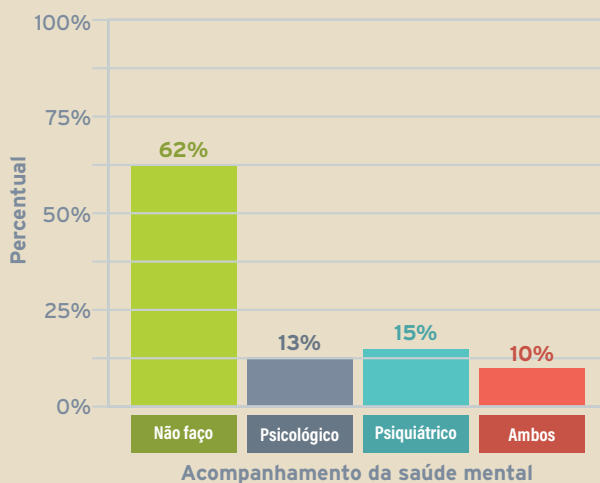


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por hábito de prática de exercícios para as cordas vocais. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

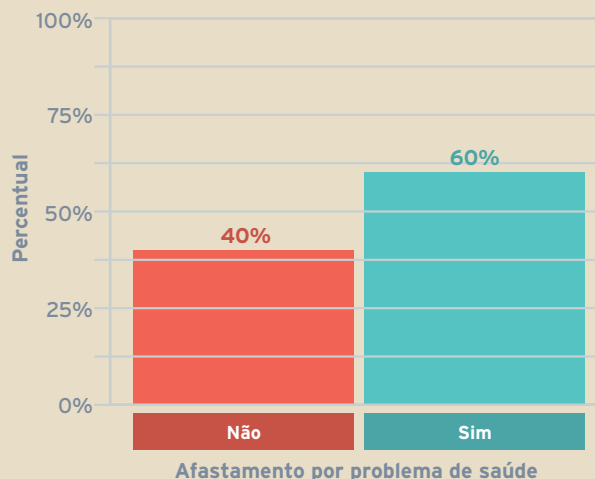
**GRÁFICO 44 - AUTOAVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL/EMOCIONAL**



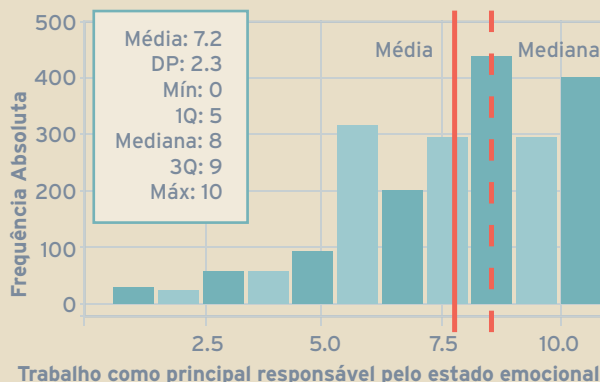
Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta da autoavaliação da saúde mental/emocional. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

**GRÁFICO 45 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE MENTAL**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por tipo de acompanhamento de saúde mental. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 47 - AFASTAMENTO DO TRABALHO POR PROBLEMA DE SAÚDE**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por afastamento do trabalho por problema de saúde. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 46 - TRABALHO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO ESTADO EMOCIONAL**

Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta da percepção do trabalho como principal responsável pelo estado emocional. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

pois concentram-se nos valores mais altos da escala, especialmente entre 8 e 10. Esse dado mostra que, entre os próprios docentes, há a percepção de que o trabalho é uma das principais fontes de problemas emocionais. ❁

## SEÇÃO IV - AFASTAMENTO DO TRABALHO

Nesta quarta seção, apresentamos os resultados para as questões relacionadas à necessidade de afastamento do trabalho por problemas de saúde, à presença no trabalho mesmo em condições debilitadas, à rejeição de atestados de afastamento pela perícia e aos episódios de readaptação funcional.

Em relação ao afastamento do trabalho por motivos de saúde (Gráfico 47), observa-se que 60% dos respondentes relataram ter enfrentado ao menos um episódio de adoecimento que resultou em afastamento ao longo do ano, enquanto 40% afirmaram não ter passado por essa situação.

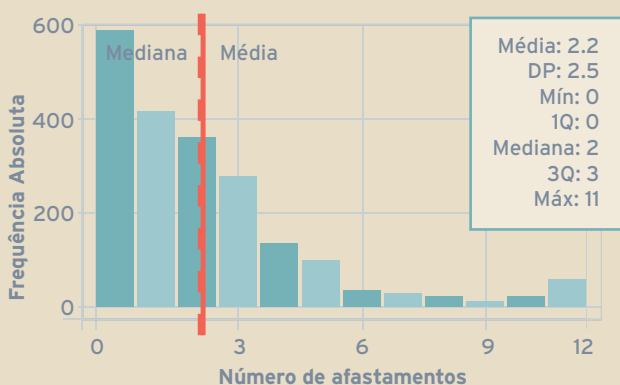
A quantidade de afastamentos por adoecimento em 2024 apresenta uma distribuição assimétrica à direita, concentrando-se principalmente em docentes que não se afastaram ou que se afastaram até três vezes (Gráfico 48). Observam-se ainda, com menos frequên-

cia, casos de docentes que se afastaram de 4 até 11 vezes. Entre os que se ausentaram, os períodos de afastamento mais frequentes (Gráfico 49) foram de 6 a 15 dias (17%), de 16 a 30 dias (7%) e de 1 a 2 meses (5%). Também foram registrados períodos mais longos: entre 2 e 3 meses (3%) e acima de 3 meses (5%). A maioria dos respondentes (85%) de-

clarou já ter ido trabalhar mesmo estando doente ou passando muito mal no período analisado (Gráfico 50).

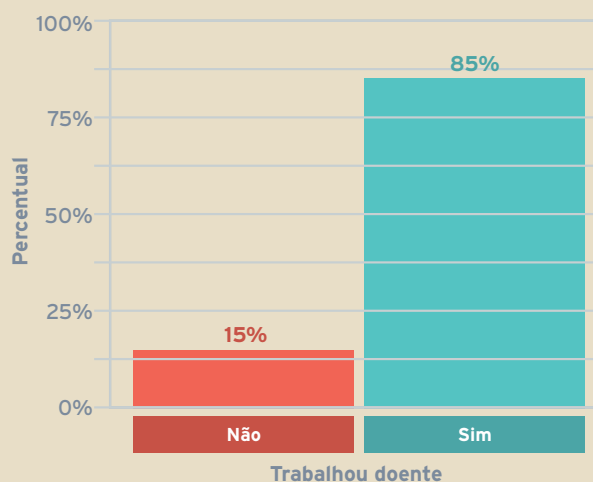
Sobre a recusa de atestado médico pela perícia (Gráfico 51), 92% afirmaram que não passaram por essa situação no último ano. Quanto à presença no trabalho mesmo com

**GRÁFICO 48 - NÚMERO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO POR ADOECIMENTO**



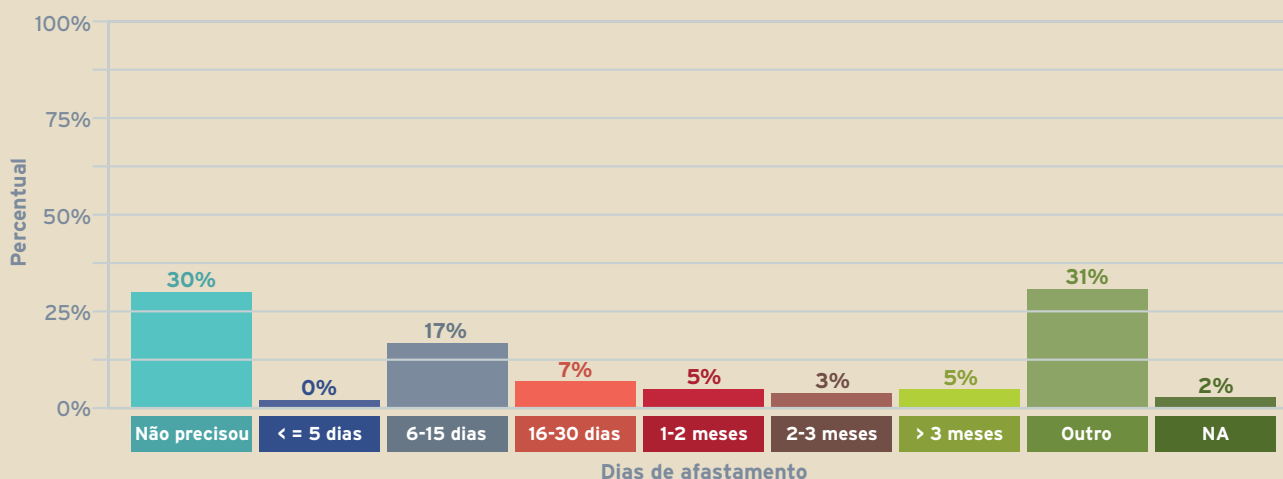
Elaborado pelos autores. Distribuição da frequência absoluta do número de afastamentos do trabalho por adoecimento. Cada barra indica a frequência de respostas da categoria. A linha vertical contínua representa a média e a linha vertical pontilhada, a mediana.

**GRÁFICO 50 - DOCENTES QUE TRABALHARAM DOENTES OU PASSANDO MUITO MAL**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por docentes que trabalharam doentes ou passando muito mal. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 49 - DIAS SOMADOS DE AFASTAMENTO POR QUESTÕES DE SAÚDE**

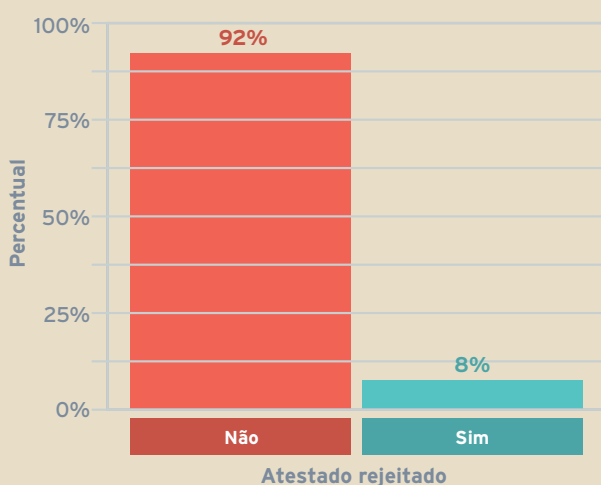


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por dias somados de afastamento por questões de saúde. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

um atestado médico de afastamento (Gráfico 52), 79% declararam que não compareceram. A análise revela que as principais razões mencionadas para trabalhar nessa condição (Gráfico 53) foram o comprometimento com os estudantes (12%) e o temor de utilizar o ates-

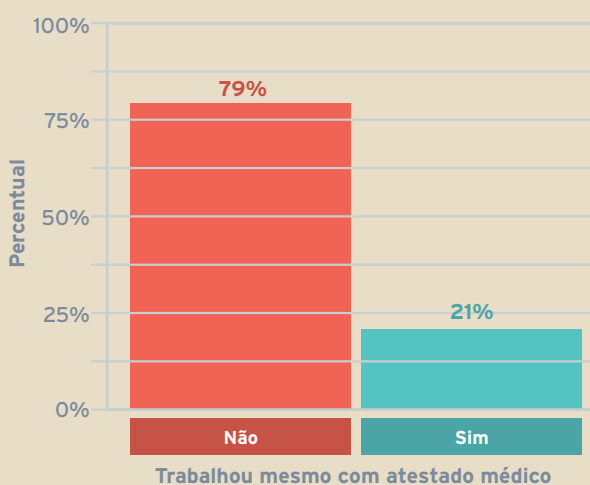
tado (10%). Outros fatores citados incluem a ausência de substituto, o medo de perder o emprego, o constrangimento imposto pela chefia (5%, cada) e o receio de corte salarial (7%). Esses dados evidenciam pressões institucionais e pessoais que levam profissionais

**GRÁFICO 51 - REJEIÇÃO DE ATESTADO MÉDICO DE AFASTAMENTO PELA PERÍCIA**



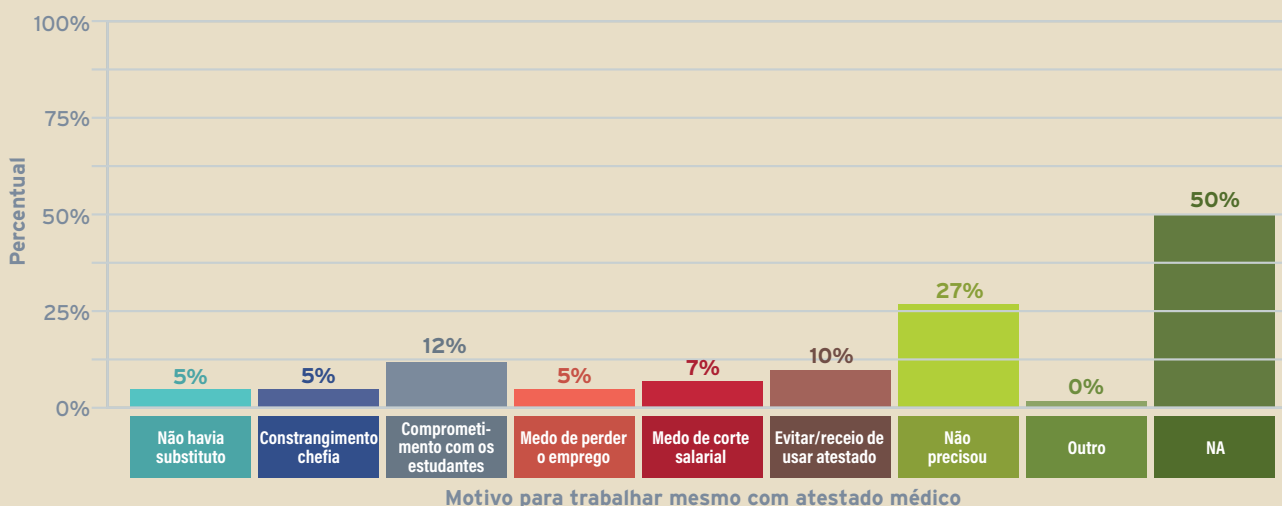
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por rejeição de atestado médico de afastamento pela perícia. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 52 - DOCENTES QUE TRABALHARAM MESMO TENDO ATESTADO MÉDICO DE AFASTAMENTO**



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por docentes que trabalharam mesmo tendo atestado médico de afastamento. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 53 - MOTIVOS PARA TRABALHAR MESMO TENDO ATESTADO MÉDICO DE AFASTAMENTO**

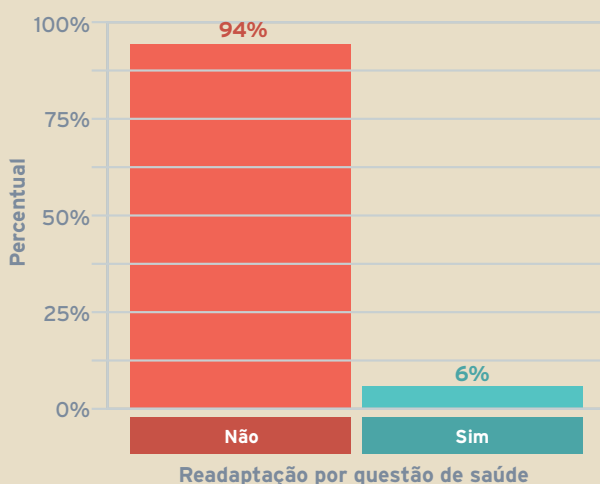


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por motivos para trabalhar mesmo tendo atestado médico de afastamento. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

a permanecerem em atividade mesmo quando deveriam se afastar por questões de saúde.

Por fim, a maioria dos docentes (94%) nunca foi submetida à readaptação de função por motivos de saúde ao longo da carreira, enquanto 6% já vivenciaram essa situação (Gráfico 54). ❄

**GRÁFICO 54 - READAPTAÇÃO POR QUESTÕES DE SAÚDE**



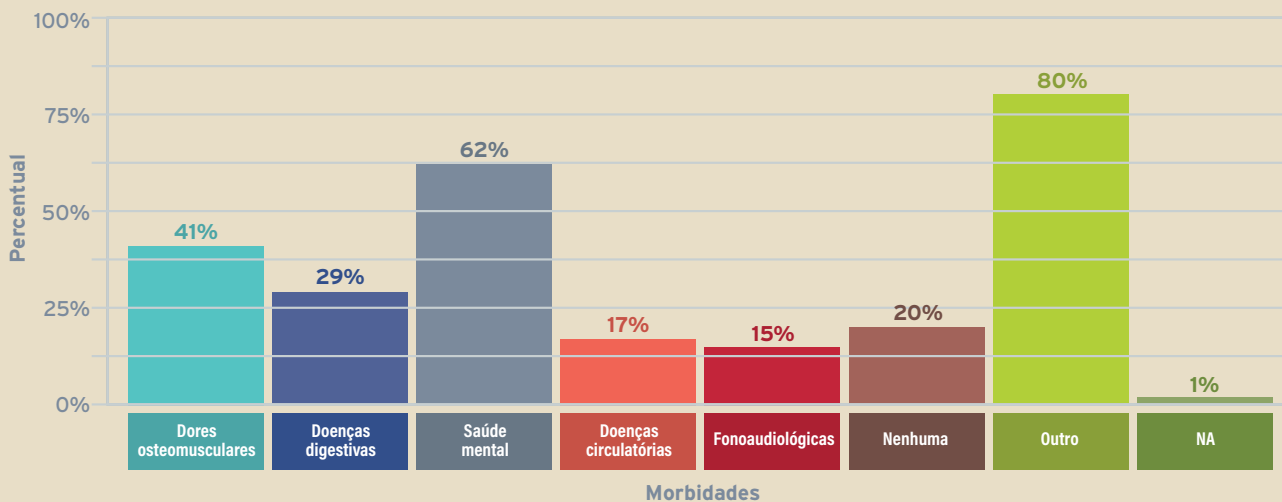
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por readaptação por questões de saúde. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

## SEÇÃO V - DOENÇAS CRÔNICAS

Nesta quinta seção, apresentam-se os resultados que revelam a incidência de diagnósticos de doenças entre os docentes, inclusive as crônicas e as neurodivergentes, a prescrição e o uso associado de medicamentos de modo contínuo ou controlado.

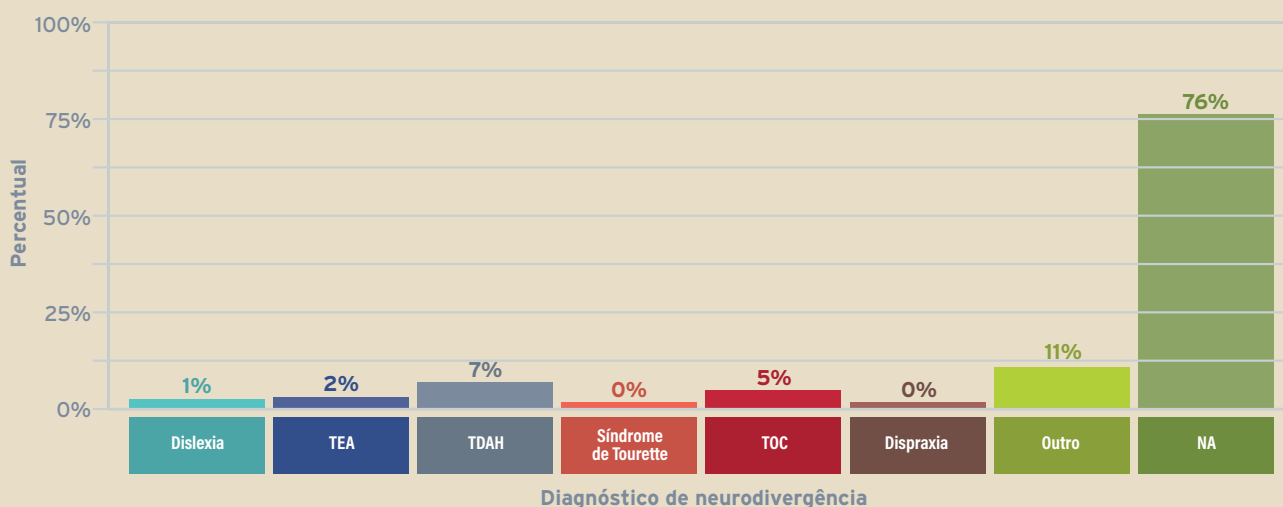
Os resultados mostram que as morbidades mais mencionadas pelos docentes, entre aquelas que acreditam poder estar acometidos e que relacionam ao exercício profissional (Gráfico 55), foram transtornos de saúde mental (62%), dores osteomusculares (41%) e doenças digestivas (29%). Os percentuais somam mais que 100% porque cada respondente pode indicar mais de uma morbidade. Também houve relatos de enfermidades circulatórias (17%) e problemas fonoaudiológicos (15%). Além disso, 20% afirmaram não possuir nenhuma morbidade associada. Esses dados indicam que a atividade docente está relacionada a diversas questões de saúde, sobretudo de ordem mental e musculoesquelética. Quase 80% dos respondentes também

**GRÁFICO 55 - MORBIDADES PELAS QUAS CONSIDERA QUE PODE ESTAR ACOMETIDA(O) E QUE ESTÃO RELACIONADAS AO TRABALHO DOCENTE**



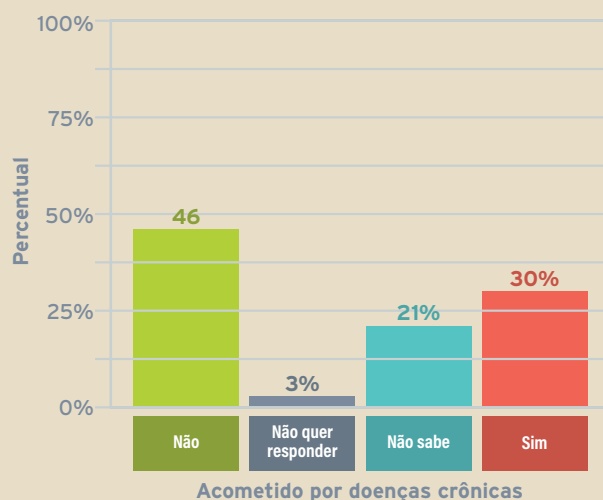
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por morbidades pelas quais considera que pode estar acometida(o) e que estão relacionadas ao trabalho docente. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

## GRÁFICO 56 - DIAGNÓSTICO DE NEURODIVERGÊNCIA



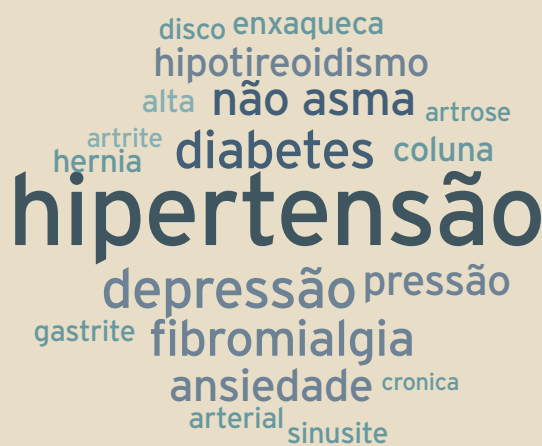
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por diagnóstico de neurodivergência. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

## GRÁFICO 57 - DOCENTES ACOMETIDOS POR DOENÇAS CRÔNICAS



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por docentes acometidos por doenças crônicas. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

## GRÁFICO 58 - DOENÇAS CRÔNICAS PELAS QUAIS DOCENTES ESTÃO ACOMETIDOS

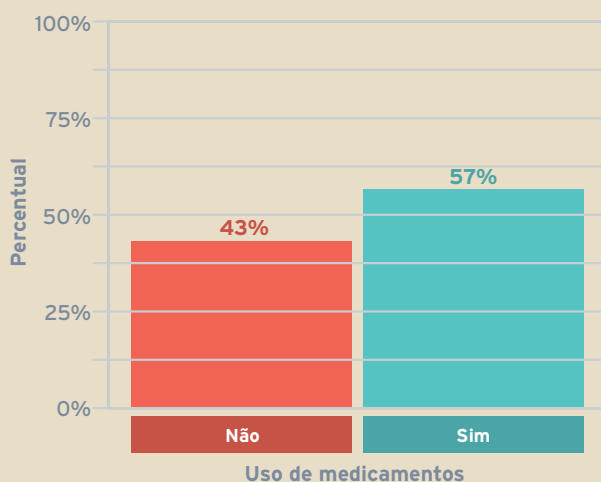


Elaborado pelos autores. Nuvem de palavras com as principais doenças crônicas mencionadas espontaneamente pelos participantes

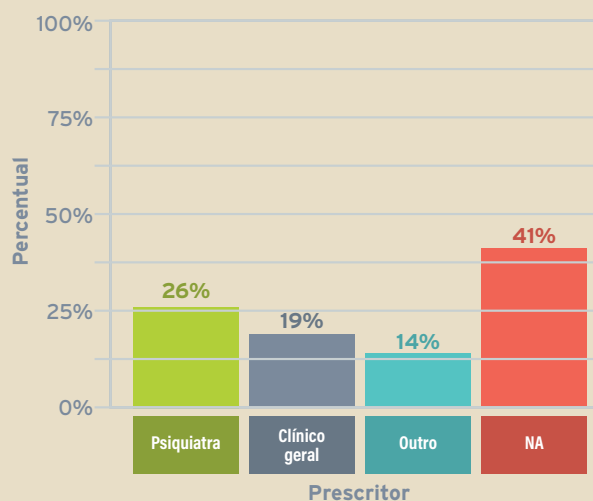
selecionaram a opção “Outros”, mas a maioria detalhou morbidades que, em grande parte, já se enquadram nas categorias anteriormente citadas.

A maioria dos participantes (76%) não indicou diagnóstico de neurodivergência (Gráfi-

co 56). Entre os casos relatados, destacam-se TDAH (7%), TOC (5%) e TEA (2%), além de Dispraxia, Dislexia e Síndrome de Tourette, cada uma com aproximadamente 1%. Esses resultados evidenciam a presença de diferentes condições neurodivergentes em aproximadamente 1 em cada 4 docentes.

**GRÁFICO 59 - USO DE MEDICAMENTOS CONTÍNUOS OU CONTROLADOS**

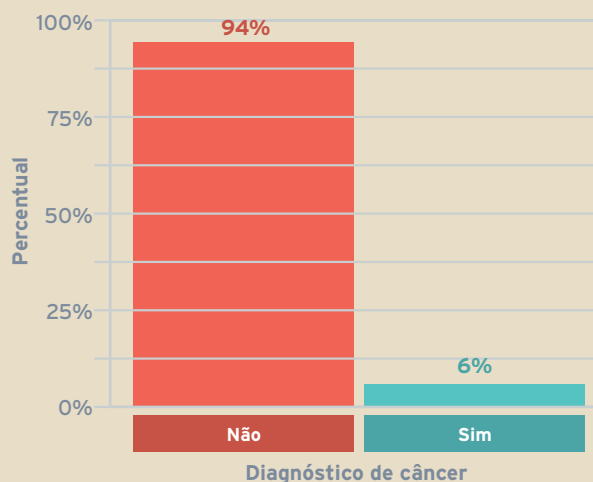
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por uso de medicamentos contínuos ou controlados. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

**GRÁFICO 60 - PROFISSIONAIS QUE PRESCREVERAM O USO DE MEDICAMENTOS CONTÍNUOS OU CONTROLADOS**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por profissionais que prescreveram o uso de medicamentos contínuos ou controlados. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

Observa-se que 46% dos docentes afirmam não sofrer de doenças crônicas, enquanto 30% relatam que sim, 21% não sabem e 3% preferem não responder (Gráfico 57). Entre as principais doenças crônicas mencionadas espontaneamente pelos participantes (Gráfico 58) destacam-se hipertensão (7%), depressão (3%), diabetes (3%), fibromialgia (3%), asma (3%) e ansiedade (2%). Quanto ao uso de medicamentos contínuos ou controlados (Gráfico 59), comumente associados a doenças crônicas e ao tratamento de transtornos mentais, 57% dos respondentes declaram utilizá-los e 43% afirmam não fazer uso. A maioria dos usuários recebeu prescrições médicas (Gráfico 60) de psiquiatras (26%) ou clínicos gerais (19%).

Por fim, em relação ao diagnóstico de câncer entre os docentes (Gráfico 61), a ampla maioria dos docentes (94%) não recebeu ou não possui diagnóstico de algum tipo de câncer, enquanto em torno de 6% afirmam ter sido diagnosticados. ❖

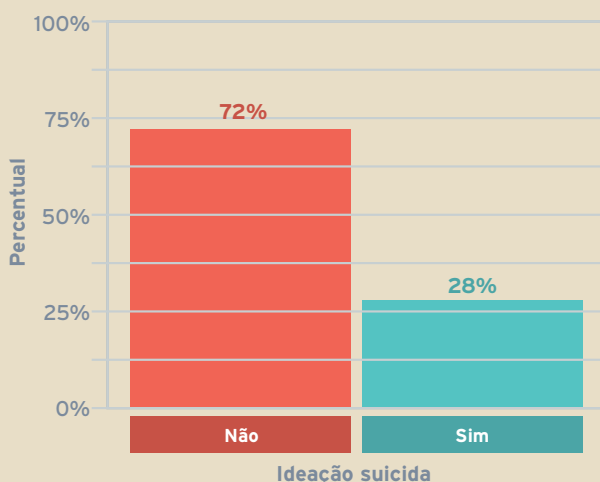
**GRÁFICO 61 - DIAGNÓSTICO DE ALGUM TIPO DE CÂNCER**

Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por diagnóstico de algum tipo de câncer. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

## SEÇÃO VI - SAÚDE MENTAL, MEDOS E VIOLÊNCIA

Na presente seção abordaremos as questões relacionadas à saúde mental, desde a ideação suicida, passando pelas questões relacionadas ao assédio e violência. Nesses dois úl-

GRÁFICO 62 - IDEACÃO SUICIDA



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por ideação suicida. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

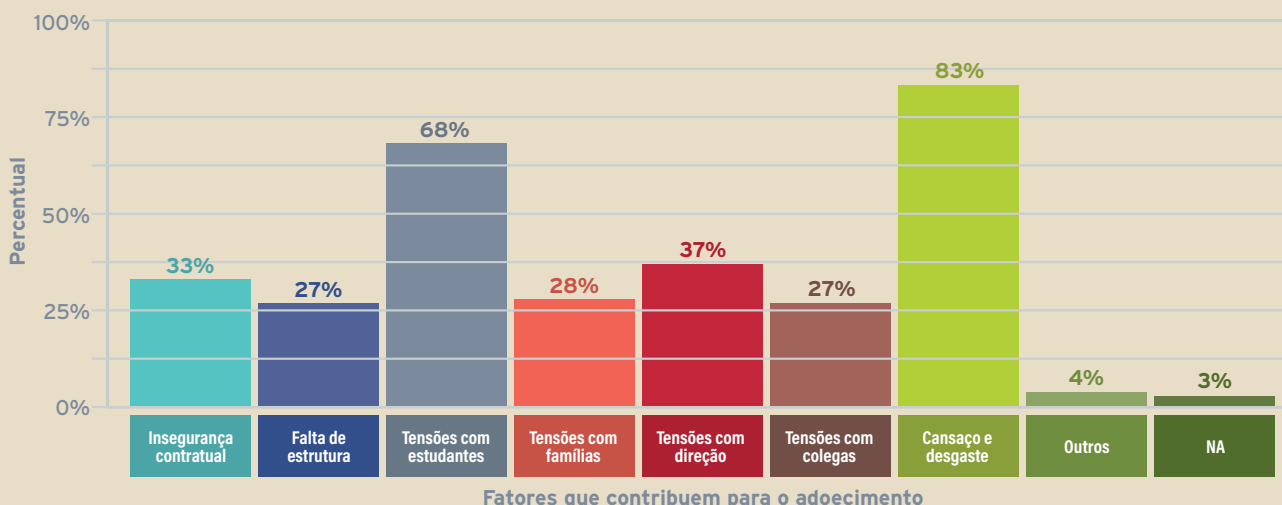
timos tópicos, três tipos de questões foram usadas: ter sido vítima, conhecer alguém que foi vítima e ter medo de ser vítima.

Acerca das questões relativas à saúde mental dos docentes, 28% dos docentes declararam ter vivenciado ideação suicida nos últimos anos, enquanto 72% afirmaram não ter passado por essa experiência (Gráfico 62).

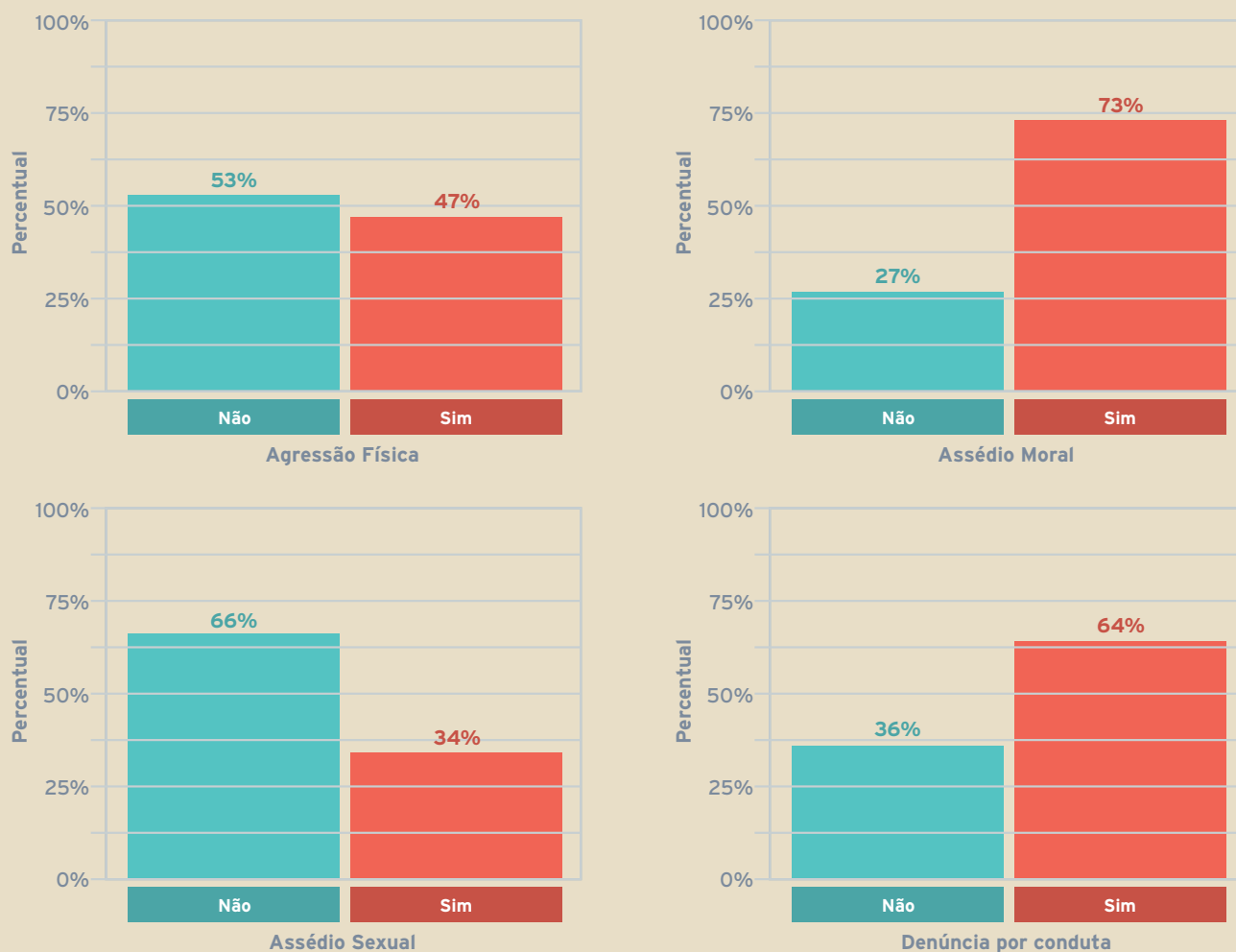
Entre os principais fatores apontados como contribuintes para o adoecimento no ambiente profissional (Gráfico 63) estão: cansaço ou desgaste físico e emocional (83%) e conflitos com colegas (27%), com famílias (28%), com a direção (37%) e com estudantes (68%). Outros aspectos mencionados incluem insegurança contratual (33%) e precariedade estrutural (27%). Esses dados indicam que tanto questões relacionais quanto condições de trabalho são percebidas como relevantes no processo de adoecimento dos docentes.

Considerando uma série de situações traumáticas que podem acontecer em relação aos docentes, o questionário perguntou aos res-

GRÁFICO 63 - FATORES QUE MAIS CONTRIBUEM OU PODEM VIR A CONTRIBUIR PARA O ADOECIMENTO NO TRABALHO



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por fatores que mais contribuem ou podem vir a contribuir para o adoecimento no trabalho. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais. A categoria NA representa pessoas que não responderam a questão.

**GRÁFICO 64 - TER PRESENCIADO OU CONHECIMENTO DE ALGUÉM QUE JÁ PASSOU PELAS SEGUINTE SITUAÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO**

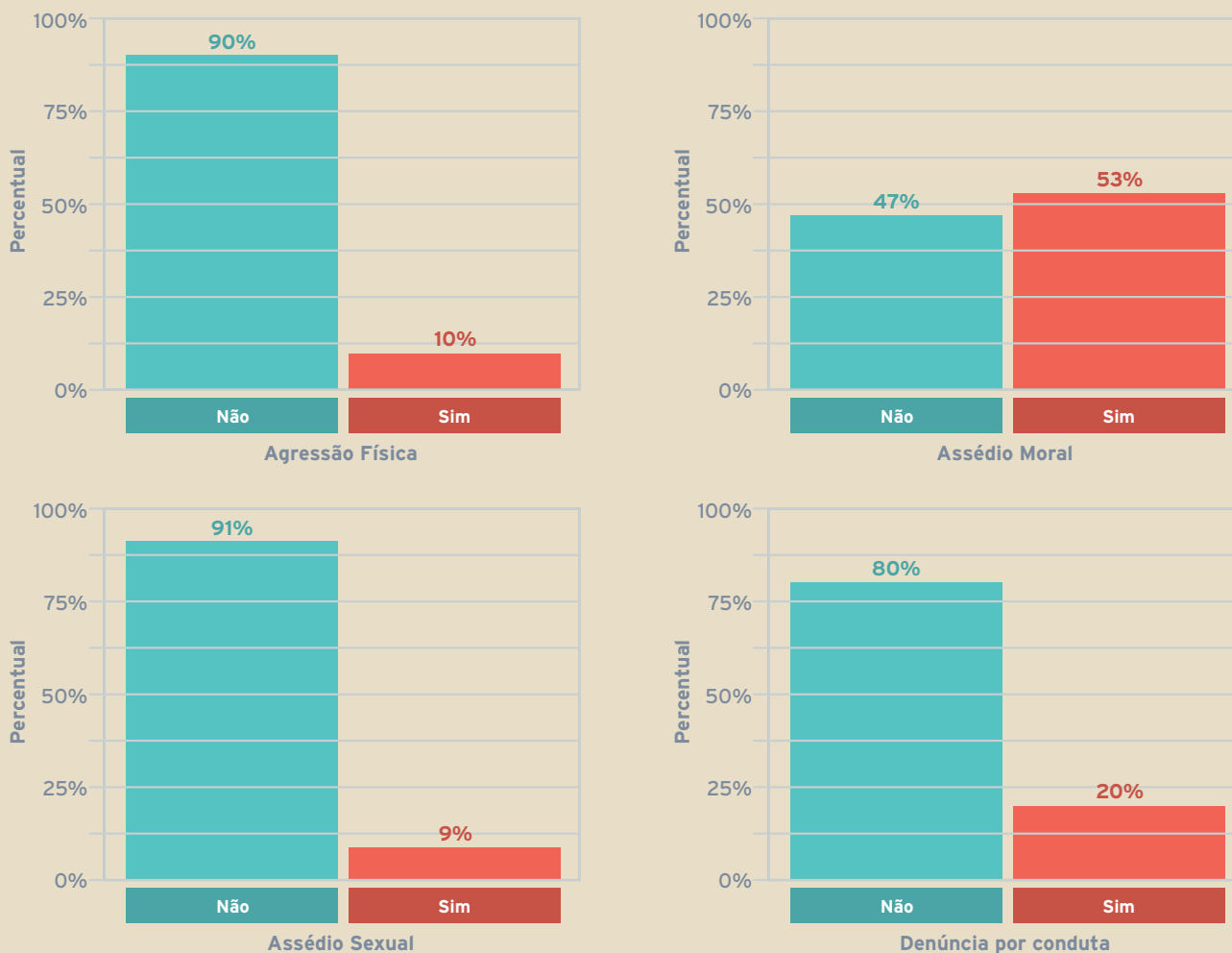
Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por ter presenciado ou conhecimento de alguém que já passou por agressão física, assédio moral, assédio ou importunação sexual ou denúncia por conduta no local de trabalho. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

pondentes tanto se eles já presenciaram ou conhecem alguém que sofreu agressão física no trabalho, assédio moral, assédio ou importunação sexual; e denúncia por conduta em sala de aula. Outra série de perguntas em sequência pergunta se o docente já foi vítima de alguma dessas situações. O objetivo de separar essas duas baterias é permitir que um tema sensível surja mesmo quando o respondente sente receio de se colocar como vítima da situação.

No que se refere à vivência ou ao conhecimento de situações de violência no ambiente de trabalho (Gráfico 64), 47% dos docentes

afirmam já ter presenciado ou conhecer alguém que passou por agressão física. Situações de assédio moral foram relatadas por 73% dos respondentes, que já presenciaram ou conhecem alguém que vivenciou esse tipo de violência. No caso de assédio ou importunação sexual, 34% afirmam ter tido algum contato com a situação. Já as denúncias por conduta em sala de aula foram presenciadas ou conhecidas por 64% dos respondentes. Os altos percentuais de conhecimento sobre essas situações indicam que esses temas estão fortemente inseridos no contexto do trabalho docente.

GRÁFICO 65 - VÍTIMA DURANTE PERÍODO DOCENTE

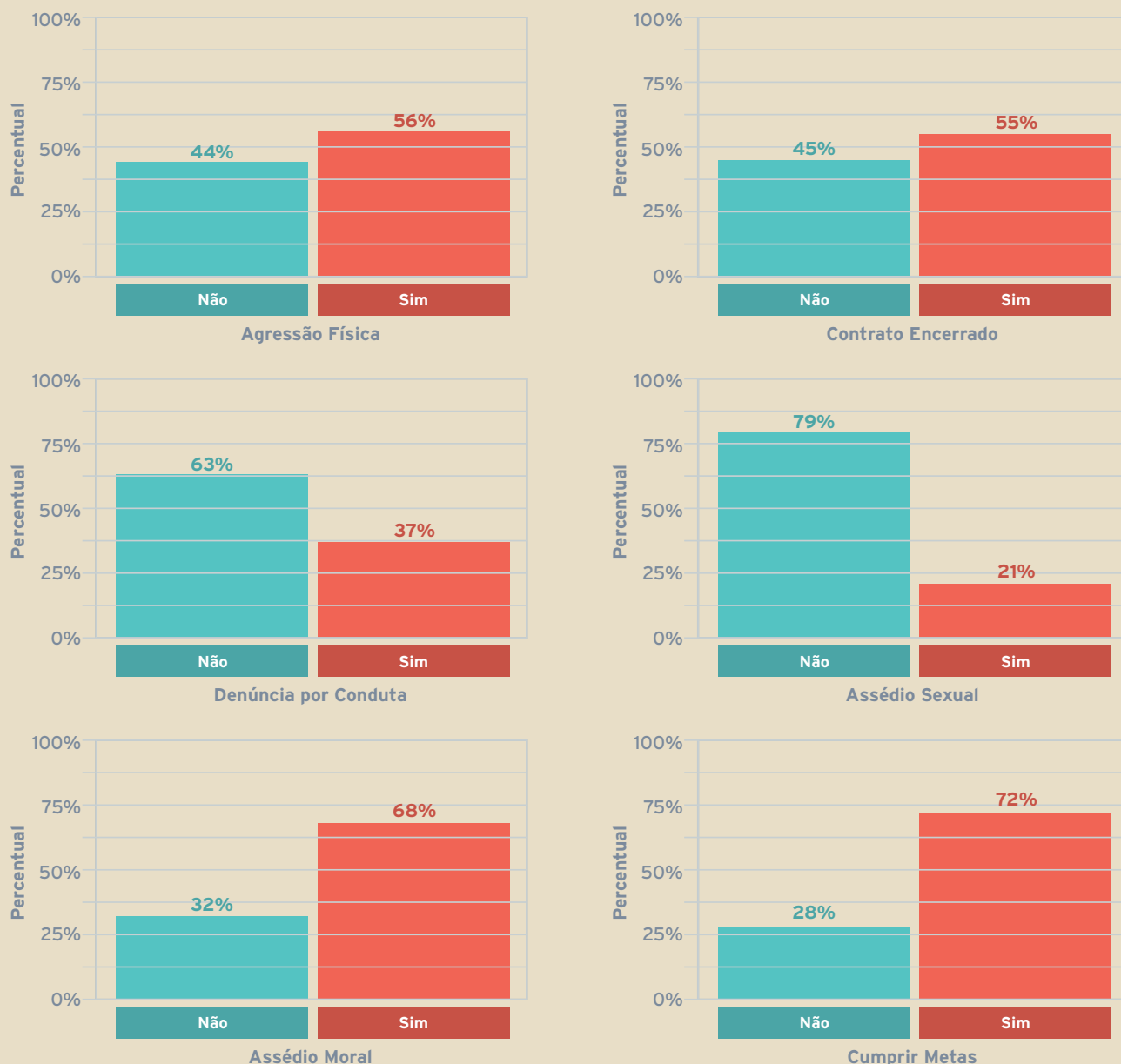


Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por ter sido vítima de agressão física, assédio moral, assédio sexual ou denúncia por conduta durante período docente. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

No que diz respeito às violências das quais os docentes foram diretamente vítimas (Gráfico 65), os casos de assédio moral se destacam, tendo sido relatados por 53% dos respondentes. Por outro lado, a sujeição à agressão física ou assédio ou importunação sexual durante o exercício da docência apresentam ocorrências menos frequentes, mas não menos preocupantes, revelando que 10% dos docentes afirmam já ter sido vítima de agressão física e 9% vítimas de assédio ou importunação sexual. Por fim, as denúncias por conduta em sala de aula foram mencionadas por 20% dos respondentes.

Os docentes também foram questionados quanto ao medo de vir a vivenciar essas situações de agressão, assédio ou denúncia (Gráfico 66). Quanto aos medos associados a violências e agressões no ambiente de trabalho, 56% dos docentes relatam que já sentiram medo de ser agredidos fisicamente no trabalho. Em relação ao medo de assédio sexual, 21% dos respondentes declararam já ter sentido medo de sofrer esse tipo de violência no ambiente de trabalho. O medo de sofrer assédio moral foi relatado por 68% dos docentes. Já 37% afirmaram ter sentido medo de ser denunciado por sua conduta em sala de aula.

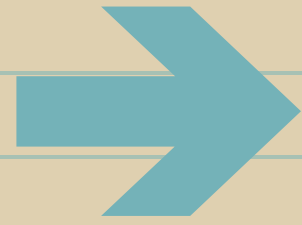
GRÁFICO 66 - MEDOS COMPARTILHADOS PELOS DOCENTES



Elaborado pelos autores. Distribuição percentual por medo compartilhado pelos docentes de sofrer agressão física, ter o contrato encerrado, sofrer denúncia por conduta, assédio sexual, assédio moral ou de não conseguir cumprir as metas estabelecidas. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria. Valores aproximados desconsiderando as casas decimais.

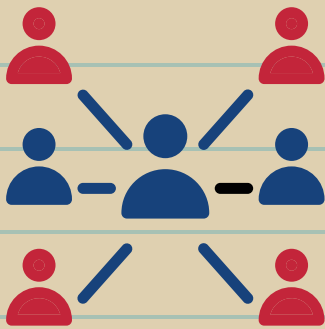
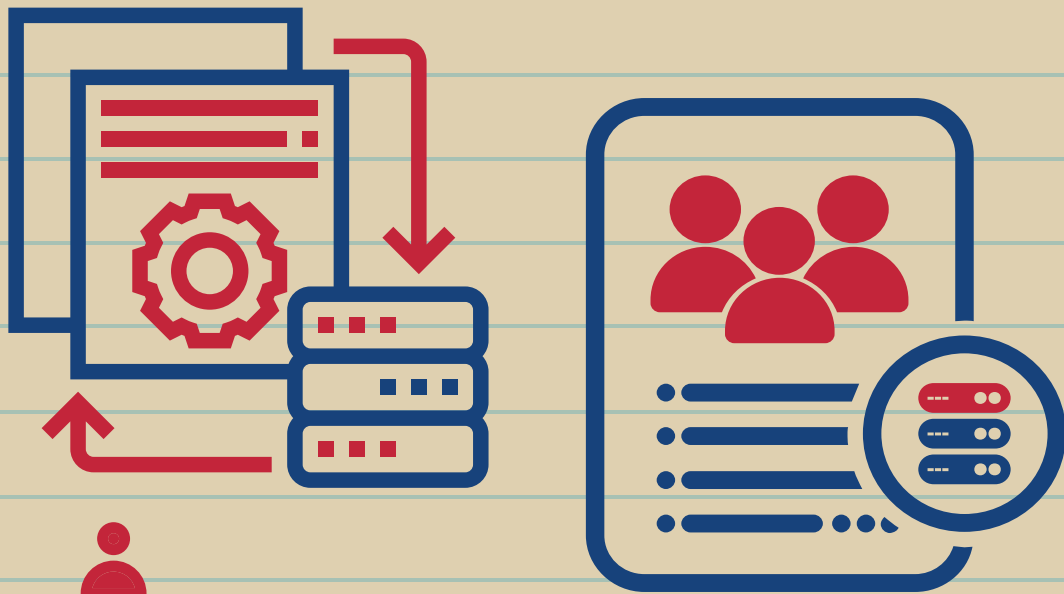
Os dados revelam que os docentes vivenciam sua labuta com considerável receio de que venham a vivenciar essas situações. Na situação menos alarmante, um em cada cinco possuem medo de sofrer assédio sexual e o medo mais prevalente, de assédio moral, afeta dois em cada três docentes.

Tratando-se dos medos relacionados ao desempenho na função laboral e, conseqüentemente, à segurança contratual dos docentes, 72% dos respondentes afirmam já ter sentido medo de não conseguir cumprir as metas estabelecidas. Complementarmente, o medo de ter o contrato de trabalho encerrado ou não renovado foi relatado por 55% dos docentes. ❄

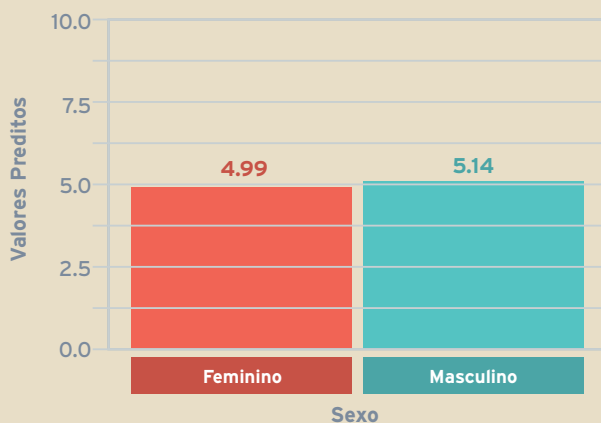


# 5

## Análise de Grupos



**I**númeras pesquisas sobre saúde docente no Brasil e no mundo trazem resultados que apontam para a maior suscetibilidade de adoecimento laboral nas populações de minorias mais vulneráveis (Araújo et al., 2006, Casella; Afonso, 2017; Oliveira, 2017, Agyapong et al., 2022, Amigo-Ventureira; Doce, 2023). Por isso, são feitos a seguir alguns recortes de grupos vulneráveis que podem auxiliar na identificação de melhorias no trabalho docente. No caso catarinense, esses recortes foram feitos quanto ao gênero, à raça e ao tipo de contrato trabalhista (efetivo ou ACT).

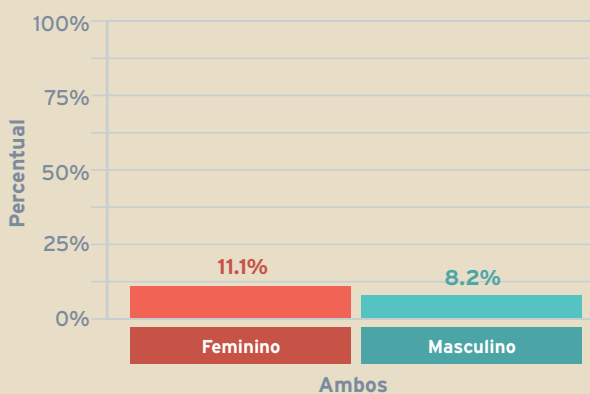
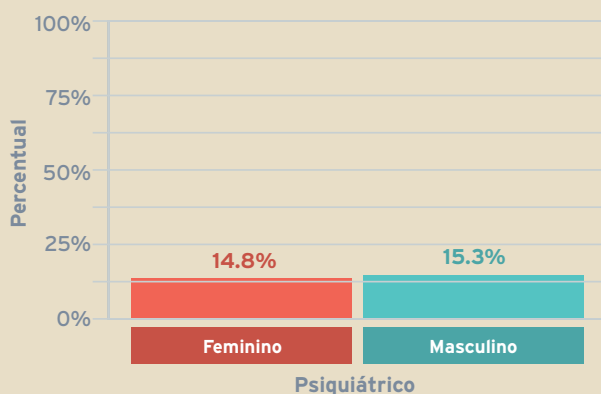
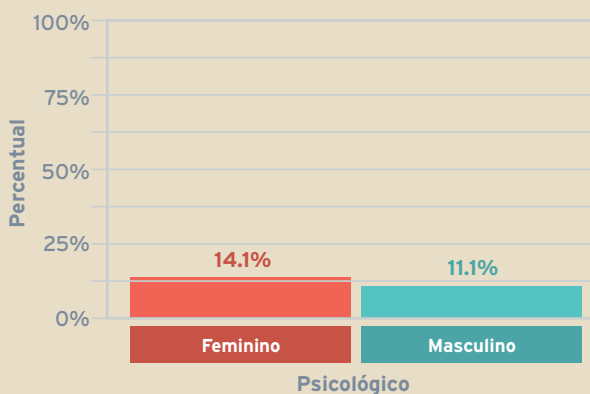
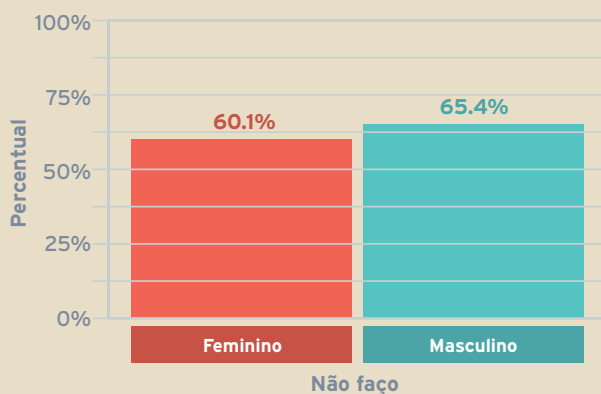
**GRÁFICO 67 - VALORES PREDITOS DA AUTOAVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL/EMOCIONAL POR SEXO**

Elaborado pelos autores. Valores preditos mensurados através de um modelo linear da autoavaliação da saúde mental/emocional por sexo. Cada barra indica os valores preditos para cada categoria, com suas respectivas barras de erro.

## ANÁLISE DA VARIAÇÃO DE PERCEPÇÕES EM FUNÇÃO DO SEXO DOS RESPONDENTES

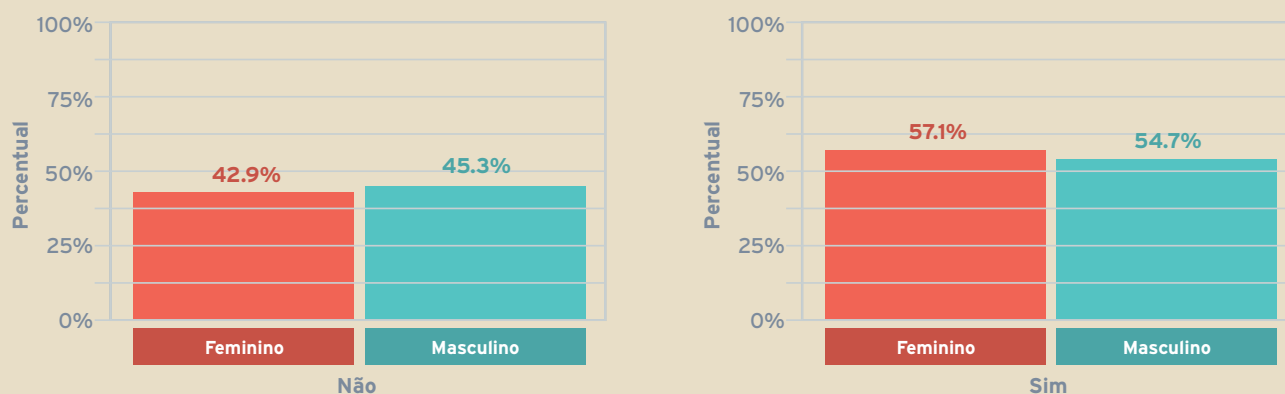
Como já visto, as mulheres podem apresentar maior suscetibilidade a doenças físicas e mentais no exercício da docência por uma série de condições sociais e biológicas (Araújo et al., 2006, Casella; Afonso, 2017; Agyapong et al., 2022). A seguir são elencados alguns destaques desta pesquisa com a perspectiva de gênero, uma vez que cerca de 75% dos docentes da rede estadual de Santa Catarina são mulheres (Censo Escolar 2023).

Como estabelecido pela literatura da área, as mulheres docentes são mais vulneráveis a

**GRÁFICO 68 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE MENTAL POR SEXO**

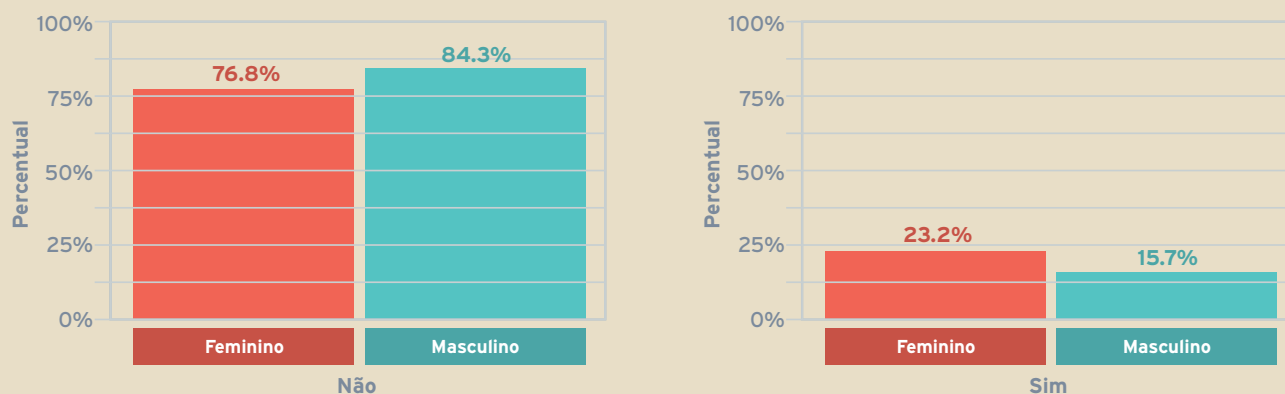
Elaborado pelos autores. Cruzamento entre acompanhamento de saúde mental e sexo. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

GRÁFICO 69 - MEDO DE SER AGREDIDO FISICAMENTE NO TRABALHO POR SEXO



Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de ser agredido fisicamente no trabalho e sexo. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

GRÁFICO 70 - MEDO DE SOFRER ASSÉDIO SEXUAL POR SEXO



Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de sofrer assédio sexual e sexo. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

transtornos mentais comuns devido ao contexto social de dupla ou tripla jornada de trabalho e maiores suscetibilidades a doenças físicas pelo esforço do exercício laboral (Araújo et al., 2006, Casella; Afonso, 2017; Agyapong et al., 2022). No entanto, não foi observada diferença estatisticamente significativa quanto à avaliação que as professoras fizeram sobre a própria saúde mental, ainda que a nota atribuída por elas (4,99) seja ligeiramente menor do que a nota atribuída por eles (5,14) (Gráfico 67). De todo modo, as docentes mulheres declaram realizar mais acompanhamen-

to profissional de saúde mental (40%) do que os homens (34,6%) (Gráfico 68). Além disso, as mulheres declaram realizar mais acompanhamento psicológico ou psicológico e psiquiátrico combinados (11,1% ante a 8,2% dos homens). Enquanto os homens afirmam realizar mais acompanhamento psiquiátrico por uma pequena margem.

Outra diferença de gênero encontrada é em relação ao medo de ser agredida fisicamente no trabalho (Gráfico 69). Existe uma diferença de mais de 2 pontos percentuais

entre as professoras e os professores nesse quesito. Já em relação ao medo de sofrer assédio sexual no trabalho, há uma diferença importante de mais de 7 pontos percentuais (Gráfico 70). O medo como condição de trabalho é um dos fatores estressantes e capazes de desenvolver transtornos mentais comuns em consequência do exercício funcional e, nesses casos, colocam as mulheres numa posição mais vulnerável do que os homens (Esteve, 1999).

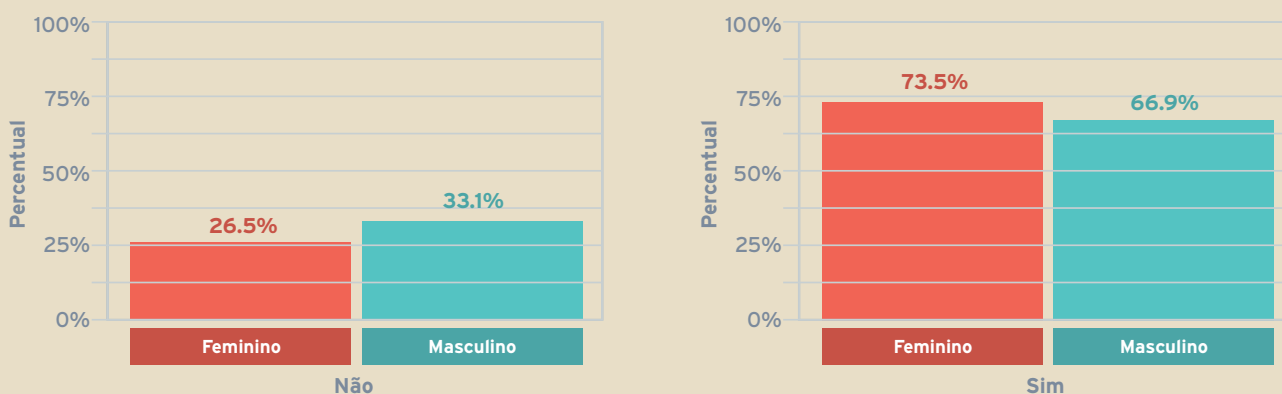
A sobrecarga de trabalho recai de forma mais intensa nas professoras mulheres do que nos professores homens por causa do acúmulo de funções no exercício profissional e no ambiente doméstico, como discutido anteriormente (Araújo et al., 2006; Araújo; Carvalho, 2009). No caso das professoras da rede estadual catarinense, o medo de não conseguir cumprir as metas do trabalho está bem acima do mesmo medo declarado pelos homens (Gráfico 71) – que já é um nível alto (dois terços dos homens e quase três quartos das mulheres). Esse resultado alto provavelmente incide diretamente na saúde mental dos trabalhadores e, por consequência, na qualidade do ensino.

## ANÁLISE DA VARIAÇÃO DE PERCEPÇÕES EM FUNÇÃO DA COR/RAÇA DOS RESPONDENTES

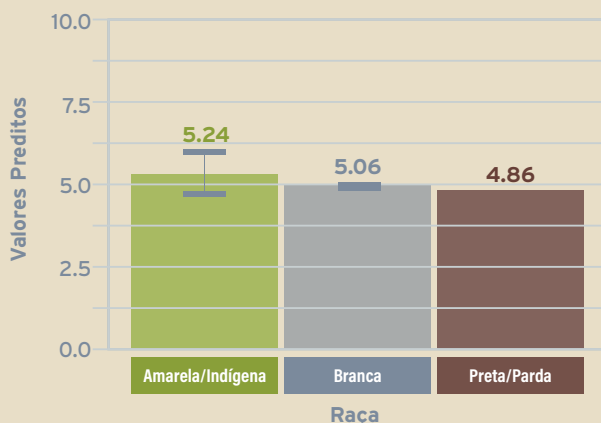
Cerca de 13% dos docentes da rede estadual de Santa Catarina são não-brancos, isto é, autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou amarelos (Censo Escolar 2023). O contexto histórico e social das minorias raciais no país demanda por um recorte racial de avaliação dos resultados.

Como é possível observar, não há diferença estatisticamente significativa na autoavaliação da saúde mental dos docentes tendo em vista o recorte racial (Gráfico 72). Pretos e pardos declaram uma nota mais baixa do que brancos e, esses últimos, uma nota mais baixa que a declarada por indígenas ou amarelos. Não obstante, o intervalo de confiança para as médias das notas atribuídas pelos grupos raciais se sobrepõe. Em relação ao acompanhamento profissional de saúde mental (Gráfico 73), há diferença racial considerada. Pretos e pardos são os grupos que menos aderem a algum acompanhamento profissional, psicológico e/ou psiquiátrico (apenas 34,7% ante a 38,8% dos brancos e 46,3% dos indígenas ou amarelos). Indígenas ou amare-

GRÁFICO 71 - MEDO DE NÃO CONSEGUIR CUMPRIR AS METAS ESTABELECIDAS POR SEXO



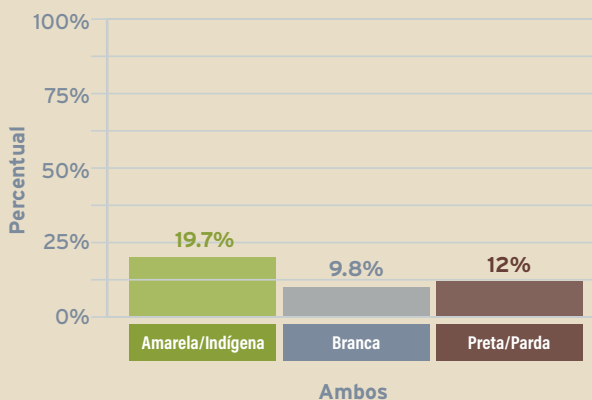
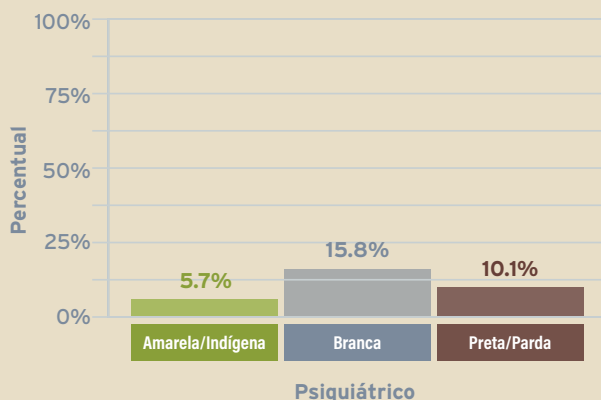
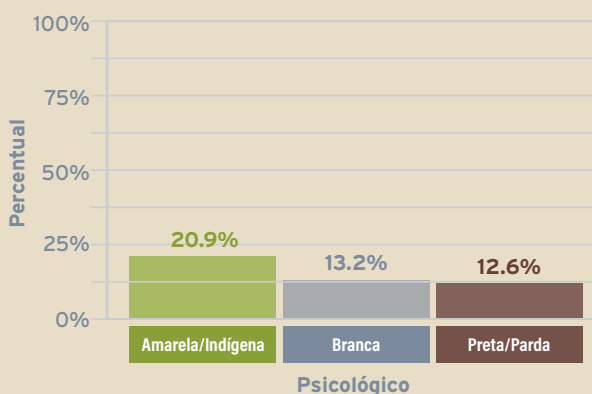
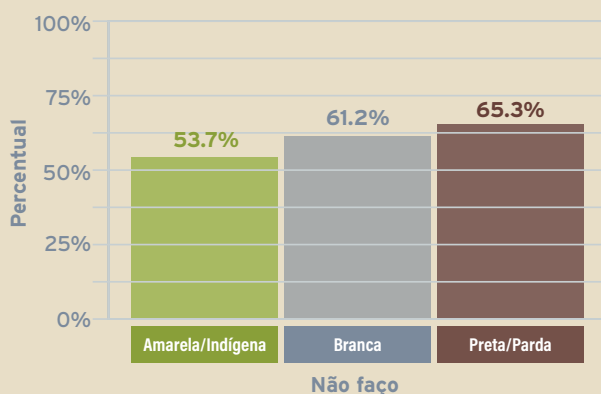
Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de não conseguir cumprir as metas estabelecidas e sexo. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 72 - VALORES PREDITOS DA AUTOAVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL/EMOCIONAL POR COR/RAÇA**

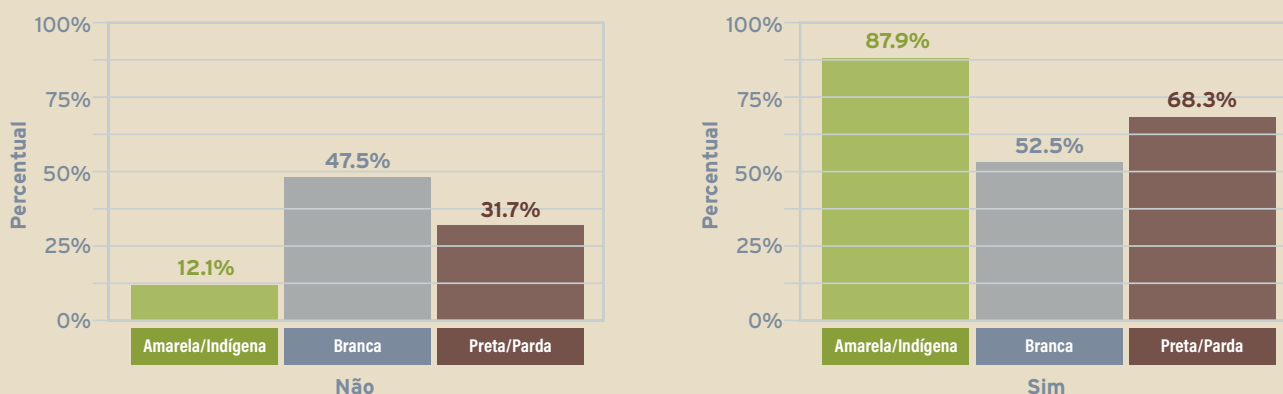
Elaborado pelos autores. Valores preditos mensurados através de um modelo linear da autoavaliação da saúde mental/emocional e cor/raça. Cada barra indica os valores preditos para cada categoria, com suas respectivas barras de erro.

los são os grupos que menos realizam acompanhamento de saúde mental exclusivamente psiquiátrico (5,7%), enquanto brancos são os que mais o realizam (15,8%). Os resultados para indígenas ou amarelos, no entanto, é pouco confiável dado a pouca quantidade de casos dentre os respondentes. Todos os dados desse grupo nesta seção serão apresentados, mas são menos representativos do grupo pela baixa quantidade de casos e não devem ser considerados da mesma forma que dados para brancos e negros nos quais temos maior quantidade de respondentes.

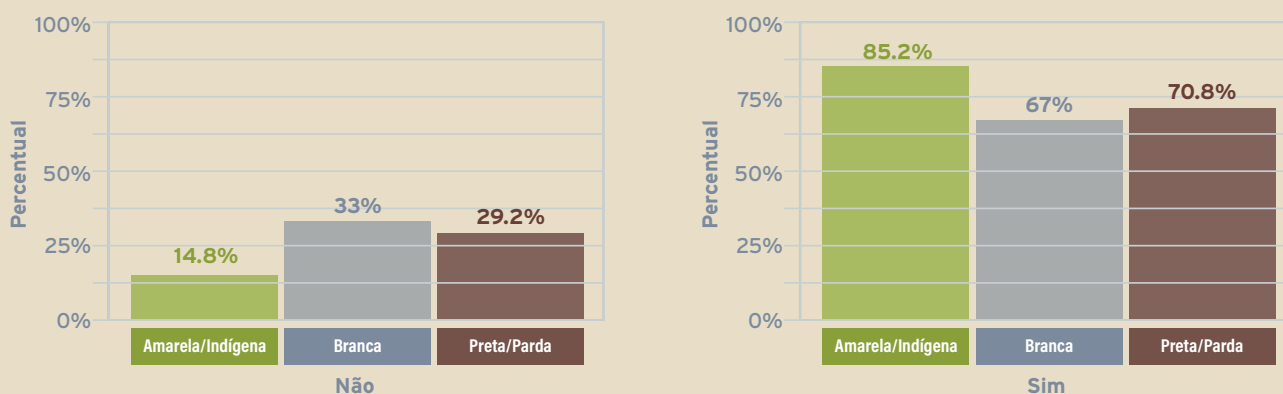
Outra relação importante é o medo de ter o contrato encerrado ou não renovado (Gráfico 74). Nesse caso, as minorias raciais vivenciam desvantagem significativa em relação aos brancos. Entre estes, o medo é de 52,5%, em comparação a 68,3% entre pretos e par-

**GRÁFICO 73 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE MENTAL POR COR/RAÇA**

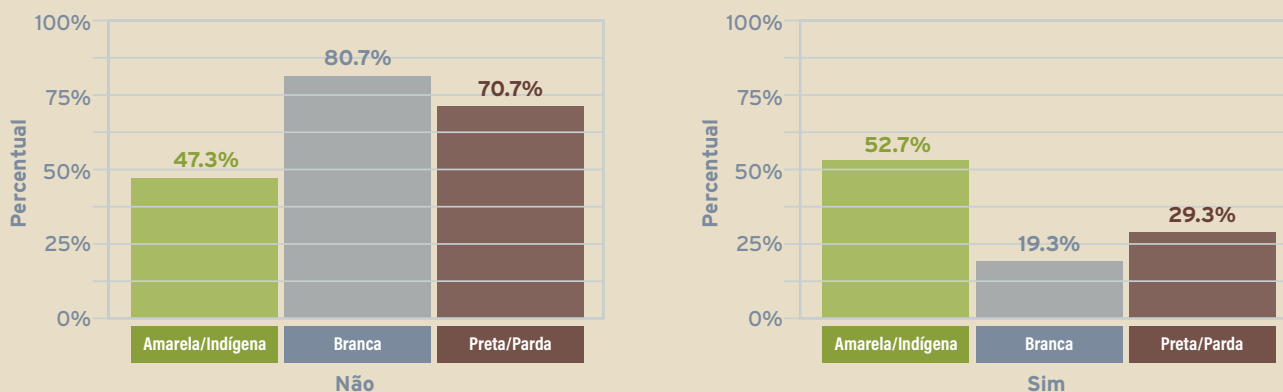
Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de não conseguir cumprir as metas estabelecidas e cor/raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 74 - MEDO DE TER CONTRATO DE TRABALHO ENCERRADO OU NÃO RENOVADO POR COR/RAÇA**

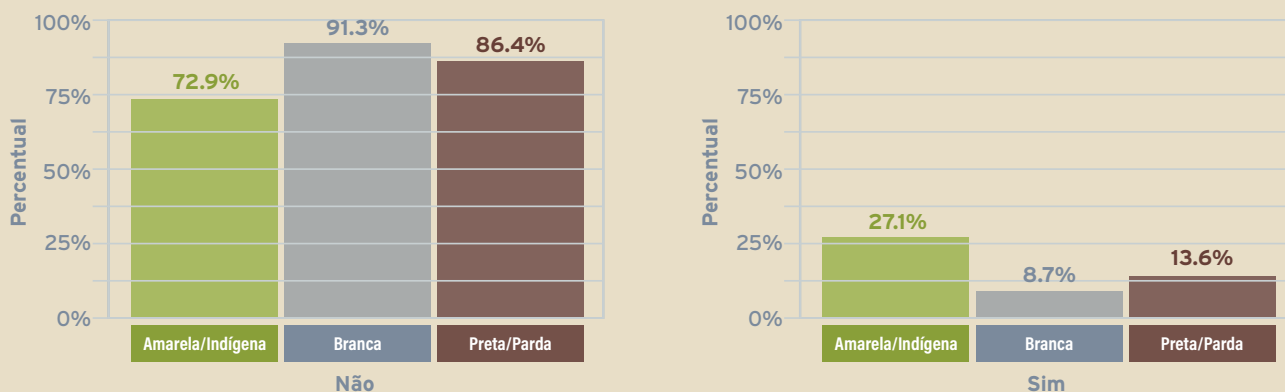
Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de ter contrato de trabalho encerrado ou não renovado e cor/raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 75 - MEDO DE SOFRER ASSÉDIO MORAL POR COR/RAÇA**

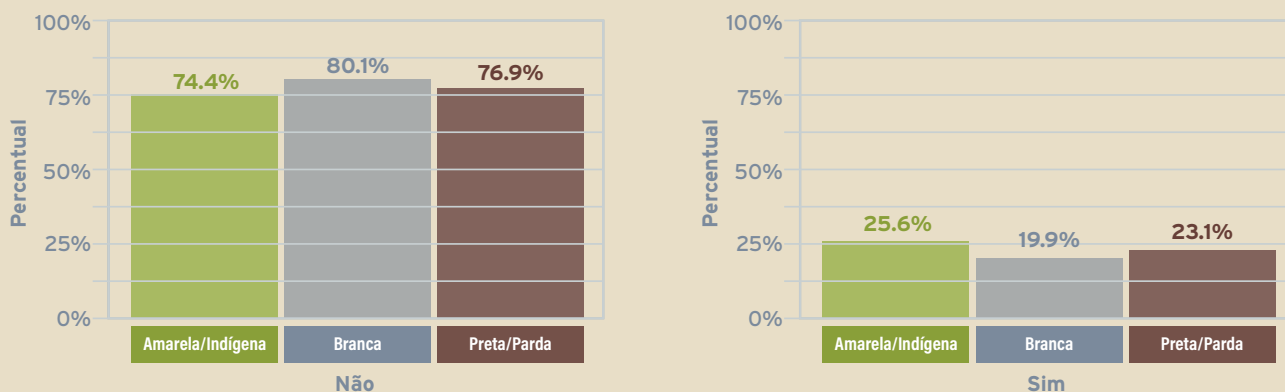
Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de sofrer assédio moral e cor/raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 76 - MEDO DE SOFRER ASSÉDIO SEXUAL POR RAÇA**

Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de sofrer assédio sexual e raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 77 - DOCENTES QUE JÁ FORAM VÍTIMAS DE ASSÉDIO OU IMPORTUNAÇÃO SEXUAL POR RAÇA**

Elaborado pelos autores. Cruzamento entre ter sido vítima de assédio ou importunação sexual e raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 78 - DOCENTES QUE JÁ SOFRERAM DENÚNCIA POR CONDUTA EM SALA DE AULA POR RAÇA**

Elaborado pelos autores. Cruzamento entre ter sido vítima de denúncia por conduta em sala de aula e raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

dos e 87,9% entre indígenas ou amarelos. Isso pode indicar, além de um recorte racial, um recorte econômico entre os diferentes grupos raciais no estado.

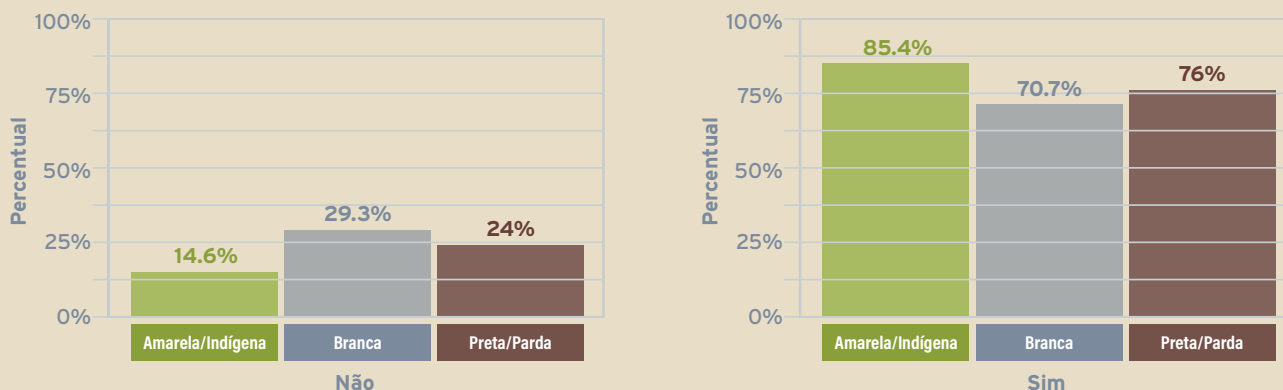
Na análise dos medos e estressores psicológicos no ambiente de trabalho, é possível observar outras diferenças de respostas entre os grupos raciais. Pretos ou pardos (70,8%) e indígenas ou amarelos (85,2%) declararam ter mais medo de sofrer assédio moral no exercício funcional do que os brancos (67%) (Gráfico 75). Mais uma vez, os dados de indígenas ou amarelos não devem ser levados

ao limite da interpretação pois estão baseados em poucos respondentes. Em relação ao medo de sofrer assédio sexual no trabalho, a diferença racial é ainda mais acentuada (Gráfico 76). 19,3% dos brancos, 29,3% dos pretos ou pardos e 52,7% dos indígenas ou amarelos declararam medo de sofrer assédio sexual.

Os grupos raciais não-brancos também declararam terem sido vítimas de assédio ou importunação sexual mais vezes do que os brancos (Gráfico 77). Pretos e pardos foram vítimas desse tipo de assédio 56%<sup>5</sup> mais vezes do que os brancos, enquanto indígenas

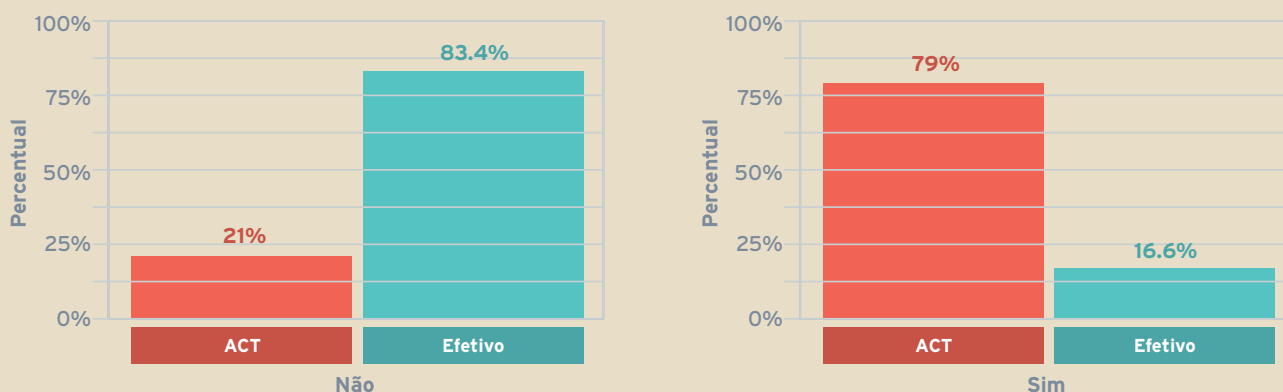
<sup>5</sup> Como a probabilidade de uma pessoa branca ser assediada ou importunada sexualmente é de 0,087 e de uma pessoa negra é de 0,136 segundo o gráfico 72. A razão dessas chances (0,136/0,087) é de aproximadamente 1,56, o que permite essa interpretação apresentada.

**GRÁFICO 79 - MEDO DE NÃO CONSEGUIR CUMPRIR AS METAS ESTABELECIDAS POR RAÇA**



Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de não conseguir cumprir as metas estabelecidas e cor/raça. Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 80 - MEDO DE TER CONTRATO DE TRABALHO ENCERRADO OU NÃO RENOVADO POR REGIME DE CONTRATAÇÃO (EFETIVO OU ACT)**



Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de não conseguir cumprir as metas estabelecidas e regime de contratação (efetivo ou ACT). Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

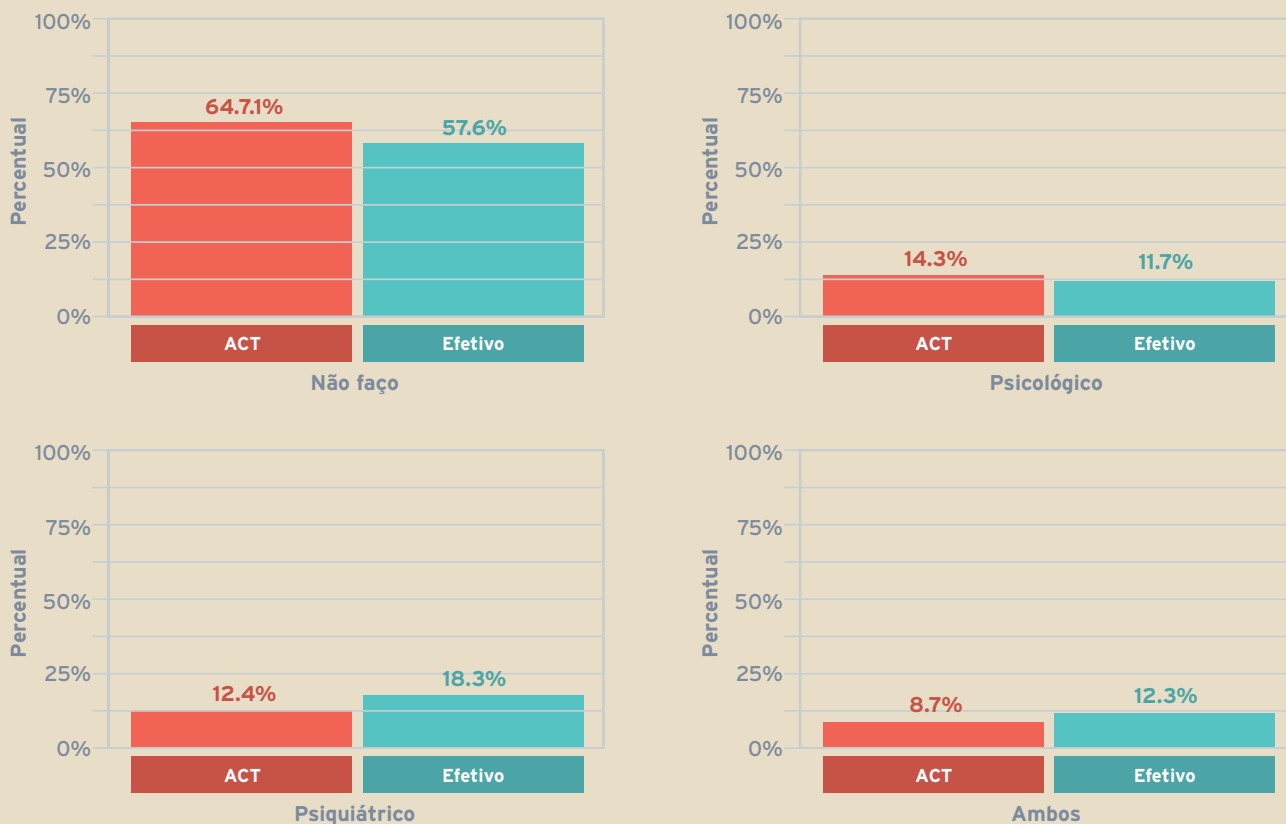
e amarelos, declararam o mesmo assédio três vezes mais do que os brancos. O mesmo ocorre em situações de denúncias por conduta em sala de aula: professores de grupos raciais minoritários foram denunciados mais vezes do que os brancos (Gráfico 78).

O medo de não conseguir cumprir metas é um dos fatores estressores relacionados à sobrecarga e ao acúmulo de funções dos docentes (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). No caso das minorias raciais, mais uma vez, pretos ou pardos (76%) e indígenas ou amarelos (85,4%) declararam, com diferenças percentuais relevantes, maior preocupação do que os brancos (70,7%) com o descumprimento de metas (Gráfico 79).

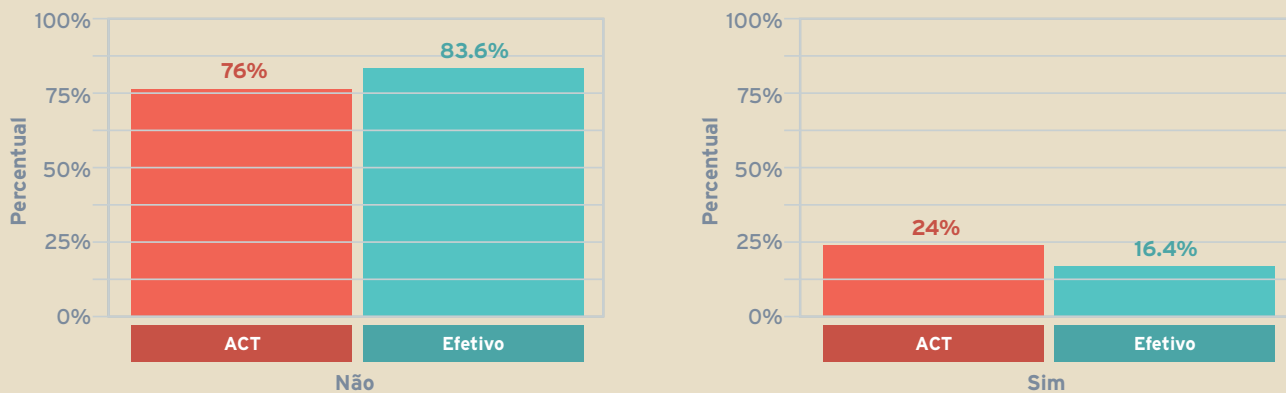
## ANÁLISE POR TIPO DE CONTRATO (EFETIVO OU ACT)

Em Santa Catarina, aproximadamente 71% dos professores da rede estadual são admitidos em caráter temporário (ACT) e, portanto, não possuem estabilidade garantida pelo vínculo profissional. Essa situação de incerteza tende a gerar mais riscos à saúde mental do trabalhador, de acordo com as pesquisas na área (Oliveira, 2017).

A questão central sobre a maior vulnerabilidade dos professores contratados temporariamente em relação aos professores concursados e efetivos está na incerteza sobre a manutenção de suas condições de vida no

**GRÁFICO 81 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE MENTAL POR REGIME DE CONTRATAÇÃO (EFETIVO OU ACT)**

Elaborado pelos autores. Cruzamento entre acompanhamento da saúde mental e regime de contratação (efetivo ou ACT). Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

**GRÁFICO 82 - MEDO DE SOFRER ASSÉDIO SEXUAL POR REGIME DE CONTRATAÇÃO (EFETIVO OU ACT)**

Elaborado pelos autores. Cruzamento entre medo de sofrer assédio sexual e regime de contratação (efetivo ou ACT). Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.

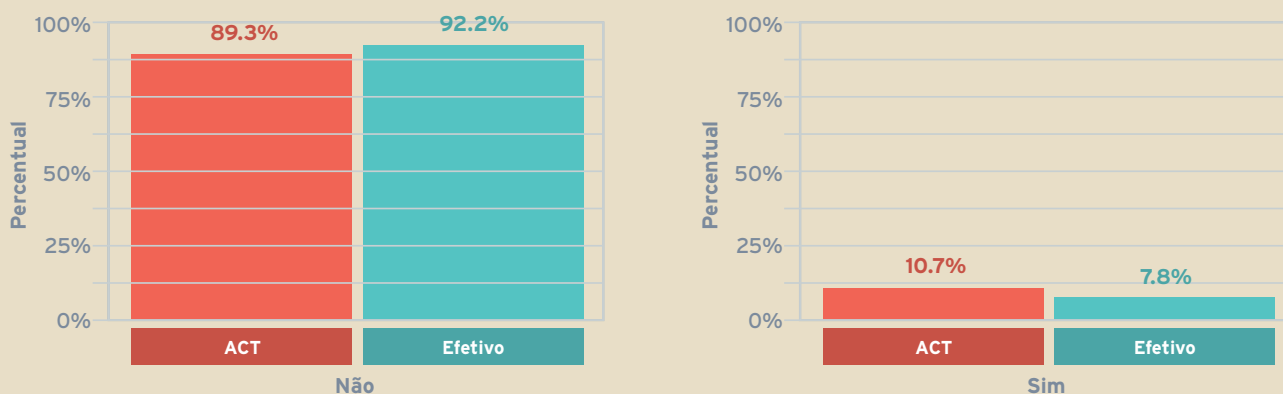
próximo ano letivo. A discrepância das respostas para a pergunta sobre sentir medo de ter o contrato encerrado ou não renovado entre os dois tipos de vínculo empregatício explicita o problema (Gráfico 80). 79% dos ACTs indicam ter medo de não seguir no trabalho em comparados a 16,6% dos efetivos que declararam sentir o mesmo medo. A insegurança financeira e a possibilidade de interrupção do ciclo pedagógico são apontadas como fatores importantes para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns em docentes (Costa; Mueller, 2020; Oster; Martins; Sehnem, 2024).

Os professores concursados ou com contratos efetivos declaram realizar mais acompanhamento de saúde mental, no geral, do que os professores contratados temporariamente (Gráfico 81). Porém, os ACTs declaram realizar acompanhamento exclusivamente

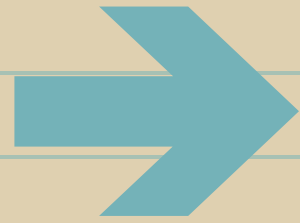
psicológico mais do que os efetivos, enquanto os efetivos realizam mais tratamentos exclusivamente psiquiátricos do que os ACTs.

Outro fator relevante encontrado nos dados relativos aos ACTs são as respostas dadas às perguntas sobre medo de sofrer assédio sexual (Gráfico 82) ou declarações de já terem sido vítimas de assédio ou importunação sexual (Gráfico 83). Essas foram questões diferenciadoras importantes tanto no recorte de gênero quanto no recorte racial, em que mulheres e minorias raciais declararam maior medo ou já terem sido vítimas. O mesmo ocorre com os ACTs em relação aos efetivos. Isso aponta, em situações de interseccionalidade nas quais ACTs também são mulheres e/ou de minorias raciais – para o agravamento das condições de vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos mentais. ✨

**GRÁFICO 83 - DOCENTES QUE JÁ FORAM VÍTIMAS DE ASSÉDIO OU IMPORTUNAÇÃO SEXUAL POR REGIME DE CONTRATAÇÃO (EFETIVO OU ACT)**



Elaborado pelos autores. Cruzamento entre ter sido vítima de assédio ou importunação sexual e regime de contratação (efetivo ou ACT). Cada barra indica a proporção percentual de respostas da categoria.



6

## Diferenças regionais



### REGIÃO DE BLUMENAU

A região de Blumenau é composta por municípios como Blumenau, Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode e Benedito Novo. No que se refere ao perfil sociodemográfico e às percepções de trabalho, abordadas nas duas primeiras seções do questionário, a região apresenta percentuais acima da média estadual em diversos indicadores. É a região com o maior percentual de docentes que trabalharam doentes (89%), valor superior à média estadual (84,8%). Também registra percentuais mais elevados de vivência ou conhecimento de importunação sexual no trabalho (40,7%) e de denúncias de condutas inadequadas em sala de aula (69,5%).

Com relação à saúde e bem-estar, a região apresenta percentual de docentes com doenças crônicas (34,4%) acima da média estadual (29,8%). O hábito de fumar todos os dias também se destacou (10,7%) frente à média (8,1%). Além disso, 30,6% dos respondentes relataram ideação suicida nos últimos anos, superior à média geral de 28%.

Por fim, ao abordar experiências envolvendo violência e percepção de risco no ambiente de trabalho, Blumenau destaca-se pelo percentual de docentes que relataram medo de agressão física no trabalho (62,4%), frente à média estadual de 56,4%. Além disso, 57,8% dos respondentes afirmam ter vivenciado assédio moral no ambiente profissional, acima da média estadual de 53,3%.

## REGIÃO DE CAÇADOR

A região de Caçador, composta por municípios como Caçador, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa, Macieira e Rio das Antas, representa 3,2% do total de respondentes. No que se refere ao perfil sociodemográfico e às percepções de trabalho, abordadas nas duas primeiras seções do questionário, a região apresenta resultados que, em sua maioria, acompanham a média estadual. Entretanto, destaca-se pelo maior percentual de docentes com até 20 horas semanais de trabalho (24,7%), valor acima da média estadual (13,5%) e das demais regiões.

Com relação à saúde e bem-estar, temas da terceira seção do questionário, Caçador é a região com o menor percentual de docentes que se afastaram do trabalho por questões de saúde (48,7%). No que se refere ao uso de medicamentos de uso contínuo ou controlados, a região também apresenta o menor percentual de respondentes que declaram não fazer uso de tais medicamentos (45,6%) entre

todas as regiões. Também é a região com o maior percentual de respondentes que não fazem nenhum tipo de acompanhamento psicológico (73%), contrastando com a média estadual (61,6%).

Na seção que trata das experiências envolvendo violência e percepção de risco no ambiente de trabalho, a região de Caçador apresenta os percentuais mais baixos entre todas as regiões. É a região com o menor percentual de docentes que vivenciaram ou conhecem alguém que sofreu agressão física (34,6%) e também o menor percentual de vítimas diretas dessa forma de violência (4,7%). Além disso, 42,4% dos respondentes afirmam não ter vivenciado e nem ter conhecimento de situações de assédio moral no ambiente de trabalho, valor superior à média estadual (27,1%).

## REGIÃO DE CHAPECÓ

Em Chapecó, a presença feminina entre os professores é grande, representando 71% do corpo docente, superior à média estadual de 69% em Santa Catarina. Educadores jovens de 25 a 34 anos constituem 33% em Chapecó, alinhados com a faixa etária predominante em todo o estado. A diversidade racial aqui também se destaca, com 68% de brancos e 25% de pardos, comparado à média estadual de 74% de brancos e 20% de pardos.

O estado civil dos professores em Chapecó revela que 53% são casados ou em união estável, superando a média estadual de 50%. No âmbito educacional, 50% dos professores têm graduação, e 22% possuem pós-graduação, que também é superior à média de 21% no estado.

Quanto ao uso de redes sociais, 89% dos professores em Chapecó são usuários, próxi-

mo aos 90% de todo o estado, com 74% acompanhando influenciadores – ligeiramente acima dos 73% de Santa Catarina. Além disso, 69% dos educadores vivem com a família, similar ao padrão estadual de 70%.

## REGIÃO DE CRICIÚMA

Criciúma se destaca por apresentar um dos maiores percentuais de docentes temporários (ACTs) do Estado: 75,1% do total de profissionais atuam com contratos não efetivos, superando a média estadual de 72,9% e sendo a segunda maior proporção entre as mesorregiões, atrás apenas de Blumenau.

Outro dado relevante é a concentração de docentes com filhos: Criciúma apresenta o maior percentual de professores com apenas um filho (30%), acima da média estadual de 25%. Isso pode sugerir um grupo que vivencia intensamente a conciliação entre trabalho docente e cuidados familiares, especialmente considerando que a região também apresenta a maior proporção de docentes casados ou em união estável (54%), indicando uma realidade familiar mais consolidada em comparação com outras regiões.

Além disso, Criciúma possui a menor proporção de docentes com mestrado ou doutorado (8%) entre todas as regiões analisadas, inferior à média estadual de 10% e empatada com Chapecó. Ao mesmo tempo, a região apresenta um percentual elevado de professores com ensino médio completo como maior grau de escolaridade (22%), superando a média estadual (20%).

## REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS

A região de Florianópolis, composta por 22 municípios, dentre os quais destacam-

-se Florianópolis; São José; Palhoça; Biguaçu; Santo Amaro da Imperatriz; São João Batista; Governador Celso Ramos; Garopaba e Tijucas, representa 16% do total de respondentes. Sobre o perfil demográfico e as percepções de trabalho dos respondentes, medidas contempladas nas duas primeiras seções do questionário, a região apresenta resultados semelhantes às demais regiões e, consequentemente, similares à média estadual. Entretanto, comparada com as demais regiões, Florianópolis tem o maior percentual de respondentes do sexo masculino (40,2%) e apresenta um percentual bastante discrepante de respondentes que não têm filhos (51%), tanto em relação às demais regiões, quanto em relação à média estadual (35,5%). Além disso, em relação ao nível de escolaridade dos respondentes, a região possui o percentual de especialização mais baixo entre todas as regiões (52,8%), o qual também se distancia significativamente da média estadual (71,9%).

Em relação a questões de saúde e bem-estar, tratadas na terceira seção do questionário, Florianópolis destaca-se como a região com o percentual mais elevado de respondentes que afirmam praticar atividades físicas com frequência (39,4%), três ou mais vezes na semana, percentual acima da média estadual (28,1%). Por outro lado, a região destaca-se por registrar o maior percentual de afastamentos por questões de saúde (72,4%), valor significativamente elevado quando comparado à média estadual (59,8%).

No que diz respeito à saúde mental, mais especificamente à vivência de violência e percepção de risco no ambiente de trabalho, questões tratadas na sexta seção do questionário, Florianópolis concentra alguns dos maiores percentuais entre as regiões do estado. Sendo assim, é a região que mais registra relatos de docentes que vivenciaram ou conhecem alguém que sofreu agressão físi-

ca (60,3%) e assédio ou importunação sexual (43,2%) no ambiente de trabalho. A região também se sobressai nos percentuais de docentes que relatam medo de sofrer assédio moral (74,7%) e que foram efetivamente vítimas de assédio moral (59,7%) durante o exercício da docência.

## REGIÃO DE JOINVILLE

Joinville reúne 5.517 docentes na rede estadual de ensino, configurando-se como uma das mais relevantes do Estado. Embora não lidere em números absolutos, ficando atrás de Blumenau (7.595) e Chapecó (6.585), sua densidade educacional é significativa.

A região é a segunda em que mais docentes atuam no mesmo município em que moram. São 91,3% de respondentes que indicam essa situação, frente à média estadual de 82,5%. A região segue o padrão de precarização dos vínculos: quase 70% dos professores da rede estadual na região atuam como temporários. A região também possui a maior taxa de docentes que responderam ter tido ideia suicida nos últimos anos, com 31,1%, valor pouco acima da média estadual de 28%. Assim como a maior marca de docentes que declararam ter medo de não cumprir as metas estabelecidas (74% contra 71% da média estadual).

O perfil dos docentes da região reforça alguns aspectos importantes: 69% são mulheres, a maioria tem entre 25 e 44 anos (59%) e 74% se autodeclararam brancos. Quanto à escolaridade, metade possui graduação completa, e 30% estão atualmente cursando alguma formação, revelando um corpo docente em constante qualificação, mesmo em condições laborais pouco estáveis.

## REGIÃO DE LAGES

A região de Lages é composta por municípios como Lages, Correia Pinto, Otacílio Costa, São Joaquim, Urubici e Bom Retiro. Quanto ao perfil sociodemográfico e às percepções de trabalho, a região apresenta algumas diferenças em relação às demais. Trata-se da região com maior percentual de pessoas do sexo feminino (82,1%) e maior representação de pessoas da população geral que se autodeclararam como amarelas ou indígenas (3,3%). A carga horária semanal de 40 horas é registrada por 62,7% dos respondentes, valor acima da média estadual (49,8%). Além disso, 48,7% relataram realizar trabalho extra, também acima da média estadual (41,6%).

Em relação às experiências envolvendo percepção de risco no ambiente de trabalho, a região de Lages apresenta 25,8% de docentes que relataram medo de serem denunciados por condutas em sala de aula, percentual inferior à média estadual (37,3%) e 32,5% declararam não ter medo de não cumprir metas no trabalho, o maior percentual entre todas as regiões.

Por outro lado, com relação à saúde e bem-estar, 87,5% dos docentes da região afirmaram terem trabalhado doentes, e a região registra percentuais elevados de docentes com doenças crônicas (36,6%) e de readaptação por questões de saúde (9%). O uso de medicamentos contínuos ou controlados foi indicado por 67% dos respondentes, acima da média estadual (57,3%), e 75,7% realizaram sua última consulta médica há menos de seis meses. Já o percentual de docentes que não fazem acompanhamento da saúde mental (55,8%) encontra-se abaixo da média estadual (61,6%). Além disso, a região corresponde a maior taxa de respondentes que relataram ter tido atestados médicos rejeitados pela perícia médica (13,8%). Além disso, 12,7% afirmaram fumar todos os dias, valor superior à média estadual (8,1%).

## GRÁFICOS REGIONAIS DE QUESTÕES EXPLORADAS NOS DESTAQUES

GRÁFICO 84 - ATUA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
NO MESMO MUNICÍPIO EM QUE RESIDE (POR REGIÃO)

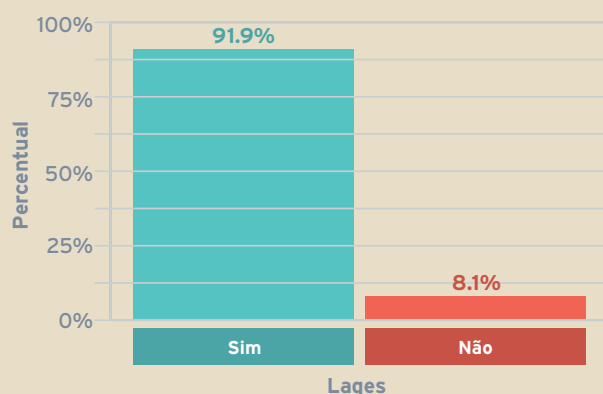
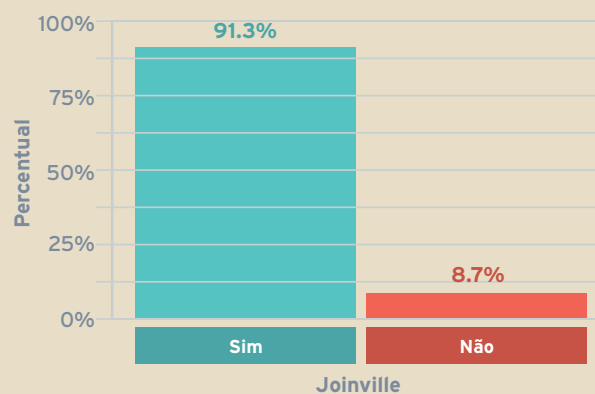
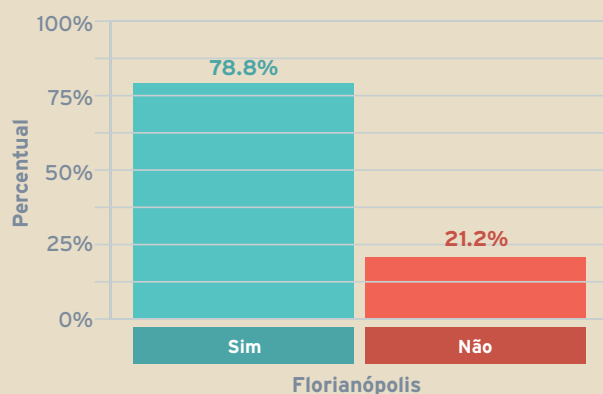
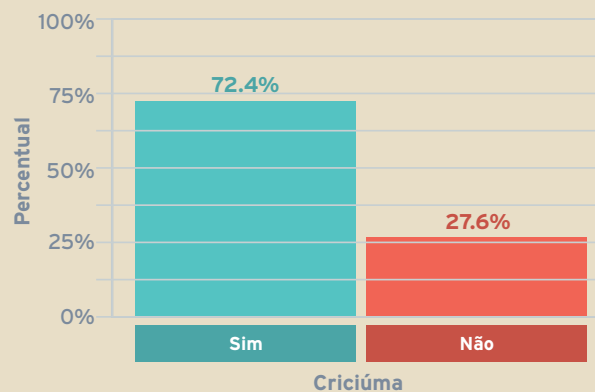
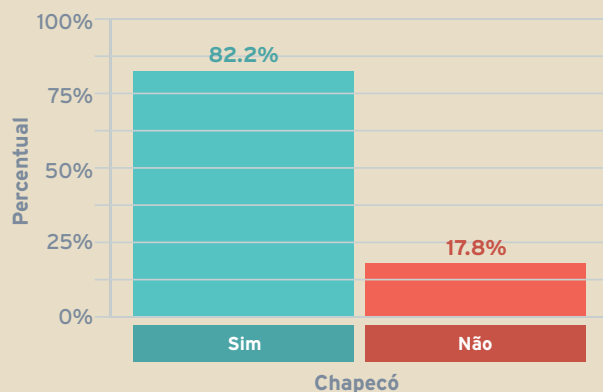
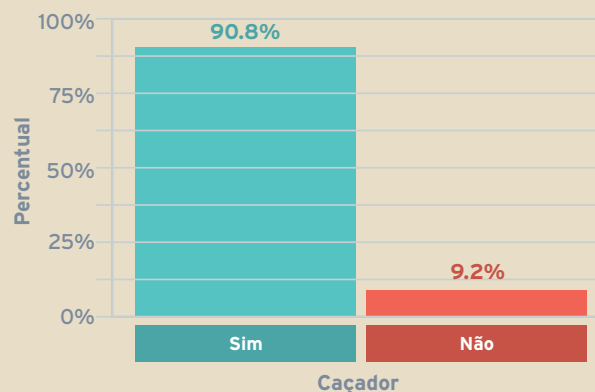
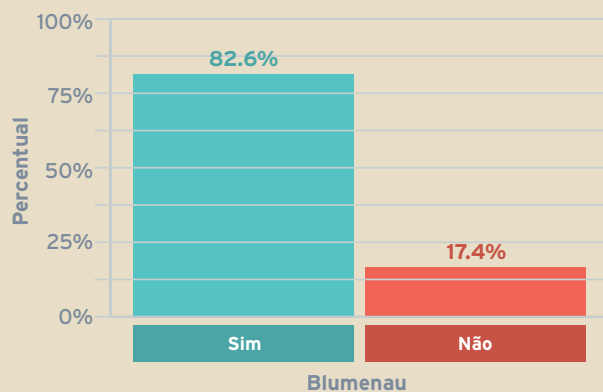
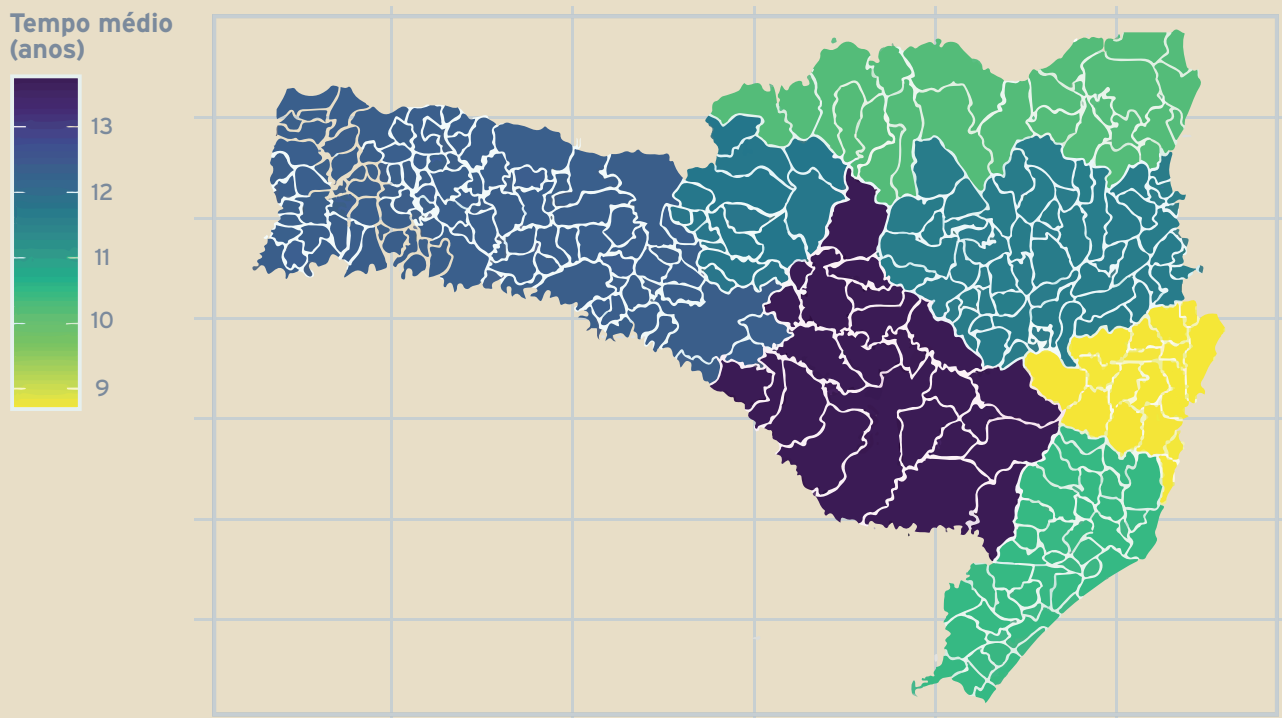
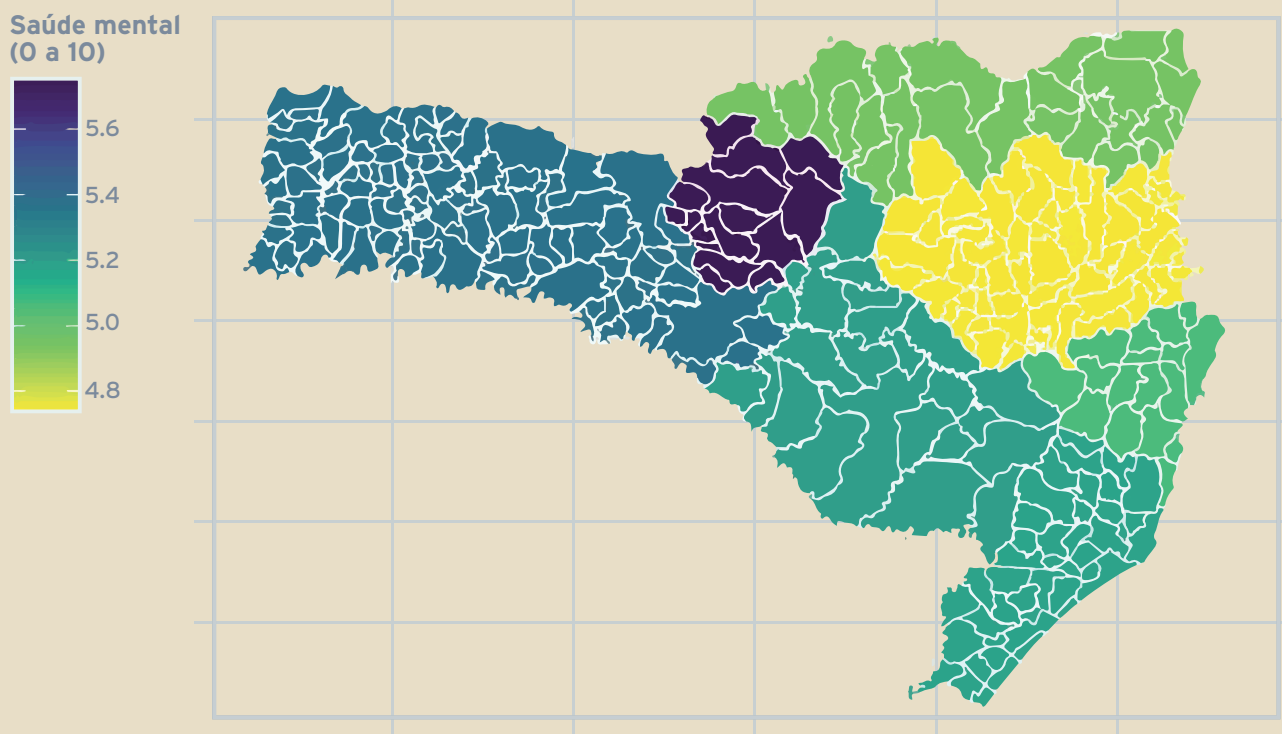


GRÁFICO 85 - TEMPO MÉDIO DE ATUAÇÃO NA REDE ESTADUAL (POR REGIÃO)



Fonte: 5ª Pesquisa de Saúde Docente (SINTE/SC, 2024)

GRÁFICO 86 - MÉDIA DE AUTOAVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL (POR REGIÃO)



Fonte: 5ª Pesquisa de Saúde Docente (SINTE/SC, 2024)

GRÁFICO 87 - REGIME DE CONTRATO PRINCIPAL NA REDE ESTADUAL (POR REGIÃO)



GRÁFICO 88 - TRABALHO DOENTE OU PASSANDO MUITO MAL EM 2024 (POR REGIÃO)

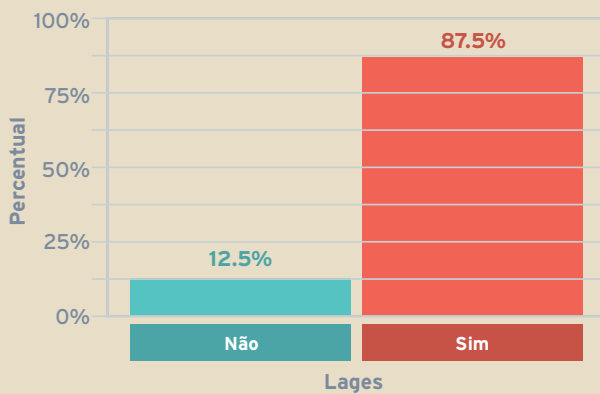
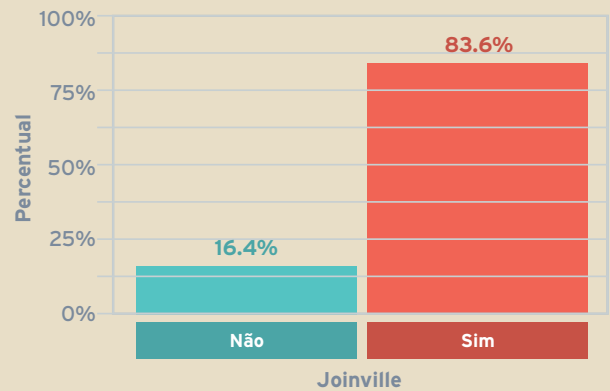
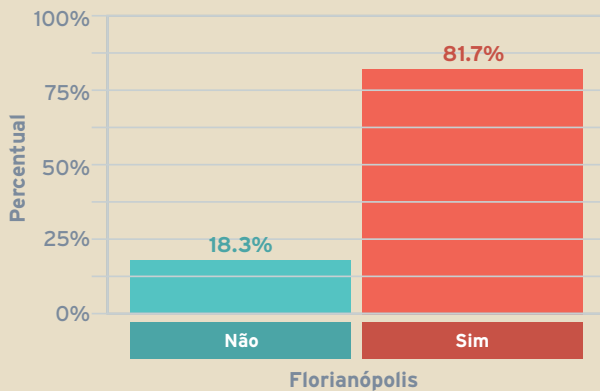
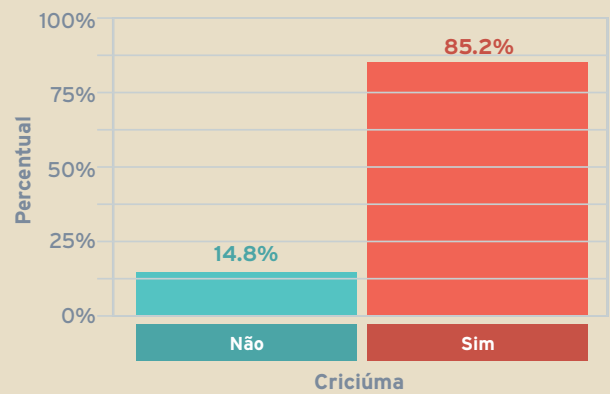
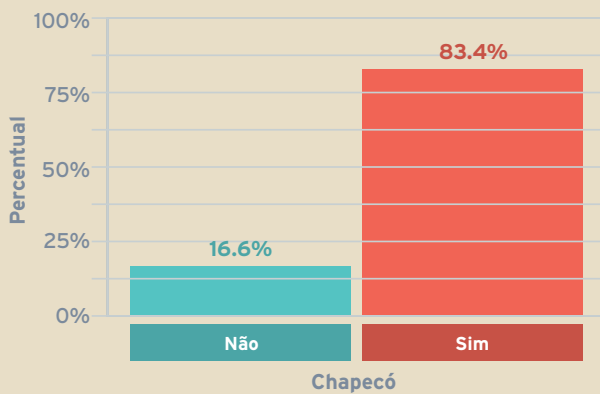
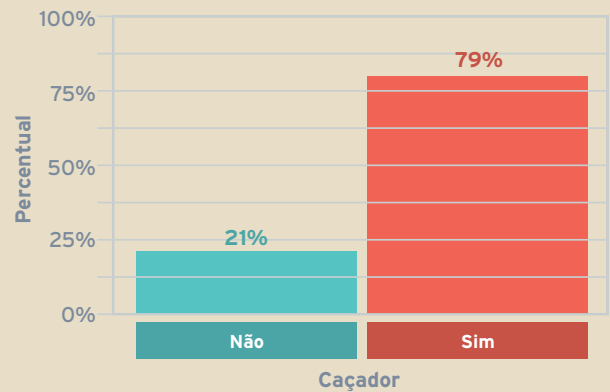
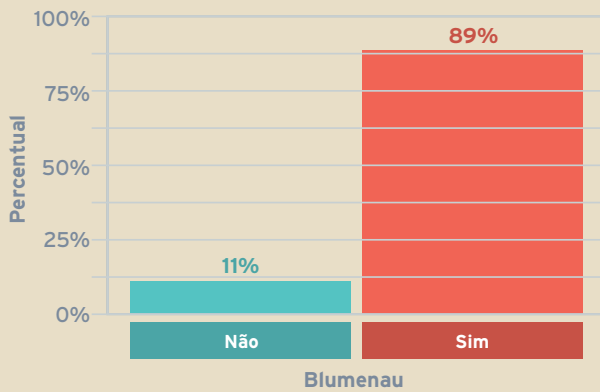


GRÁFICO 89 - USO DE MEDICAMENTOS CONTÍNUOS OU CONTROLADOS (POR REGIÃO)

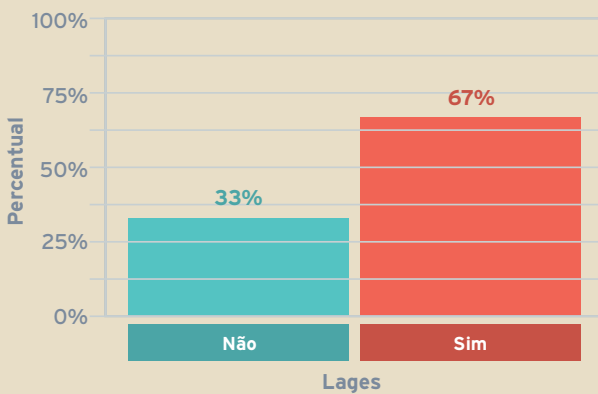
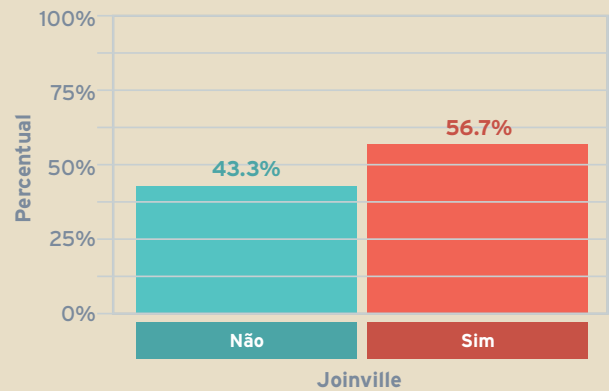
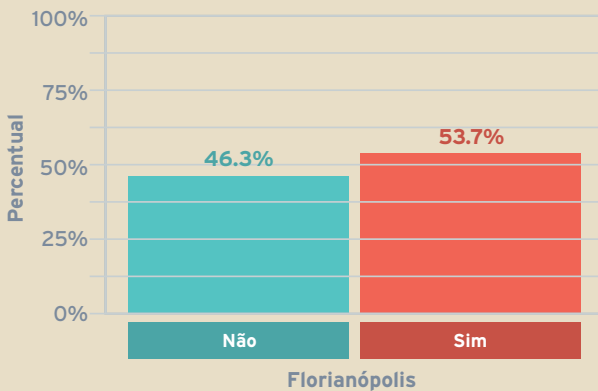
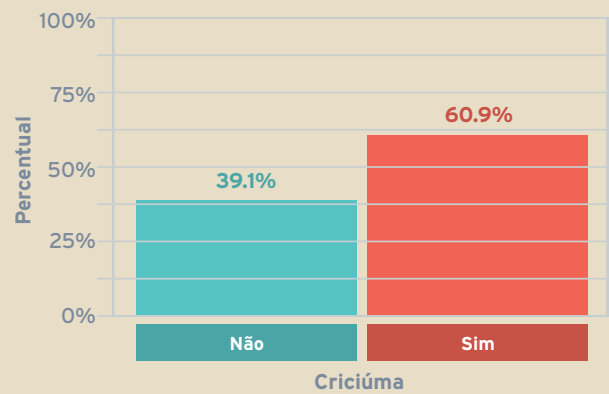
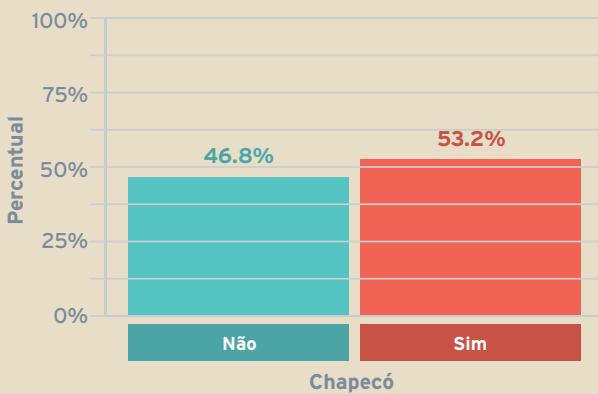
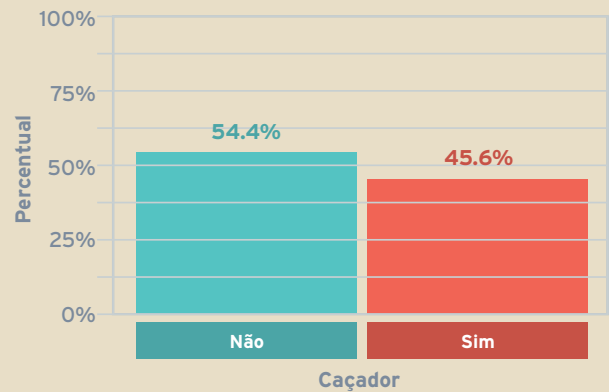
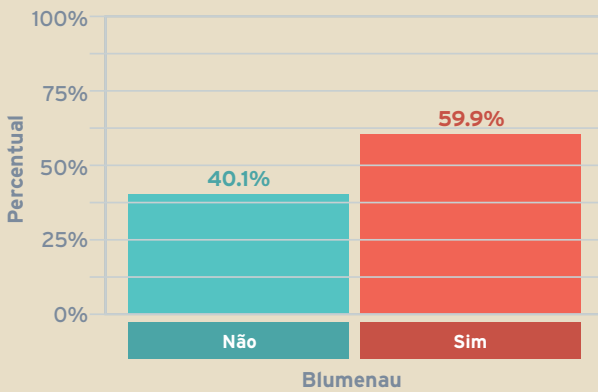


GRÁFICO 90 - TEVE IDEAÇÃO SUICIDA NOS ÚLTIMOS ANOS (POR REGIÃO)

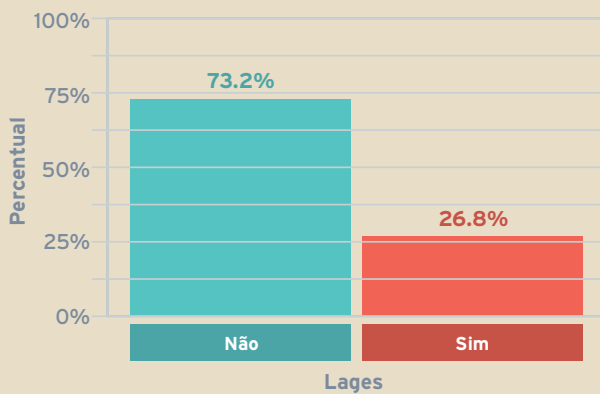
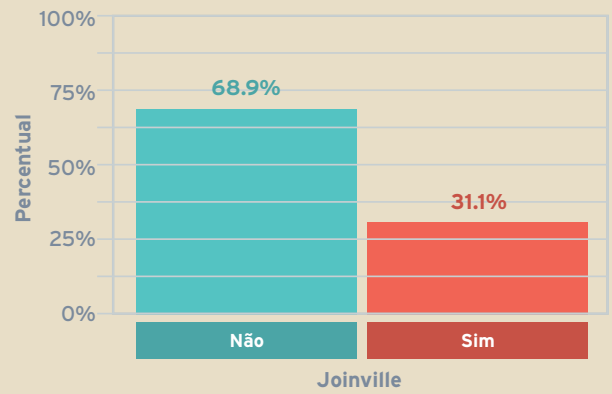
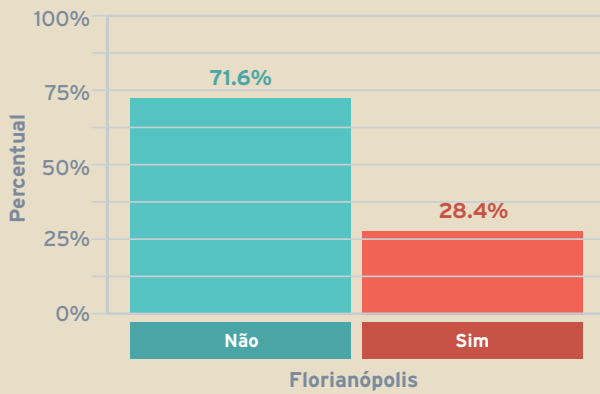
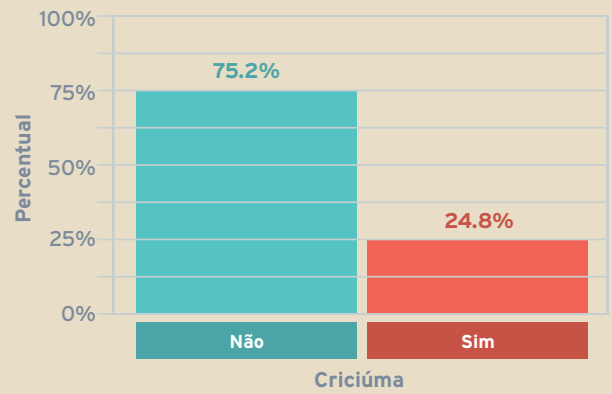
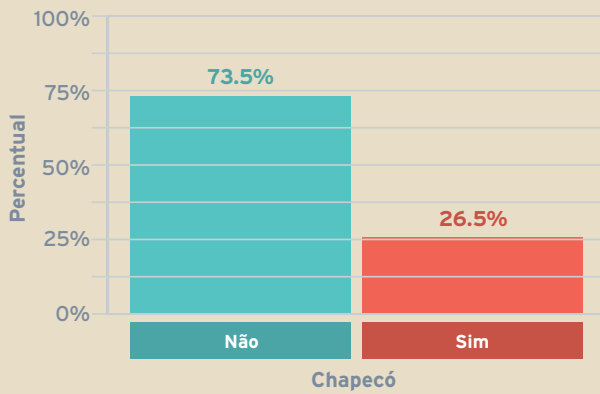
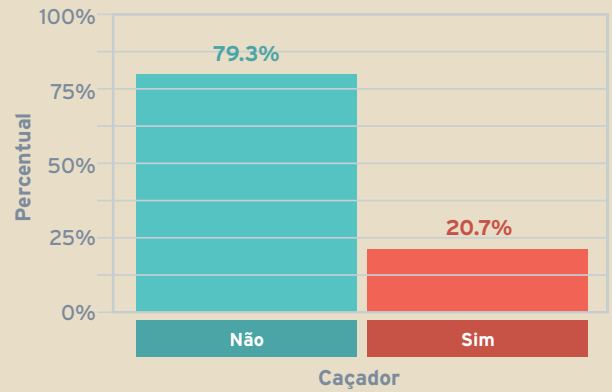
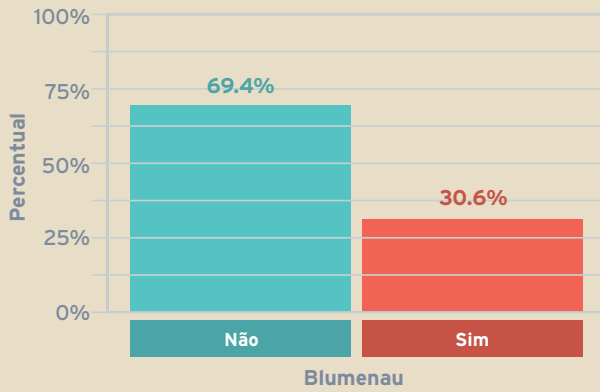


GRÁFICO 91 - PRESENCIOU OU CONHECE ALGUÉM QUE SOFREU: AGRESSÃO FÍSICA (POR REGIÃO)

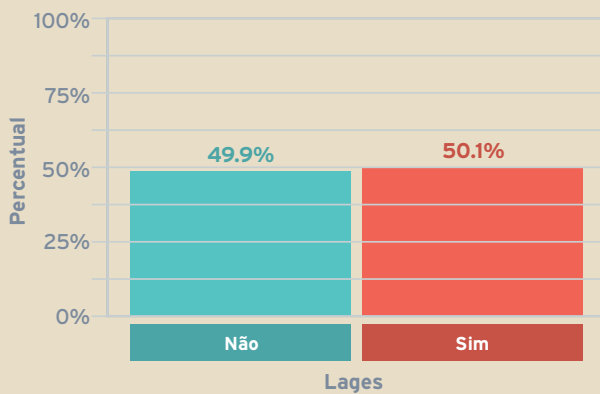
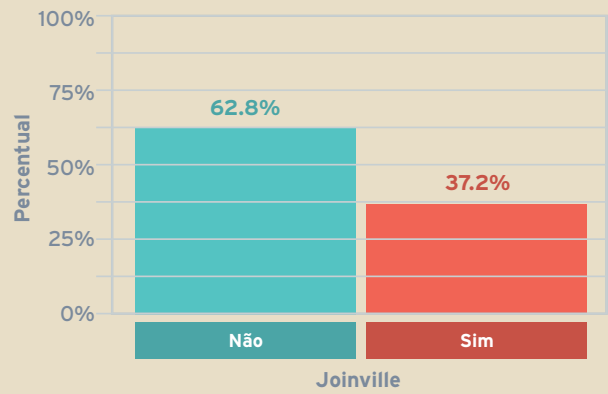
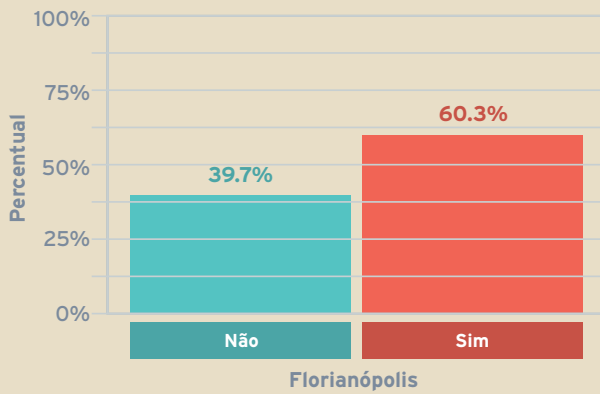
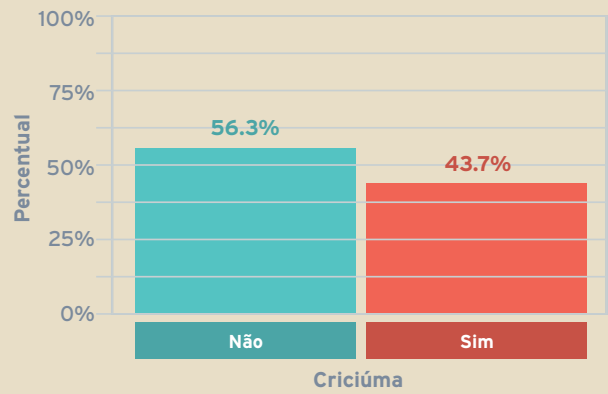
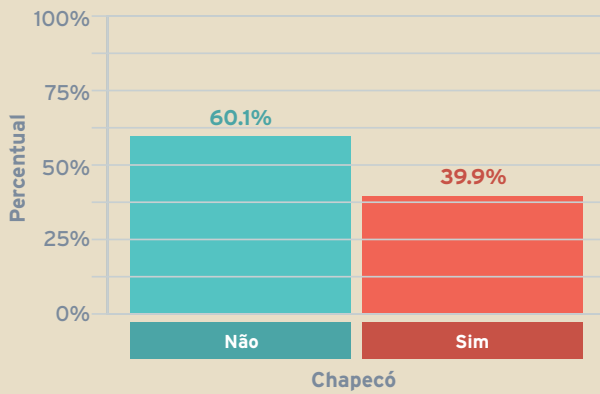
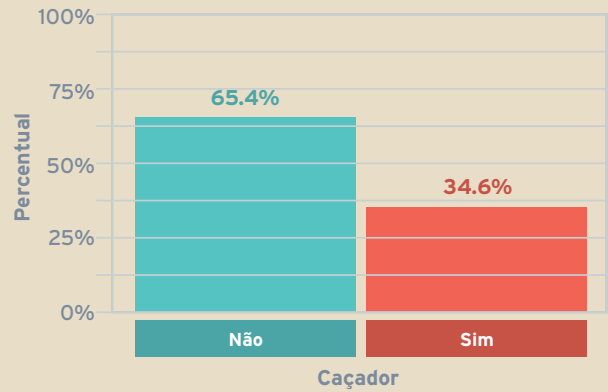
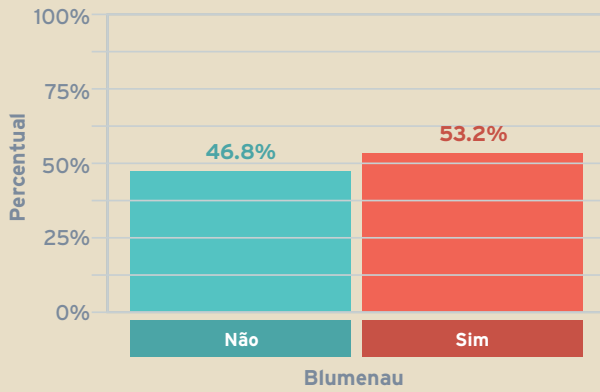
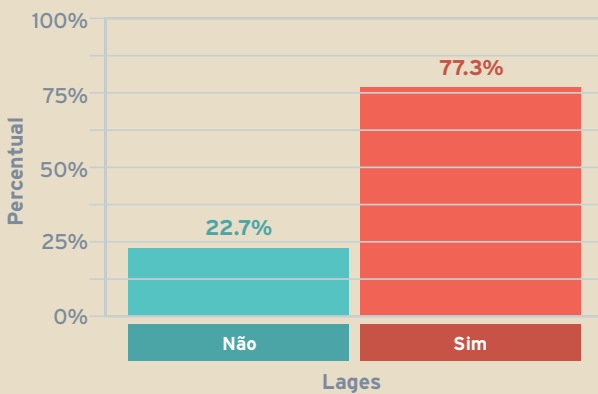
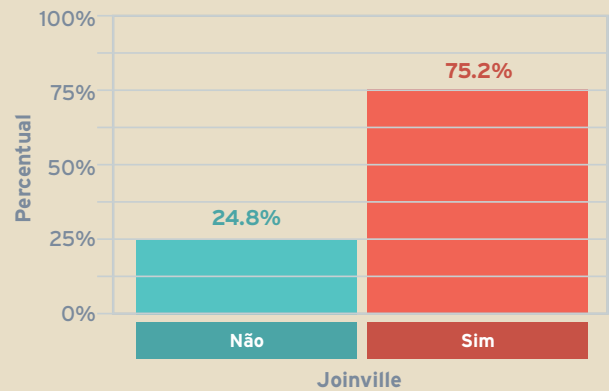
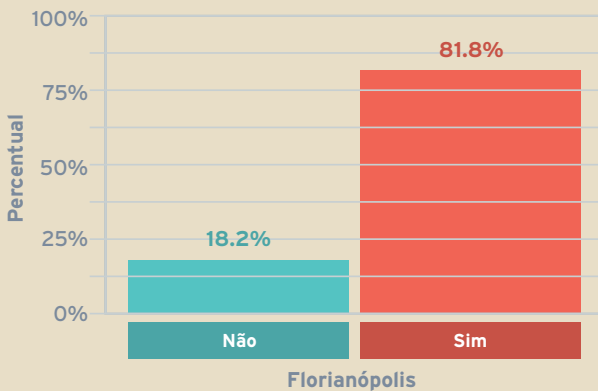
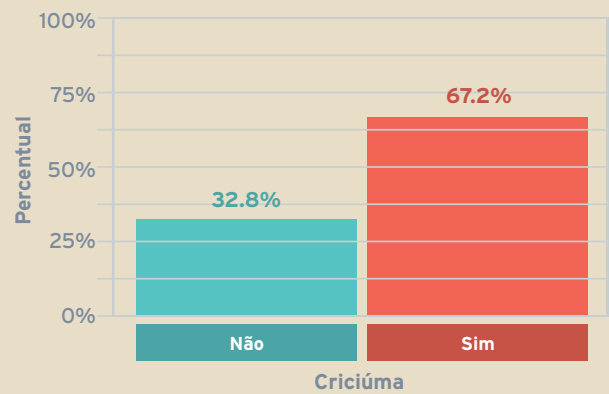
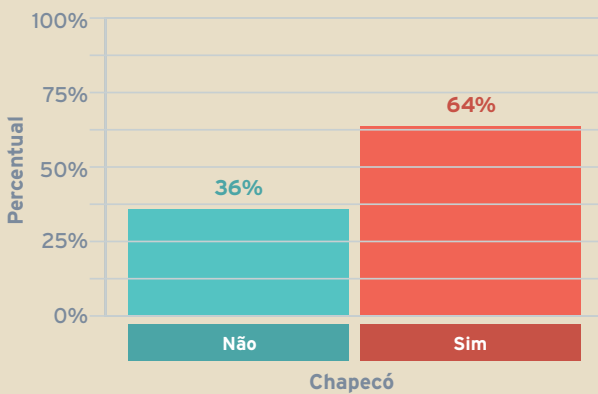
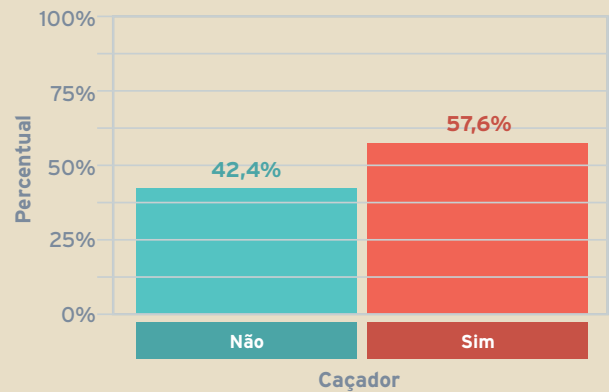
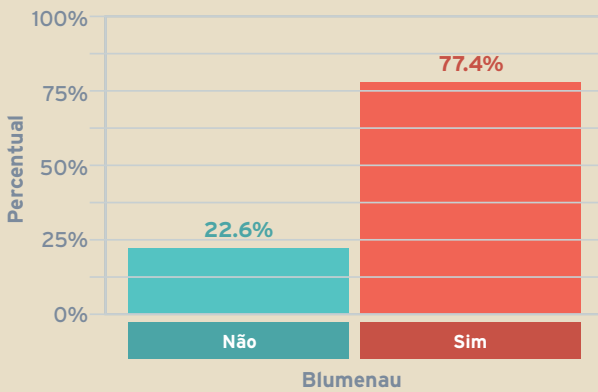
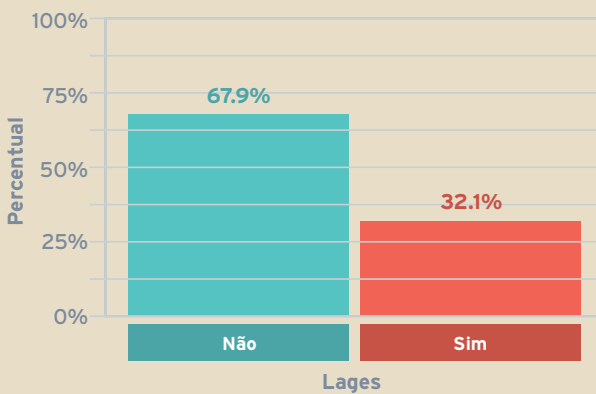
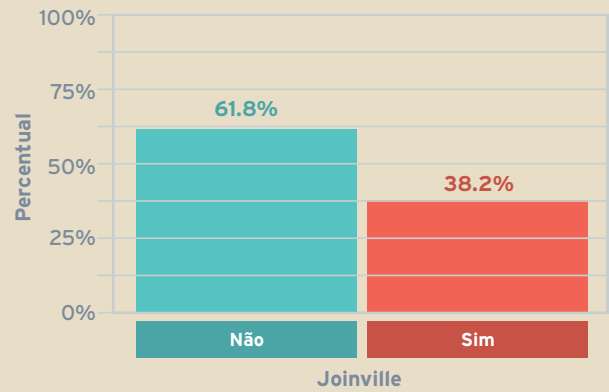
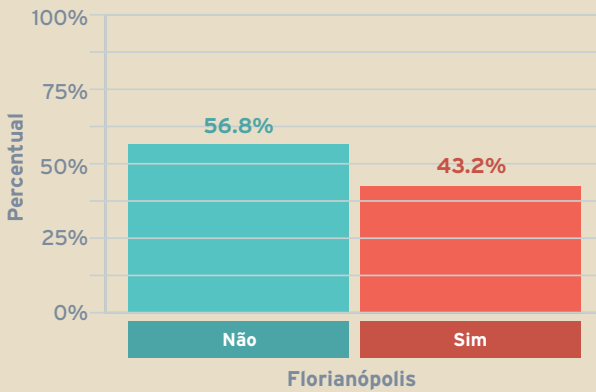
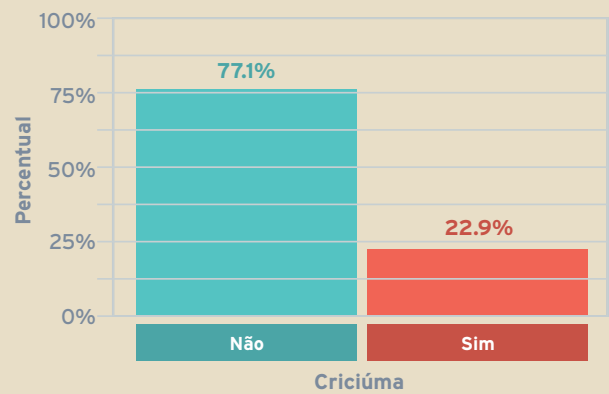
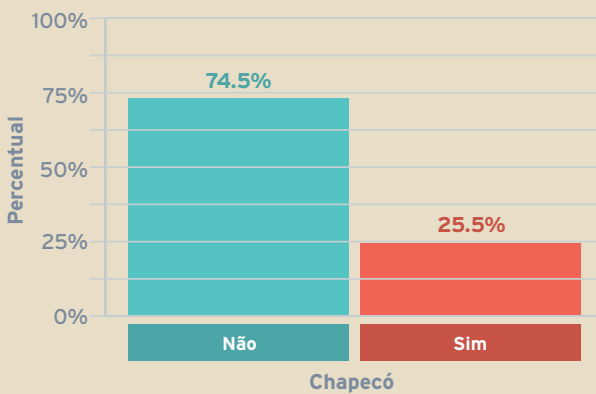
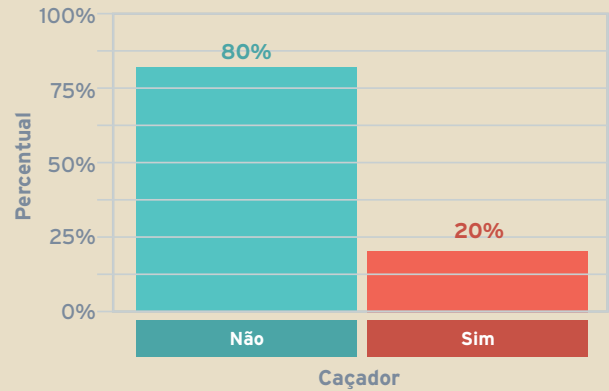
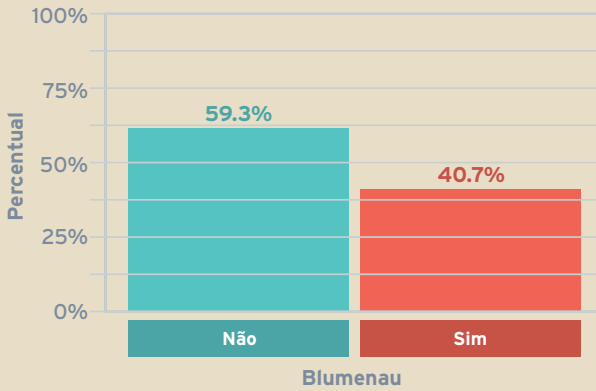


GRÁFICO 92 - PRESENCIOU OU CONHECE ALGUÉM QUE SOFREU: ASSÉDIO MORAL (POR REGIÃO)



**GRÁFICO 93 - PRESENCIOU OU CONHECE ALGUÉM QUE SOFREU: ASSÉDIO OU IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (POR REGIÃO)**

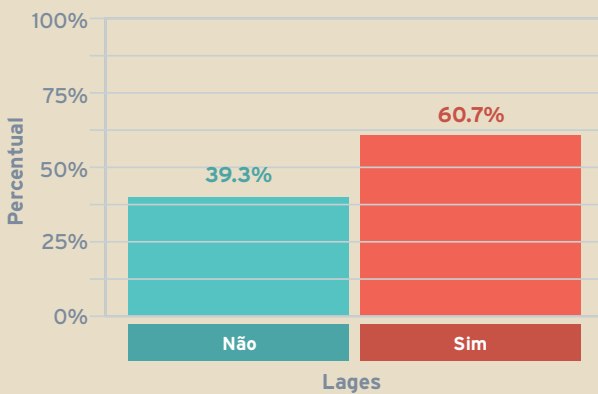
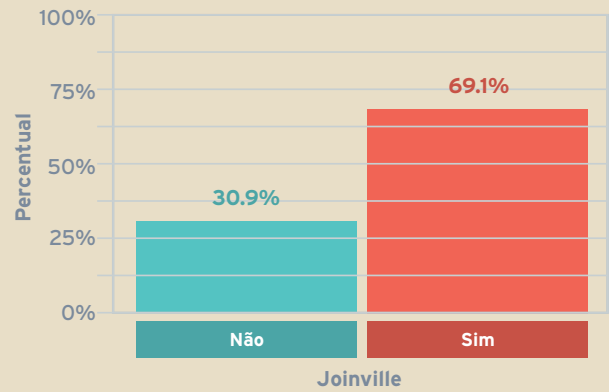
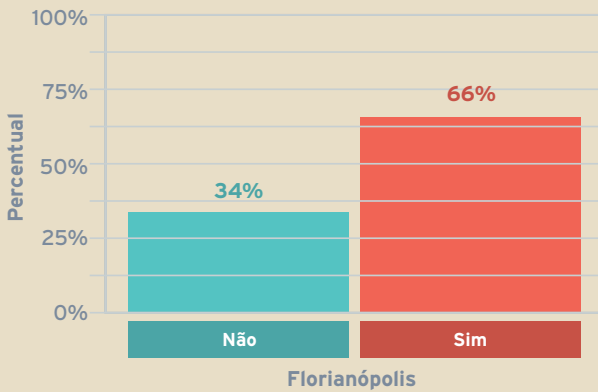
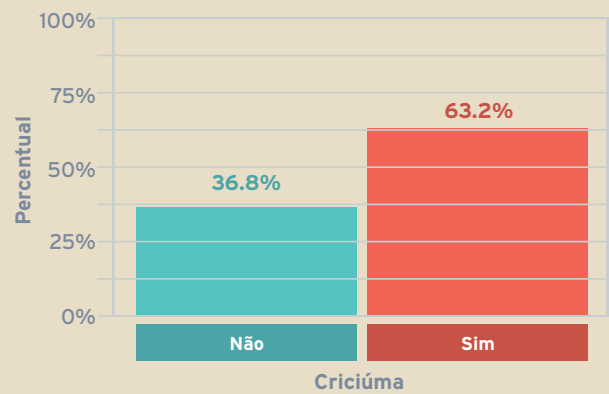
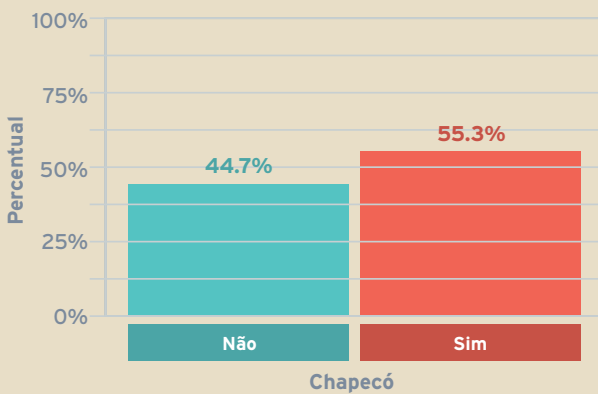
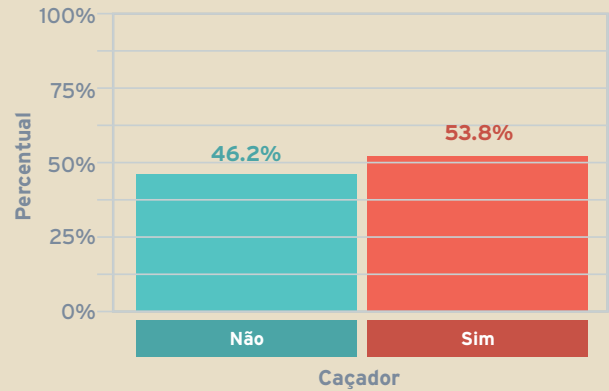
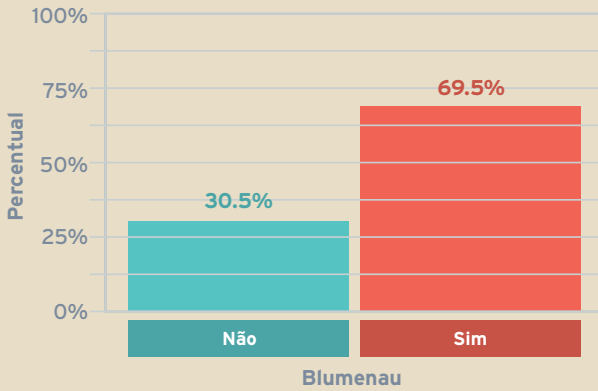
**GRÁFICO 94 - PRESENCIOU OU CONHECE ALGUÉM QUE SOFREU: DENÚNCIA POR CONDUTA EM SALA DE AULA (POR REGIÃO)**

GRÁFICO 95 - JÁ SENTIU MEDO: AGRESSÃO FÍSICA (POR REGIÃO)

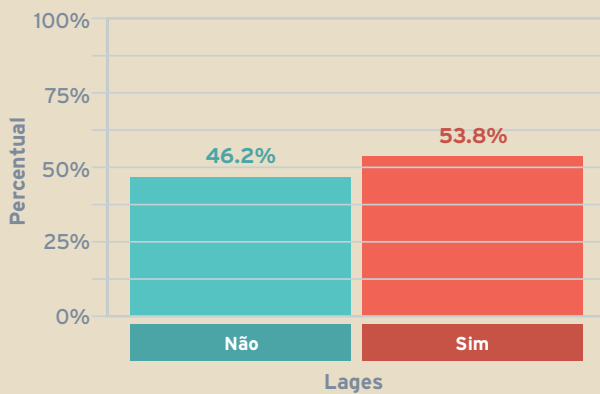
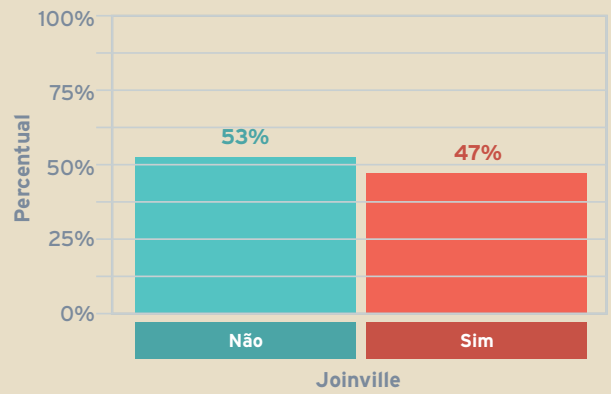
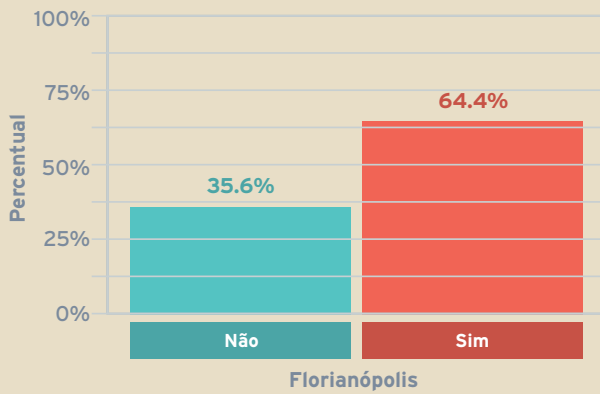
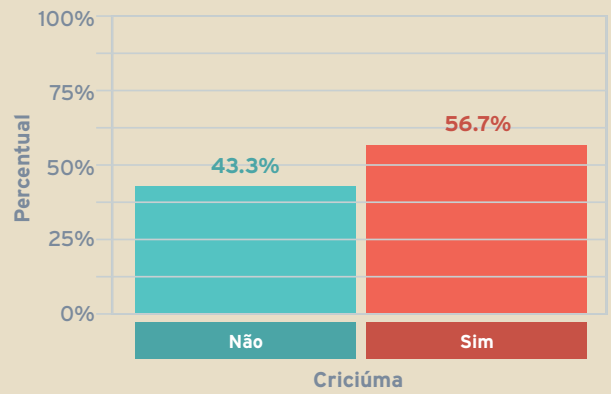
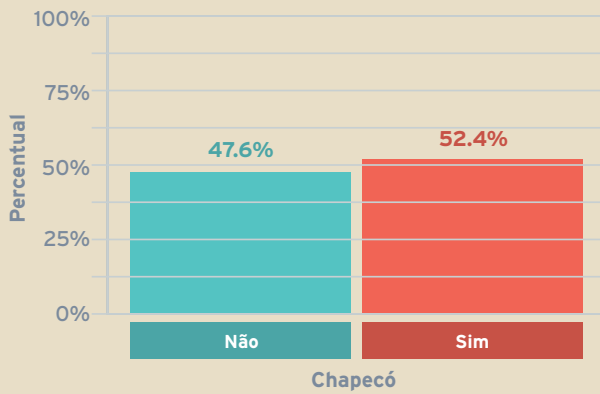
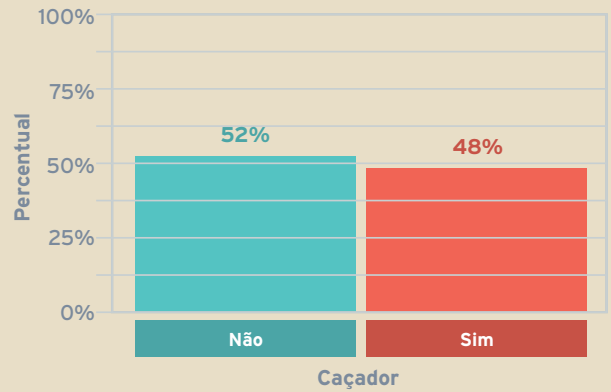
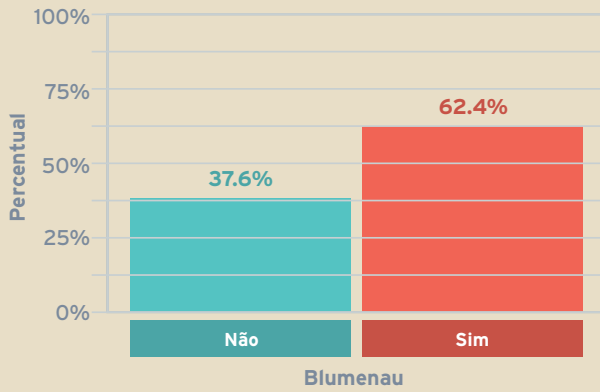


GRÁFICO 96 - JÁ SENTIU MEDO: DENÚNCIA POR CONDUTA EM SALA DE AULA (POR REGIÃO)

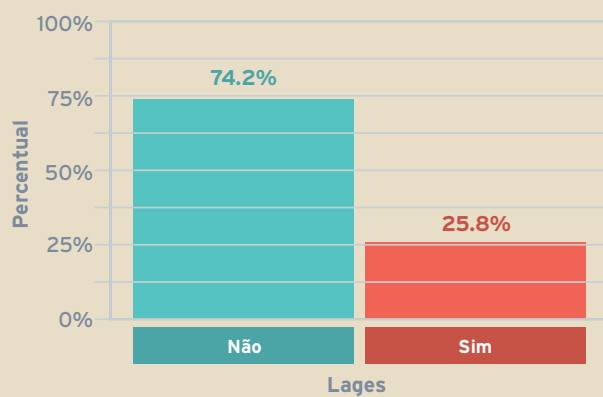
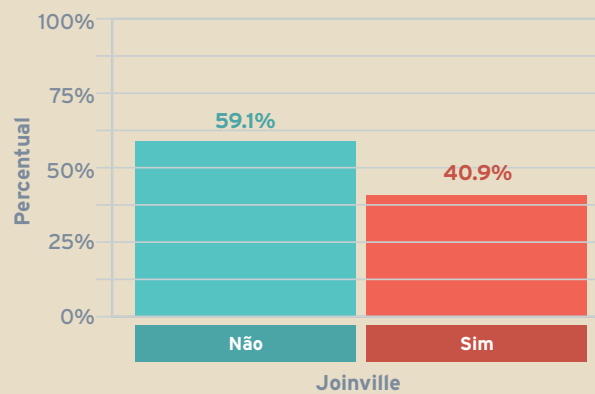
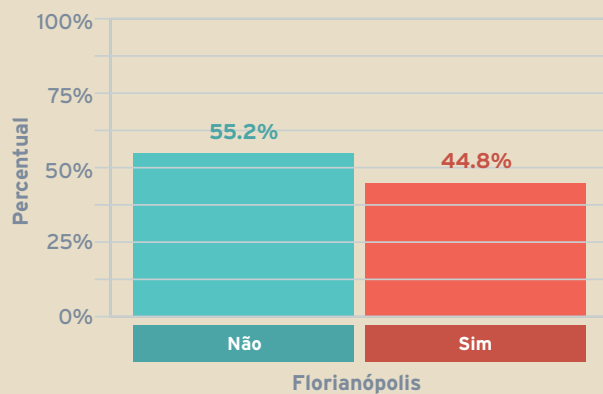
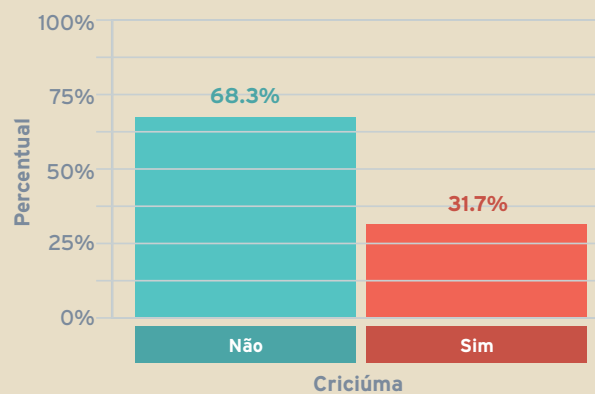
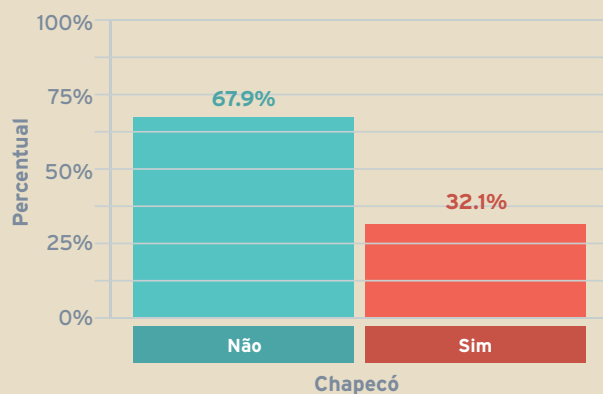
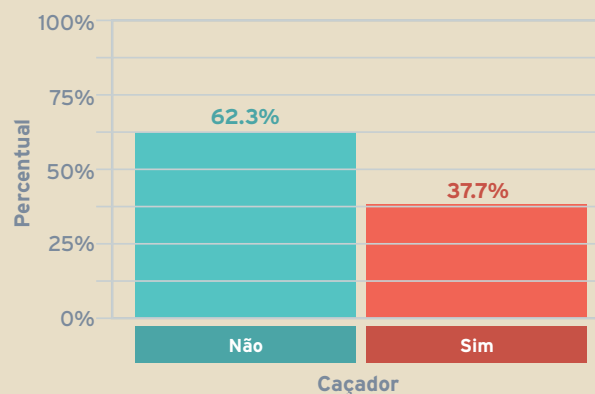
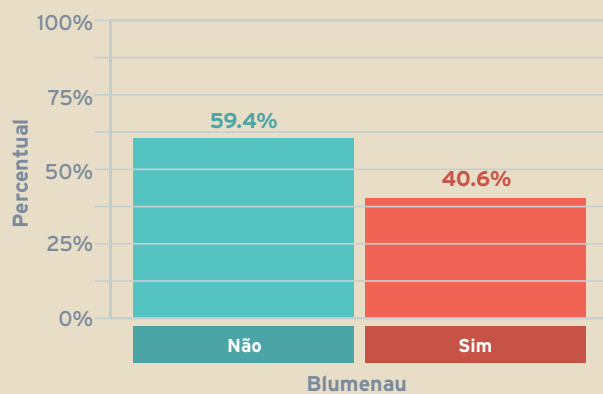


GRÁFICO 97 - JÁ SENTIU MEDO: ASSÉDIO OU IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (POR REGIÃO)

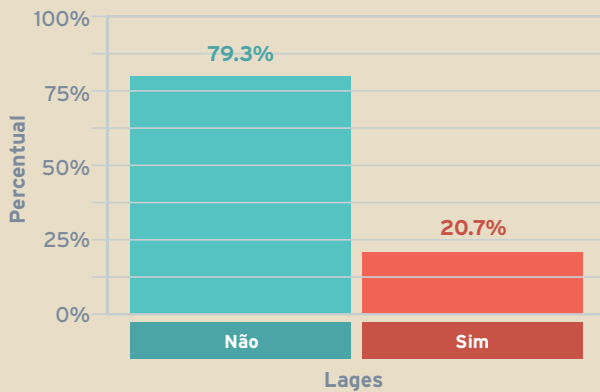
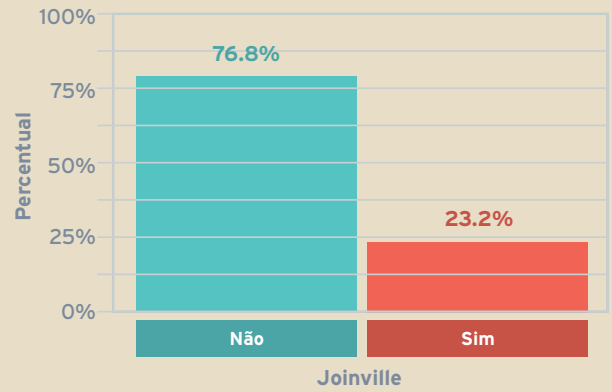
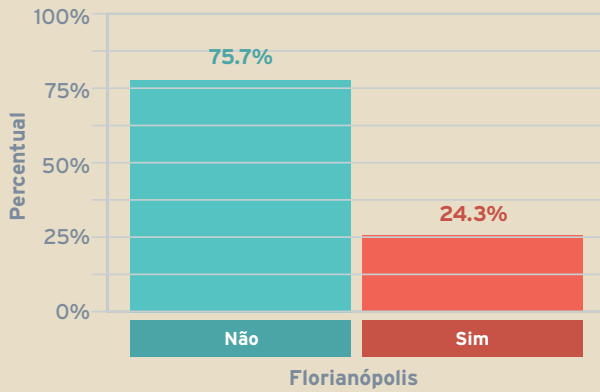
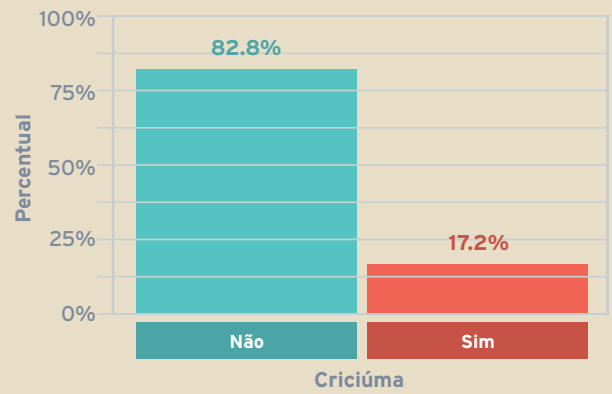
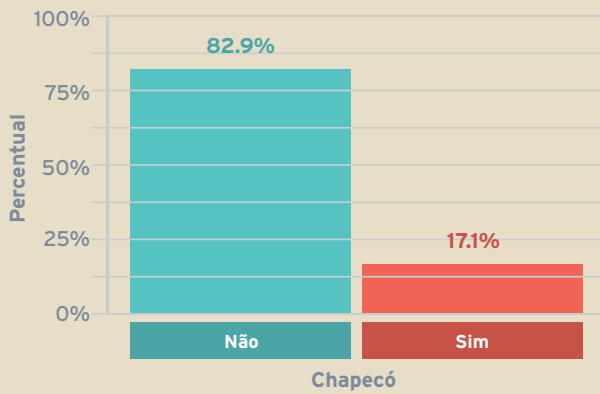
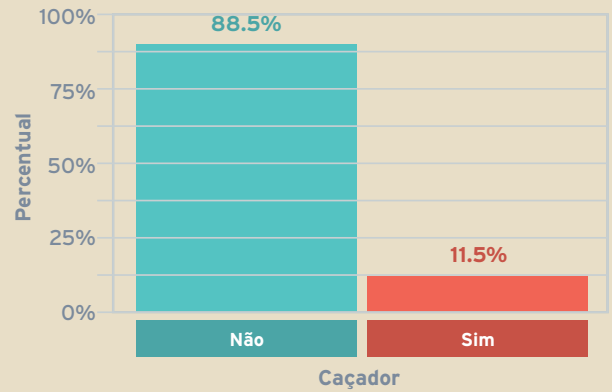
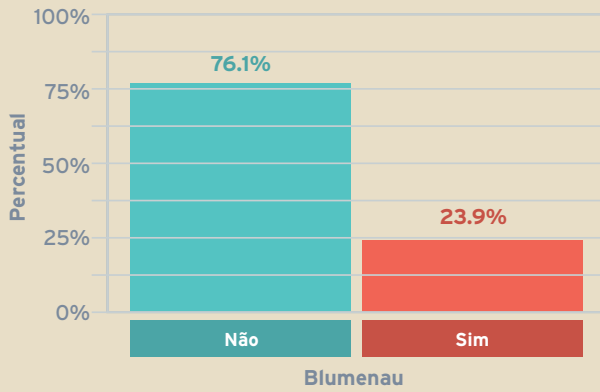


GRÁFICO 98 - JÁ SENTIU MEDO: ASSÉDIO MORAL (POR REGIÃO)

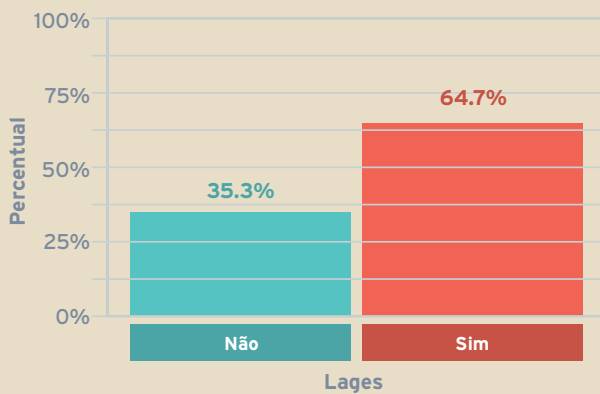
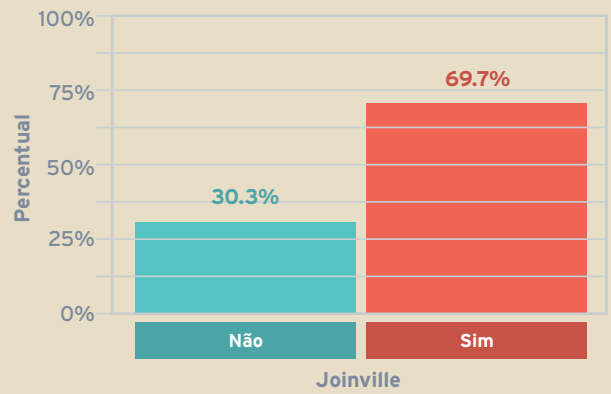
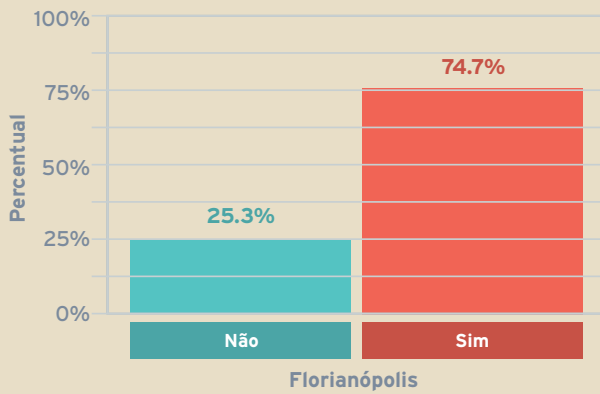
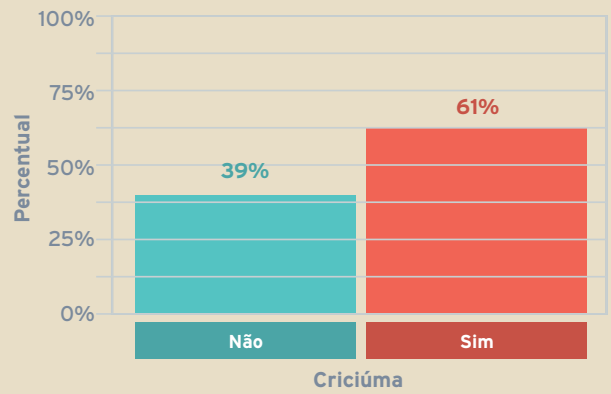
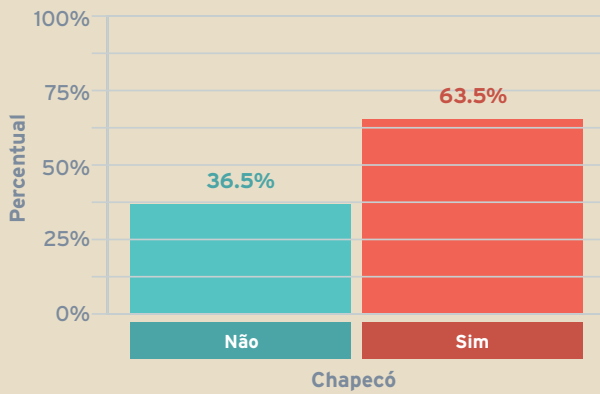
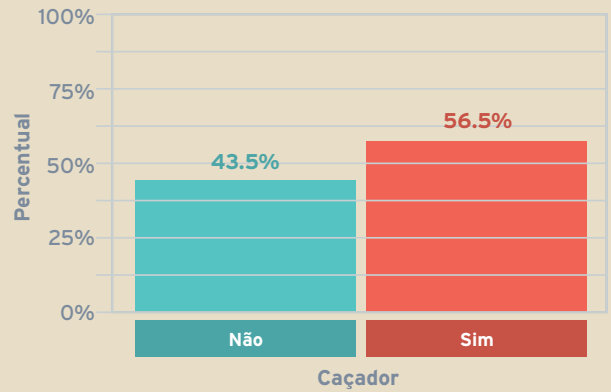
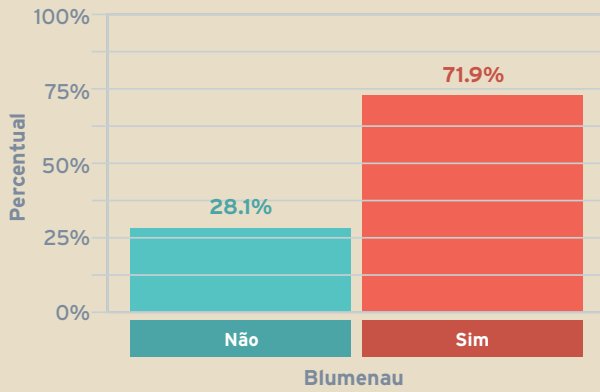


GRÁFICO 99 - JÁ SENTIU MEDO: NÃO CUMPRIR METAS ESTABELECIDAS (POR REGIÃO)

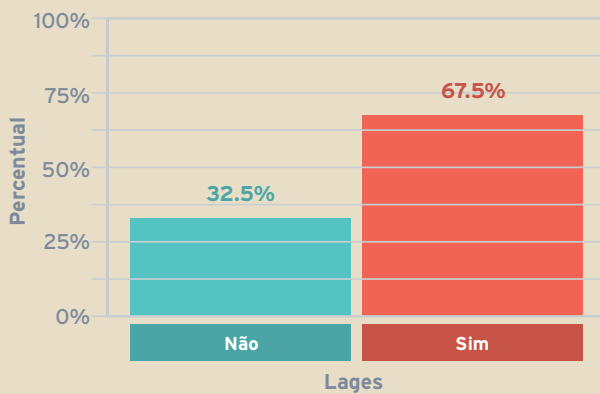
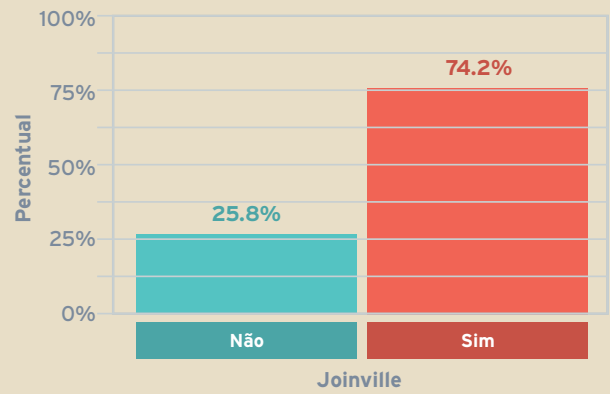
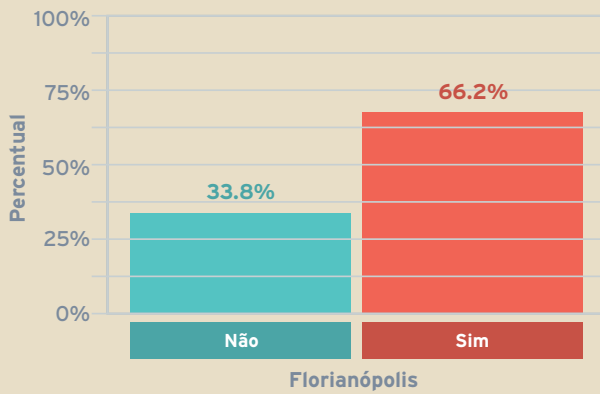
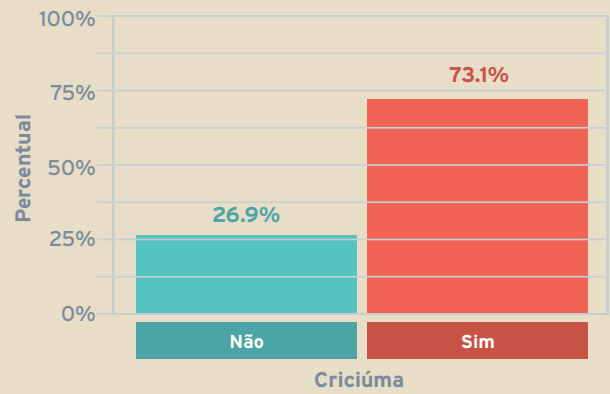
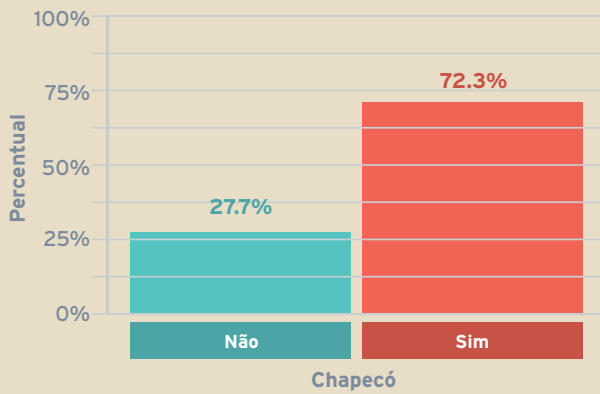
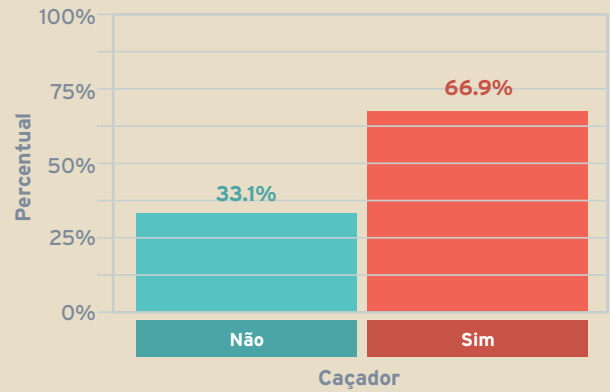
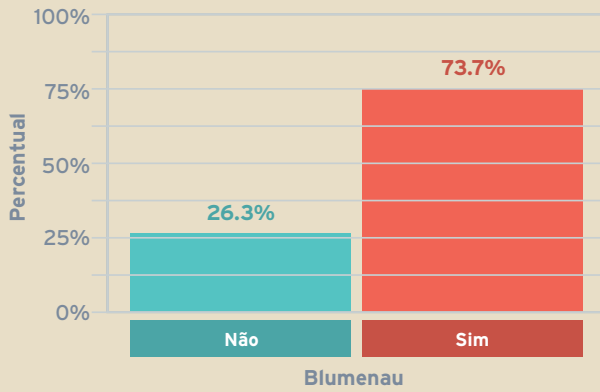


GRÁFICO 100 - JÁ FOI VÍTIMA: AGRESSÃO FÍSICA NO TRABALHO (POR REGIÃO)

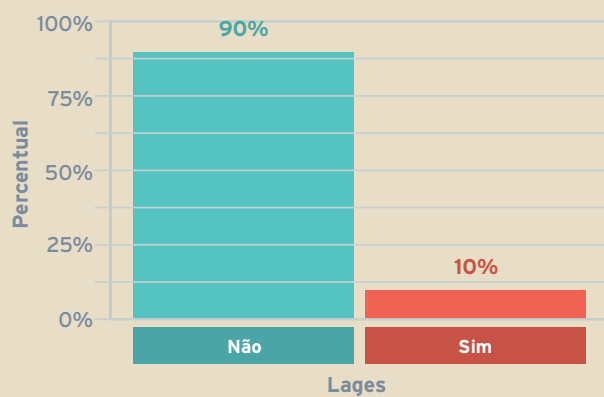
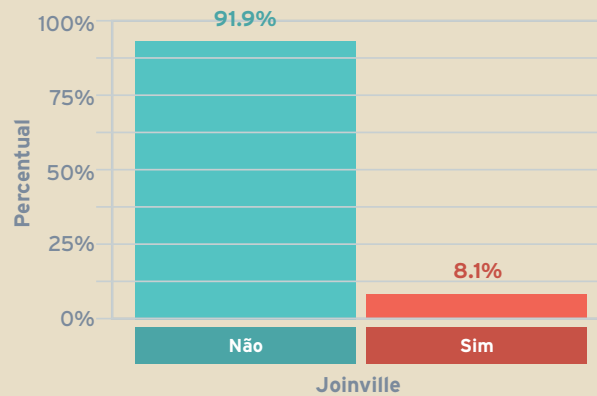
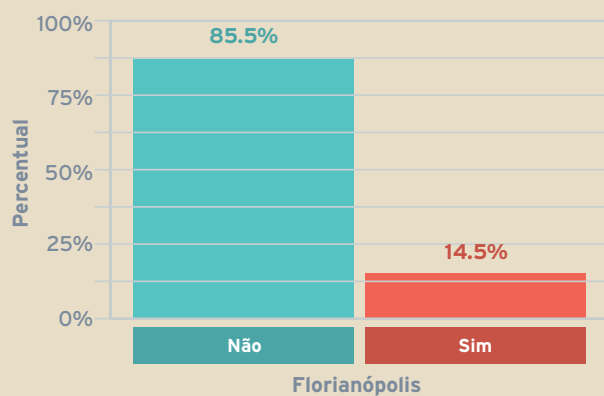
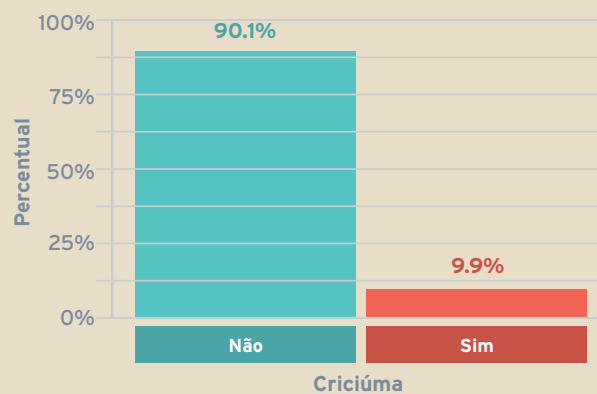
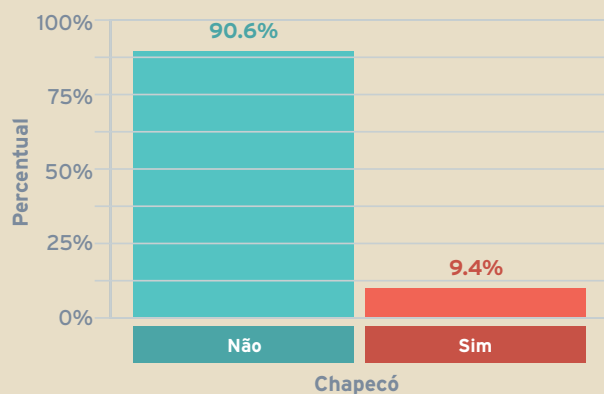
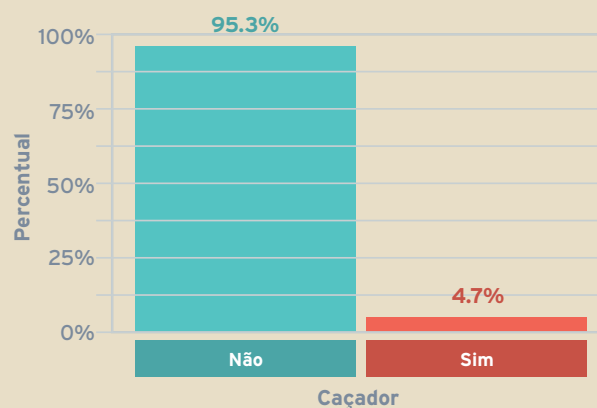
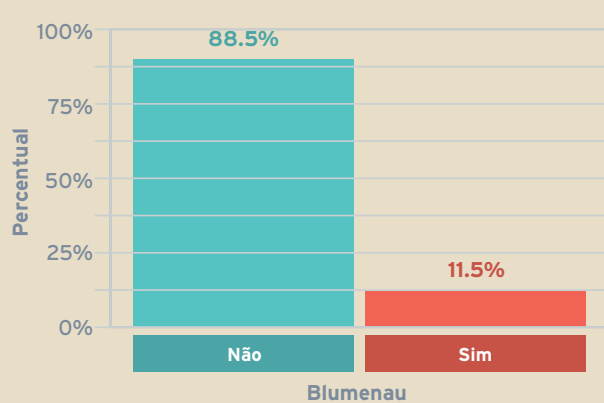


GRÁFICO 101 - JÁ FOI VÍTIMA: ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO (POR REGIÃO)

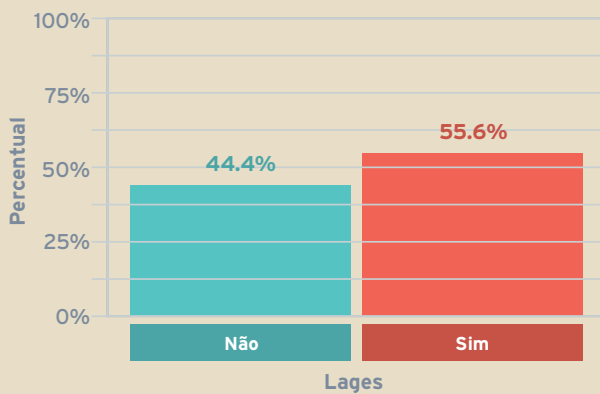
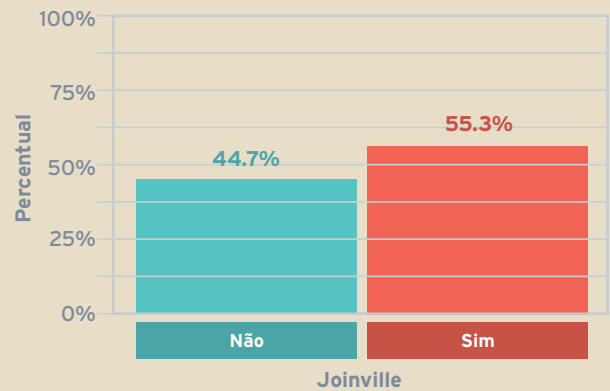
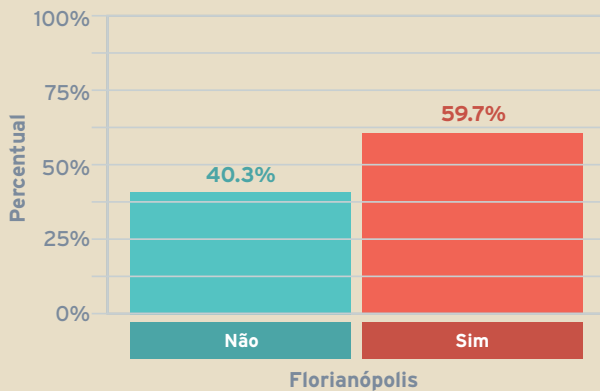
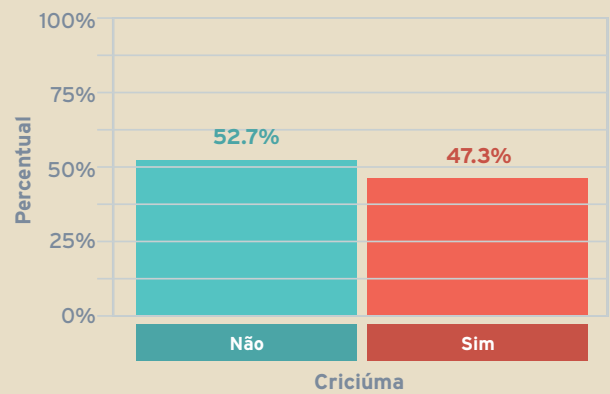
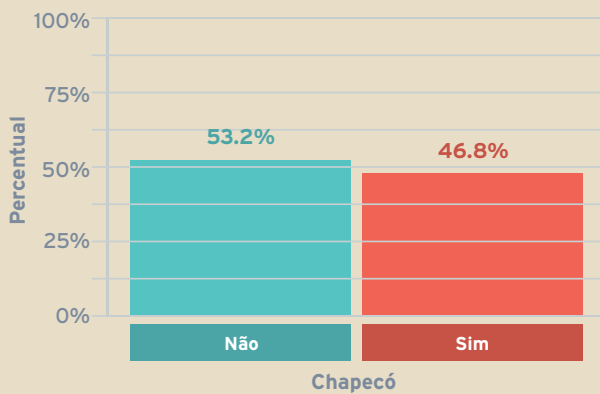
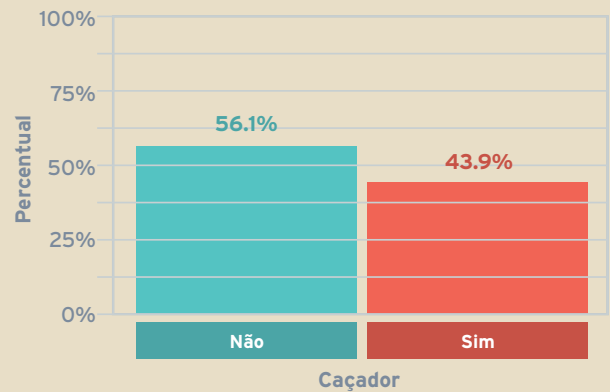
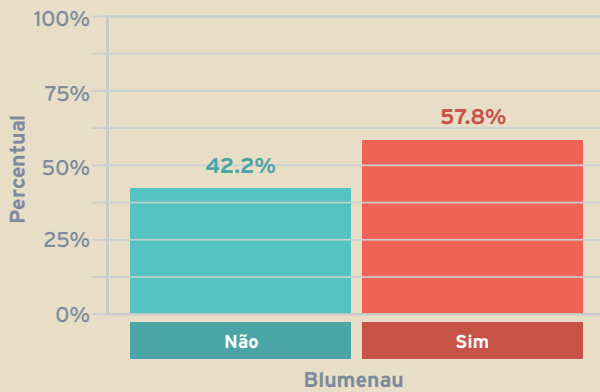


GRÁFICO 102 - JÁ FOI VÍTIMA: ASSÉDIO OU IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO TRABALHO (POR REGIÃO)

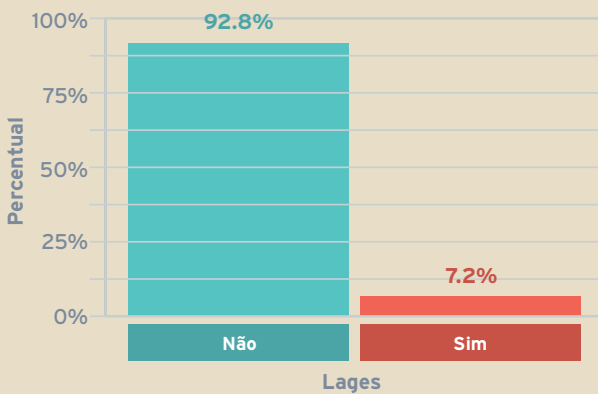
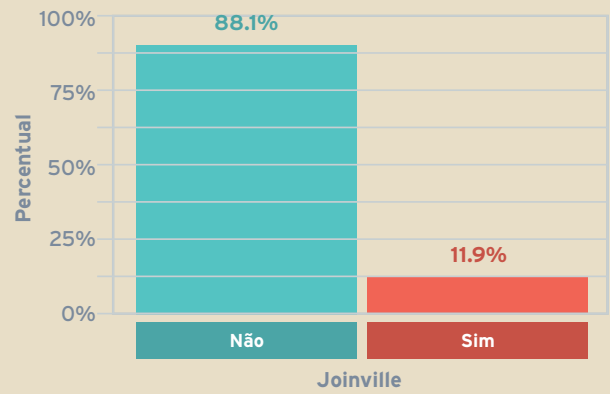
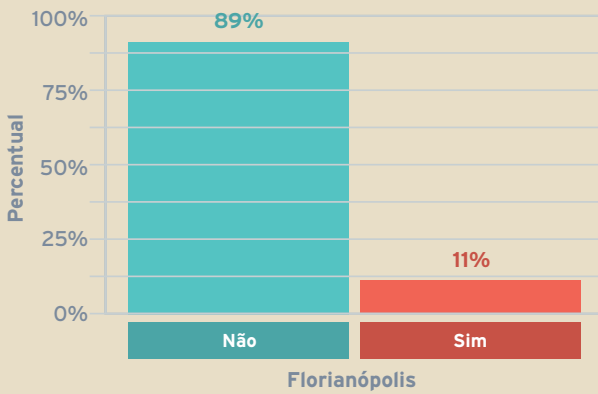
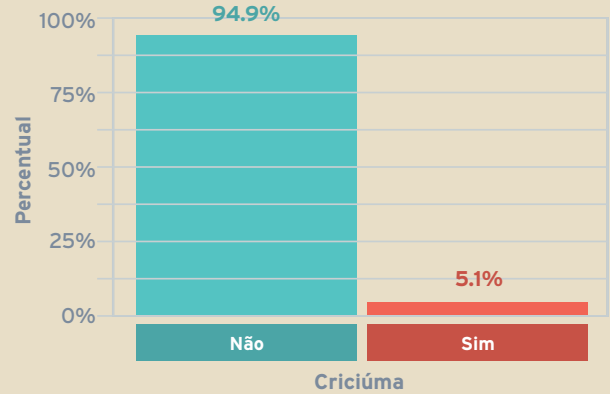
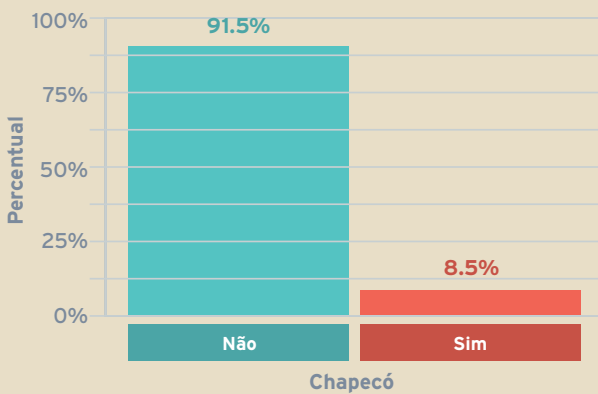
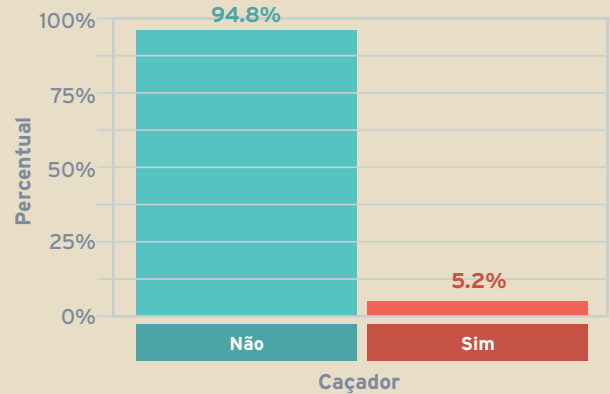
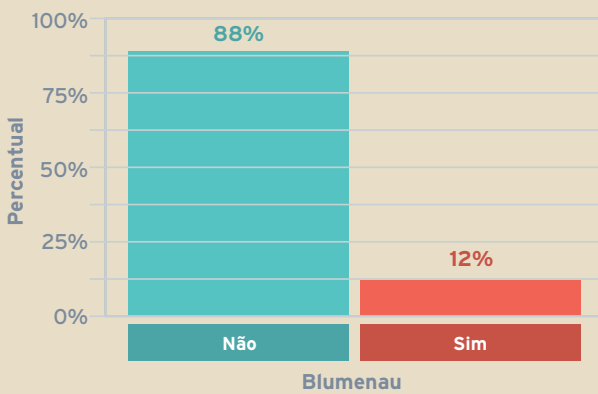
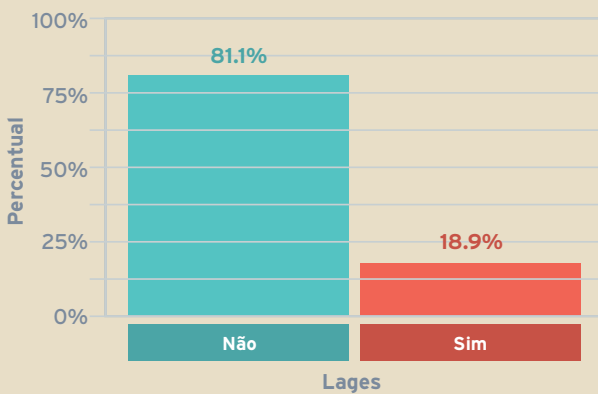
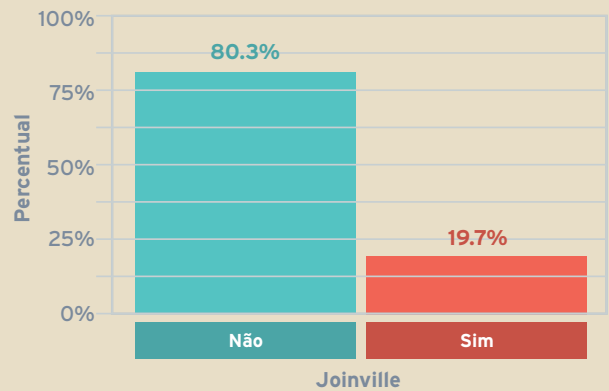
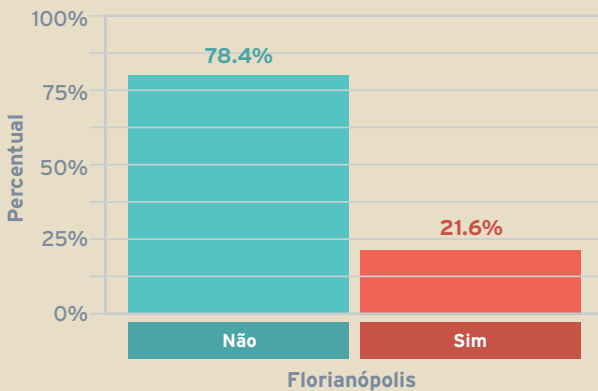
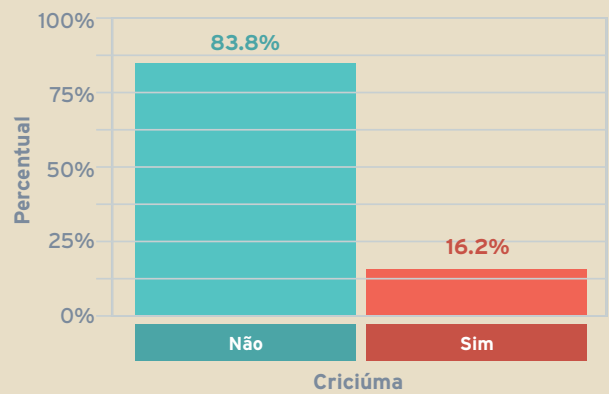
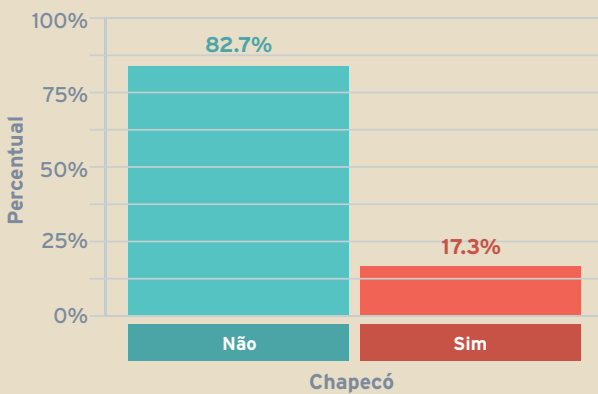
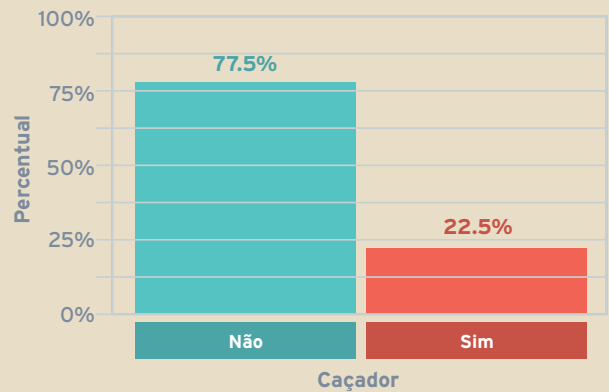
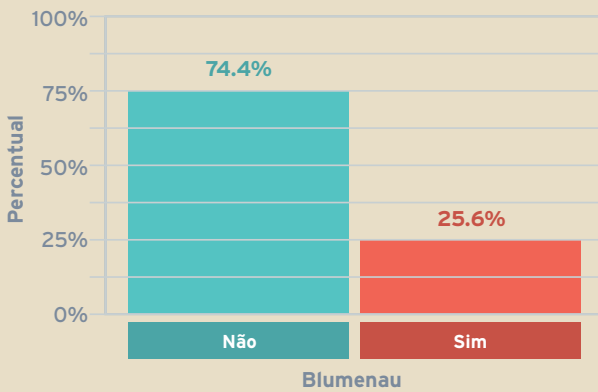


GRÁFICO 103 - JÁ FOI VÍTIMA: DENÚNCIA POR CONDUTA EM SALA DE AULA (POR REGIÃO)





## Recomendações para Políticas Públicas

Diante dos achados, sugere-se:

- Estabilização de vínculos:** Redução da dependência de contratos temporários e criação de planos de carreira que incentivem a permanência de jovens docentes.
- Formação continuada qualificada:** Parcerias com universidades com reconhecida qualidade de ensino para ampliar o acesso a mestrados e doutorados, ou mesmo para a construção de mestrados profissionais voltados para a atualização dos docentes.
- Ações afirmativas:** Implementação de políticas de equidade racial e de gênero, com foco na inclusão de docentes pretos, pardos e LGBTQIAPN+.
- Saúde ocupacional:** Programas de apoio psicológico e redução de jornadas excessivas, especialmente para mulheres e grupos minorizados.
- Questão sensível:** Foco no trato de questões de relacionamento entre docentes, administração e alunos. Principalmente em relação à percepção de existência de assédio moral dentro do ambiente de trabalho.



## Recomendações para pesquisas futuras

---

- Manutenção da pós-estratificação:** Dar continuidade ao uso de dados pós-estratificados para permitir comparabilidade entre a pesquisa atual e levantamentos futuros.
- Construção de uma moldura:** construção de um quadro de docentes estaduais que possa servir de moldura para o levantamento de dados, permitindo a construção de uma amostra representativa.
- Entrevistas e grupos focais:** aplicação de métodos qualitativos para explorar de forma mais aprofundada os temas de saúde e percepções dos docentes.



# Referências bibliográficas

AGYAPONG, Belinda et al. Stress, Burnout, Anxiety and Depression among Teachers: a scoping review. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, Basileia (Suíça), v. 19, p. 1-42, ago. 2022.

AMIGO-VENTUREIRA, Ana M.; DOCE, Xandre Garrido. Vivencias Queer en el aula: bienestar autopercebido del profesorado LGBT+ gallego. **Bordón: revista de pedagogía**, Madri, v. 75, n. 3, p. 11-26, 2023.

ARAÚJO, Tânia Maria de et al. Saúde e Trabalho Docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 37, p. 183-212, jul. 2003.

ARAÚJO, Tânia Maria de et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 1117-1129, 2006.

ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de Trabalho Docente e Saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio 2009.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Teacher's Work and Health in Brazil: thoughts on the history of research, strides and challenges. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 1-14, 2019.

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis Oliveira. Trabalho Docente, Readaptação e Saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.

BASSI, Marcos Edgar; DEBOVI, Andréia; SANDRINI, Nádia Maria Soares. Carreira e Remuneração do Magistério Público da Educação Básica no Sistema de Ensino Estadual de Santa Catarina. **Ano 15**, [s. l.], n. 19, p. 57-80, jun. 2012.

BENEVENE, Paula et al. Effect of Teacher's Happiness on Teacher's Health: the mediating role of happiness at work. **Frontiers In Psychology**, Lausanne (Suíça), v. 10, p. 1-10, out. 2019.

CACCIARI, Pâmella et al. Qualidade de Vida dos Servidores Readequados e Readaptados de uma Universidade Estadual Pública. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 1-7, mar. 2017.

CASELLA, Joana Guimarães Couto e; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Qualidade de Vida Docente: relação entre alterações psicoemocionais e disfonias. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 168-182, set. 2017.

CEBALLOS, Albanita Gomes da Costa de; SANTOS, Gustavo Barreto. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 702-715, jul. 2015.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. A Saúde Docente no Trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, Rafael. Flexibilização e Precarização do Trabalho Docente: uma análise das condições de trabalho dos professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, n. 53, p. 181-197, jun. 2020.

DREER, Benjamin. On the Outcomes of Teacher Well-Being: a systematic review of research. **Frontiers In Psychology**, Lausanne (Suíça), v. 14, p. 1-16, jul. 2023.

ESTEVE, José Manuel. **O Mal-Estar Docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999. 175 p. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O Professor, as Condições de Trabalho e os Efeitos sobre sua Saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio 2005.

LOHR, Sharon L. **Sampling: design and analysis**. Pacific Grove: Duxbury Press, 1998.

LUMLEY, Thomas. **Complex surveys: a guide to analysis using R**. Hoboken: Wiley, 2010.

MACAIA, Amanda Aparecida Silva; FISCHER, Frida Marina. Retorno ao Trabalho de Professores após Afastamentos por Transtornos Mentais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 841-852, 2015.

MADIGAN, Daniel J. et al. Teacher Burnout and Physical Health: a systematic review. **International Journal Of Educational Research**, Amsterdã, v. 119, p. 1-12, mar. 2023.

MARTINS, Regina Helena Garcia et al. Voice Disorders in Teachers: a review. **Journal Of Voice: official journal of the Voice Foundation**, Filadélfia (Estados Unidos), v. 28, n. 6, p. 716-724, 2014.

MASSON, Maria Lúcia V. et al. Aquecimento e Desaquecimento Vocal em Estudantes de Pedagogia. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 177-185, ago. 2013.

MIJAKOSKI, Dragan et al. Determinants of Burnout among Teachers: a systematic review of longitudinal studies. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, Basileia (Suíça), v. 19, p. 1-48, maio 2022.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Empleo y Condiciones de Trabajo del Personal Docente**. Genebra (Suíça): OIT, 1981. 170 p.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo**. 3. ed. Madri: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales de España, 2001.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Flexibilização do Trabalho Docente em São Paulo: precarização e instabilidade. **Revista Laborativa**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 46-65, 2016.

OSTER, Vanessa Viebrantz; MARTINS, Angela Maria; SEHNEM, Edgar Lucas Ferreira. Transitoriedade na Educação: docentes temporários na educação básica brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 40, p. 117-134, jan. 2024.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; LOPES, Adair da Silva. Qualidade de Vida dos Professores de Educação Básica do Município de Florianópolis, SC, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7, p. 1963-1970, 2013.

RIBEIRO, Isadora de Queiroz Batista. **Fatores ocupacionais associados à dor musculoesquelética em professores**. 2009. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Edialda Costa et al. Factors Associated with Health Dissatisfaction of Elementary School Teachers. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, p. 1-9, 2020.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli; FERREIRA, Edirê S. Saúde das Professoras das Séries Iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003.

SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde dos Professores da Educação Básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out. 2011.

STERN, William Alvin. **Teacher Absenteeism at the Secondary School Level**. Detroit (Estados Unidos): Michigan State University, 1980.